



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A TERRITORIALIDADE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO BAIRRO  
JARDIM DAS OLIVEIRAS - FORTALEZA/CE**

FABIANO LUCAS DA SILVA FREITAS

FORTALEZA  
2010

FABIANO LUCAS DA SILVA FREITAS

A TERRITORIALIDADE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO BAIRRO JARDIM  
DAS OLIVEIRAS - FORTALEZA/CE

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração:

Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semi-Árido

Orientador Prof. Dr. José Borzachiello da Silva

FORTALEZA  
2010

FABIANO LUCAS DA SILVA FREITAS

A TERRITORIALIDADE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NO BAIRRO JARDIM  
DAS OLIVEIRAS - FORTALEZA/CE

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia Área de concentração Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semi-Árido.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Borzachiello da Silva (orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Glaucéria Mota Brasil  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

---

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio  
Universidade Federal do Ceará - UFC

*Este trabalho é dedicado a minha querida mãe e companheira, que se foi prematuramente e não pôde acompanhar a finalização deste trabalho*

## **Agradecimentos**

A minha mãe, Francineide Lucas da Silva, que com muito esforço conseguiu dar o apoio suficiente para o processo contínuo de minha formação intelectual. Na minha tentativa de ingresso num curso de nível superior, o apoio realizou-se mesmo sei ela saber direito o que eu estava fazendo ou para onde queria ir. Se palavras de carinho faltaram a uma mãe (um pouco tímida), gestos, olhares e comentários de confiança nunca foram escassos.

À minha família – Tia Terezinha, meu padrasto Celso, minhas irmãs Fabiana e Flaviana e meus irmãos Flaviano e Magno.

Ao Prof<sup>o</sup> José Borzacchiello da Silva, pela oportunidade de pesquisar o tema da violência tão carente de estudos no âmbito da Geografia, pelo incentivo e pela ampliação do conhecimento que me proporcionou.

A minha eterna orientadora, Clélia Lustosa, que como sempre, atende aos apelos nos momentos de maiores dificuldades.

Aos integrantes da CEVEPI/Fortaleza pela concessão dos dados de homicídios e pelo apoio técnico, em especial à direção e o Dr<sup>o</sup> Rubens.

Aos professores (as) do Programa de Pós-Graduação de Geografia da UFC.

Aos meus amigos Silmara, Francisco, João Paulo e Auricélio que são as maiores vítimas de meus pedidos e aflições.

Aos meus companheiros de mestrado: Luciano, Tadeu, Thales, Ícaro, Judson, Terezinha e demais.

A todos aqueles que participaram da fase de georreferenciamento dos homicídios.

Gostaria de agradecer também àqueles que me ajudaram de alguma forma a resolver problemas técnicos que surgiram ao longo da produção deste trabalho. Nomes como Andréa, Anderson e Cleiton merecem ser mencionados. Desculpem o “apagão” momentâneo de minha mente, por isto, alguns nomes foram esquecidos no momento que redijo este texto.

Agradeço ao Observatório das Metrôpoles pela oportunidade que me dera de inserir em suas atividades. Traduzo esse agradecimento em nomes como de Renato Pequeno, Artur,

Herison, Taiti e outros que participaram de alguma forma no planejamento e na prática dos cursos que participei e que facilitou na hora de atingir os objetivos propostos pela minha pesquisa.

A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), que com o apoio financeiro (bolsa) possibilitou a realização dessa pesquisa.

## RESUMO

A cidade de Fortaleza vem experimentando um aumento progressivo do processo de segmentação socioterritorial. Territorialidades como os condomínios fechados, *shopping centers* e conflitos territorializados entre grupos sociais fazem parte de um mesmo contexto, o aumento da violência nas cidades brasileiras. Os conflitos territorializados parecem se multiplicar pela Metrópole cearense, extrapolando inclusive para outros municípios. Os bairros que têm apresentado um alto  ndice de violência nos últimos anos em Fortaleza são espaços com forte disputa territorial. Identidades forjadas ao longo tempo se direcionam para rivalidades, rixas, vinganças e outros sentimentos materializados em territórios reinantes da violência e do medo. Visando uma aproximação mais efetiva com a problemática abordada esta pesquisa objetiva estudar os conflitos territorializados desenvolvidos no bairro Jardim Oliveiras, localizado a sudeste da cidade de Fortaleza-CE. Segundo os dados da CEVEPI/SMF, em 2006, o bairro Jardim das Oliveiras foi o segundo mais violento no que concerne a variável homicídio. Neste bairro, as mortes têm sido resultado de confrontos territoriais entre microgrupos sociais pertencentes fundamentalmente ao Conjunto Habitacional Tancredo Neves e Conjunto Habitacional Tasso Jereissati. O bairro Jardim das Oliveiras não se constitui numa comunidade “fechada” ou “homogênea” no tocante a identidade, mas sim, num mosaico de territórios com suas respectivas territorialidades. O trabalho ainda defende que a violência sofrida ou praticada pela juventude possui uma dinâmica socioterritorial marcante. No caso específico da criminalidade violenta parece haver uma acentuada concentração por gênero, raça/cor, estado civil e faixa etária. Assim, os jovens negros e/ou pardos moradores de espaços estigmatizados são as principais vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza.

Palavras-chave: Violência Urbana; Criminalidade Violenta; Territorialidades; Jardim das Oliveiras.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> - Distribuição de homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza (por 100 mil habitantes), em 2007	44
<b>FIGURA 2</b> - Comparativa da taxa de homicídios - Brasil, Região NE, RMF e Fortaleza	46
<b>FIGURA 3</b> - Mapa de homicídios praticados em Fortaleza em Fortaleza – 2006	53
<b>FIGURA 4</b> – Taxa de homicídios em Fortaleza 1990-2006 para faixa etária de 15 a 24 anos	70
<b>FIGURA 5</b> - População residente por cor/raça – Ceará	82
<b>FIGURA 6</b> - Porcentagem de homicídios por raça/cor Fortaleza 2000-2007	84
<b>FIGURA 7</b> - Homicídios (nº absolutos por raça/cor) Fortaleza 2000/2007	85
<b>FIGURA 8</b> - Homicídios (nº absolutos por raça/cor) Fortaleza 2000/2007	85
<b>FIGURA 9</b> – Mapa de localização do bairro Jardim das Oliveiras –Fortaleza/CE	88
<b>FIGURA 10</b> – Lagoa do Tijolo	97
<b>FIGURA 11</b> – Lagoa da Zeza	98
<b>FIGURA 12</b> – Precariedade das habitações na Lagoa da Zeza	99
<b>FIGURA 13</b> – Mapa dos territórios do Jardim das Oliveiras – Fortaleza/CE	104
<b>FIGURA 14</b> - Distribuição da população do Jardim das Oliveiras por faixa etária	109
<b>FIGURA 15</b> - Mapa de Infraestrutura básica do bairro Jardim das Oliveiras	112
<b>FIGURA 16</b> - Homicídios no bairro Jardim das Oliveiras	114
<b>FIGURA 17</b> - Mapa da zona de insegurança no Jardim das Oliveiras	122
<b>FIGURA 18</b> – Mapa das microáreas no Jardim das Oliveiras	124
<b>FIGURA 19</b> – Comentários no O POVO ONLINE	143
<b>FIGURA 20</b> – Óbitos (Homicídios) segundo local de ocorrência – Fortaleza – 2000/2006	147

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição das taxas de homicídios nas Regiões Metropolitanas (2001-2006)	42
Tabela 2 - Taxa de Homicídios (por 100 mil hab.) distribuída pelo tamanho da população total (municípios pertencentes à RMF/ óbitos por município de residência – 2001/ 2007	43
Tabela 3 - Homicídios em número absoluto no Ceará, RMF, Menos RMF – CE	45
Tabela 4 - Taxa de homicídios no Brasil, Região Nordeste, RMF e Fortaleza (1990-1996)	46
Tabela 5 –Homicídios na cidade de Fortaleza por bairro 2006	52
Tabela 6 - Taxa de homicídios em Fortaleza 1990-2006 para faixas etárias	71
Tabela 7 - Distribuição dos homicídios por faixas etárias 2000-2007	72
Tabela 8 - Homicídio com base na escolaridade e faixa etária	75
Tabela 9 - Distribuição das vítimas de homicídios quanto ao gênero, estado civil e escolaridade (2000-2006)	75
Tabela 10 - População economicamente ativa e ocupada na RMF	77
Tabela 11 - População do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza e crescimento intercensitário (1890–2007)	92
Tabela 12 - Distribuição de renda na cidade de Fortaleza por salário mínimos	108
Tabela 13 - Ocupação da população do Jardim das Oliveiras	110
Tabela 14: Rendimento médio no trabalho principal em salário mínimo e Diferença percentual entre rendimento médio no trabalho principal	111
Tabela 15 - Distribuição das vítimas de homicídios, quanto ao gênero, raça, estado civil e escolaridade no bairro Jardim das Oliveiras (2006-2009)	136
Tabela 16: Distribuição das vítimas de homicídios, quanto ao gênero, raça, estado civil	137

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CÉLULA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (CEVEPI)

CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID)

FUNDAÇÃO DE SERVIÇO SOCIAL (FSS)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)

INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS

INSITUTO Dr. JOSÉ FROTA (IJF)

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (LEV/UFC)

LABORATÓRIO DE PLANEJAMENTO URBANO E ESTUDOS REGIONAIS (LAPUR)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPS)

PLANO DIRETOR DE FORTALEZA (PLANDIRF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA (PMF)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (PPGG/UFC)

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET Geografia)

REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ (SSPCE)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORTALEZA (SMF)

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS)

STATICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCIES (SPSS)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÀ (UFC)

## SUMÁRIO

**AGRADECIMENTOS**

**RESUMO**

**LISTA DE TABELAS**

**LISTA DE FIGURAS**

**LISTA DE ABREVIATURAS**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA: ASPECTOS CONCEITUAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	19
<b>2.1 Discutindo o conceito de violência urbana</b>	19
<b>2.2. Em busca de uma abordagem territorial da violência: espaço, relações de poder e controle social</b>	25
<b>2.3. Como estudar a criminalidade violenta na RMF</b>	34
2.3.1 Entrevistas e sistemas simbólicos (jornais)	39
2.3.2 Tratamento e análise dos dados	41
<b>3 VIOLÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO SOCIOESPACIAL</b>	41
<b>3.1 Criminalidade violenta na cidade de Fortaleza</b>	41
<b>3.2. Fragmentação do tecido socioespacial e conflitos territoriais em Fortaleza</b>	47
<b>3.3 Fragmentos do medo na cidade de Fortaleza: muros e estigmatização</b>	57
<b>3.4 Os condenados da cidade: Território e jovens excluídos</b>	66
<b>3.5 A cor da violência e estigmas territoriais na cidade</b>	79

<b>4 JARDIM DAS OLIVEIRAS: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES</b>	87
<b>4.1. Produção do espaço do bairro Jardim das Oliveiras</b>	87
<b>4.2 Jardim das Oliveiras um espaço de múltiplos territórios e territorialidades</b>	101
<b>4.3 Aspectos socioeconômicos do bairro Jardim das Oliveiras</b>	107
<b>5 VIOLÊNCIA NO BAIRRO JARDIM DAS OLIVEIRAS</b>	114
<b>5.1 Escalada da violência e segmentação social do Bairro Jardim das Oliveiras</b>	114
<b>5.2. A linha e reta: demarcando fronteiras e estratégias territoriais</b>	119
<b>5.3. Rotinas alteradas: território, violência e uma nova sociabilidade</b>	127
<b>5.4. De um território de baixa definição para um de média definição</b>	132
<b>5.5 Distribuição das vítimas de homicídios, quanto ao gênero, raça, estado civil e escolaridade no bairro Jardim das Oliveiras</b>	135
<b>5.6 Representações sociais, polícia e jovens no bairro Jardim das Oliveiras</b>	138
<b>5.7. Nem tudo é espinho: vida cotidiana no bairro Jardim das Oliveiras</b>	144
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	150
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	155

## 1 INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado intitulada a territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras Fortaleza/CE vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (PPGG/UFC) - Mestrado - com início em agosto de 2008, sob a orientação do Prof. José Borzachiello da Silva. As idéias e reflexões aqui trabalhadas foram amadurecidas ao longo desses últimos três anos, surgidas nos grupos de discussões realizadas pelo Núcleo Fortaleza do Observatório das Metrôpoles, Programa de Educação Tutorial (PET Geografia/UFC), Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR), bem como em seminários, cursos e palestras.

Ao adentrar no ambiente acadêmico do mestrado, nos deparamos com um campo de possibilidades que deu a base inicial para ampliarmos nossas hipóteses, reformular conceitos e definir melhor os rumos de nossa pesquisa. Escolhemos o conceito de território como norteador, iniciando assim o nosso “percalço” pela busca de uma abordagem territorial adequada para o estudo da violência urbana.

A pesquisa aqui desenvolvida não é de um “forasteiro”, ou seja, de um pesquisador que precisa se aproximar de uma comunidade para ele desconhecida e ganhar a confiança dos seus moradores para adquirir as informações necessárias. Não usei questionários por achá-los incompletos e tendenciosos. Nossas principais formas de apreensão foram a observação direta e as entrevistas semi-estruturadas.

Gestos, cores, sons, atitudes e conversas aparentemente despreziosas me fizeram desobscurecer alguns fatos. Nosso desafio foi experimentar um “estranhamento” com o objeto de pesquisa (MAGNANI, 1998), meta nem sempre alcançada, como provam alguns comentários do tipo: “no meu bairro ocorre o seguinte, no meu bairro não é assim” e etc.

Andar por diferentes espaços da cidade nos permitiu sentir os seus territórios, reconhecer seus sujeitos e compreender um pouco da violência urbana e do medo que se espriam na cidade de Fortaleza. Procuramos estar atentos aos acontecimentos corriqueiros e aparentemente banais da vida cotidiana. Como um *voyeur* ou caminhante de Certeau (1994),

percebi a multiplicidade territorial da cidade, a qual aparece uniforme para os pesquisadores e gestores, mas é composta de múltiplos territórios e significados.

Ter amizades no bairro Bom Jardim me permitiu conhecer outra realidade que não apenas a minha. Com isso, adquiri uma imunidade social e moral que me permite chegar sozinho até a residência deles. Ao contrário dessa realidade, quando vou conversar com a minha amiga Cícera, que reside no bairro de Fátima, ainda fico meio tímido para chegar até o apartamento dela. No complexo emaranhado do sistema de segurança do seu condomínio sempre me perco - aperta aqui, destrava ali - não me acostumo mesmo. Aquela grade me inibe, não pela sua altura, mas por outros fatores mais sutis: que suspeitem de mim pela minha aparência (cabeludo, de bermuda e negro), ou que pensem que sou um assaltante, sei lá. Então fico quietinho aguardando ela me “pegar”.

Quando visitava minha amiga Luciana, no bairro Vicente Pinzón, notei que as pessoas podiam entrar e sair de alguns condomínios fechados sem serem paradas ou questionadas. Inclusive, houve até um dia no qual o porteiro me levou para o apartamento da Luciana, já que eu tinha esquecido o número e não sabia decorado o percurso. Que geógrafo! De fato, os muros não são apenas aparatos físicos, mas também simbólicos. Antes de chegar ao seu condomínio, Luciana me alertou: “Lucas, aqui é meio perigoso. Cuidado quando você vier. Você pega o Serviluz/Vicente Pinzón e desce numa parada depois do motel, que vou te esperar lá”. Ironia ou não, no dia que ela foi me deixar na parada, ela estava mais temerosa do que o seu próprio visitante. Aquela atmosfera social lembrava muito o Conjunto Tancredo Neves, bairro onde moro, lugar onde se vê gente passeando nas ruas, estagnadas no barzinhos ou embaladas ao som do forró. Não senti medo, senti apenas uma curiosidade pelas relações sociais ali desenvolvidas. Percebi que a Luciana não tinha uma boa imagem dos seus vizinhos, os quais, para ela, eram “os pobres”.

Ser assaltado na Parquelândia por dois rapazes com carros e bem “aparentados”, como percebeu minha acompanhante, foi uma nova experiência: “pôxa, eram dois *playboys*, os caras nem tinham pinta de ladrões”, disse a Margarete. Falei para ela que nos 20 anos da minha existência, nunca fui assaltado no Conjunto Tancredo Neves, mas ironicamente fui

abordado roubado justamente na Parquelândia, bairro nobre na cidade. Eu acabara de descobrir que os assaltos naquela área eram mais freqüentes do que eu imaginava e que a territorialidade também é marcante. Uns diziam: “na verdade, você foi assaltado no Parque Araxá”, com o argumento de que os rapazes que nos assaltaram eram oriundos de outro bairro. Todos estes fatos serviram para que eu confirmasse a impressão de que a violência não tem um rosto, cor ou estilo definidos.

Percebi também que no Conjunto Tancredo Neves eu estava aparentemente mais seguro do que em outros espaços da cidade. Outro dia só não fui assaltado na avenida Aguanambi porque fui reconhecido por um dos dois rapazes. Neste caso, pude perceber que o território é flutuante. Entender que realmente o território é poder não impede também de entendê-lo como um lugar composto de símbolos, significados e identidade. O território, neste caso, é o “pedaço dos chegados”, “dos enturmados”, daqueles que pelo menos se reconhecem. Nem era assim tão íntimo do rapaz. No entanto, ele me reconheceu graças às partidas de futebol no campo da Cobal (Conjunto Tancredo Neves).

Usufruindo de um momento *flaneur* num barzinho embaixo do viaduto da avenida Aguanambi, portanto um espaço de intersecção de bairros da classe média, pude observar que ali pessoas de diferentes territórios transitavam, seja para tomar cerveja, ouvir um som, uma seresta ou, às vezes, paquerar: pessoas do Lagarmar, da favela da Maravilha ou que trabalham como empregadas domésticas do bairro de Fátima e Benfica, todos, estão lá para aproveitar um pouco do lazer e confirmar que o bar é um local de encontro e de sociabilidade. Neste outro caso, os aspectos simbólicos estão associados à variável territorial: os seus freqüentadores se reconhecem, seja na roupa, na postura corporal ou na linguagem por eles empregada, de acordo com seus lugares de origem.

Todos estes fatos são importantes para justificar as afirmações que fizemos no texto. Ainda que tenhamos cometido “exageros”, as colocações, mesmo sem citações, são ancoradas em observação direta. Foi nesta complementação entre teoria e prática que fui redescobrimo meu objeto de estudo. As relações se tornaram mais importantes do que os fatos.

Nessa perspectiva, o objetivo da pesquisa desdobra-se atualmente para entender os conflitos territorializados no bairro Jardim das Oliveiras. Nosso objetivo inicial foi identificar os diferentes territórios que compõem o bairro, enfatizando os conflitos territorializados entre microgrupos sociais e/ou indivíduos que habitam o Conjunto Habitacional Tancredo Neves e o Conjunto Habitacional Tasso Jereissati. Estes conflitos somente têm sentido para os moradores deste local e cercanias. Nossa pretensão é tratar os conflitos citados arrimados na lógica territorial entre os jovens do Jardim das Oliveiras “diferenciados dos crimes como os assaltos, que espalham medo pela cidade, embora todos estejam inegavelmente relacionados em um mesmo contexto” (AVELAR E ALMEIDA, 2008, p.286) os quais contribuíram para a fragmentação socioterritorial da cidade de Fortaleza.

O bairro Jardim das Oliveiras é uma divisão político-administrativa adotada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) que, entretanto, não consegue apreender de forma adequada a complexidade territorial deste espaço da cidade. O bairro em questão apresenta uma multiplicidade de territórios quase sempre vistos como espaços violentos e perigosos. São estereótipos e estigmas territoriais que se materializam no momento da procura de um emprego, de uma abordagem policial e outras formas de contato social.

A ideia neste trabalho é fazer um caleidoscópio da violência no bairro. No caso específico da criminalidade, ela possui uma concentração por cor/raça, sexo, idade, estado civil e escolaridade. Essas variáveis nos dão uma amplitude de análise muito grande para o problema abordado. Os conflitos territoriais passam inegavelmente por discussões de gênero e estigmas territoriais. Os adolescentes são vítimas de uma construção social que os instiga a serem homens fortes. Insultar e desafiar são regras, e ser violento e truculento, um produto indireto de nossa forma de educar os jovens. Estes também são as principais vítimas da criminalidade violenta. Mais cruel, a violência carrega consigo uma estigmatização territorial que às vezes passa despercebida. Quem morre nesse país e, em particular, na cidade de Fortaleza, são homens jovens de baixa escolaridade, preferencialmente pardos e/ou negros moradores de territórios estigmatizados. Nesse sentido, o trabalho em desenvolvimento busca

explicar também por que a juventude é o grupo social mais vulnerável a sofrer violência e, inevitavelmente, os homicídios.

O bairro Jardim das Oliveiras, no contexto da violência na cidade de Fortaleza, tem apresentado um quadro agudo no que tange ao aumento da criminalidade violenta nos últimos anos, de forma mais veemente a partir de 2005. Em 2006, conforme os dados da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza, o bairro foi o segundo mais violento em número absoluto de homicídios na capital. Este tipo de violência tem sido resultado principalmente de conflitos entre microgrupos sociais pertencentes majoritariamente dos conjuntos habitacionais Tancredo Neves e Tasso Jereissati. Rivalidades, rixas, mortes, pactos e traições fazem parte do cotidiano dos jovens do bairro.

A criminalidade violenta não apenas vitimiza pessoas como também muda o cotidiano, contribui para segmentação social do bairro e estigmatiza a população, além de outras conseqüências. A violência e as rivalidades entre indivíduos e microgrupos rivais têm feito com que as pessoas deixem de circular pelos seus territórios. O medo de morte ou de represálias vem dificultando os contatos entre famílias, amigos e parentes.

O aumento da criminalidade violenta não é um fato exclusivo de certos espaços da cidade. Ela é sentida em todas as escalas de análise. A violência tem aumentado no Brasil e no Estado do Ceará e a cada dia mais pessoas são vítimas de homicídios. Esta variável já é a terceira causa de mortalidade na população brasileira, ficando atrás apenas das mortes por trânsito e doenças cardiovasculares. Devido a isto, as pesquisas recentes estão usando este tipo de criminalidade violenta para explicar um pouco a violência urbana.

A violência urbana tem como pano de fundo a precarização das condições de vida no Brasil. De acordo com Marcelo de Souza (2000) e Ermínia Maricato (1996), o aumento da conjuntura violenta enfocada coincide justamente com as transformações socioespaciais que ocorreram da década de 1980 nas metrópoles brasileira. O crescimento econômico verificado no Estado do Ceará não foi acompanhado de uma distribuição justa da renda, sendo a extrema desigualdade social uma das características da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), sentindo os habitantes do bairro Jardim das Oliveiras seus reflexos mais intensamente.

Ribeiro (2004) enfatiza que dentre os muitos aspectos da violência urbana, destaca-se a distribuição desigual da criminalidade violenta, concentrando-se fundamentalmente nos bairros das populações menos favorecidas. Os maiores índices de homicídios são encontrados em territórios cuja população está sujeita a uma maior vulnerabilidade social, sobretudo aquela que vive em espaços segregados da RMF.

A cidade de Fortaleza, assim como outras capitais, assiste à instalação de uma nova realidade urbana. Processos antigos adquirem novas facetas, novos processos tornam o seu tecido urbano cada vez mais complexo e fragmentado. Esse contexto espacial justifica sua apreensão a partir da conjugação de escalas e processos variados. A cidade vista como uma divisão dual, com separação entre aqueles que habitam o centro e a periferia e uma clara oposição das classes ricas e pobres deve ser contestada. A cidade de Fortaleza está se expandindo e sua malha urbana já se encontra articulada com as de outros municípios. Eis que Fortaleza se faz metrópole institucional e concreta, dividindo-se paralelamente, fragmentando-se em verdadeiros microterritórios que, em muitos casos, desafiam o poder do Estado.

Os conflitos territorializados parecem se multiplicar na cidade de Fortaleza. Cada vez mais, novos lugares são adicionados ao estigma de espaços violentos. Outrora os bairros considerados violentos eram o Pirambu, Bom Jardim, Lagamar e Serviluz. Hoje, a lista se torna mais longa, destacando-se os seguintes espaços: Jagurussu, Messejana, Conjunto Tancredo Neves e Conjunto Tasso Jereissati (no bairro Jardim das Oliveiras), São Miguel e outros.

Não obstante, não está ocorrendo apenas um aumento sensível no número de bairros considerados violentos; ocorre que muitos bairros passaram ou estão passando por processos de fragmentação territorial. Embora não tenhamos ainda uma compreensão mais abrangente da hipótese colocada, em lugares como o Lagamar, Bom Jardim, Serviluz e Jardim das Oliveiras, a circulação de pessoas está cada vez mais restrita pelos conflitos deflagrados entre grupos sociais pertencentes a territórios rivais.

Desta maneira, a dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro, realizamos uma análise dos pressupostos teórico-metodológicos que subsidiaram o trabalho realizado. Neste momento, houve um cuidado maior com os conceitos e noções a serem utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Território, violência urbana e territorialidade foram a princípio os escolhidos através do levantamento bibliográfico. A seguir, houve uma descrição dos procedimentos adotados durante o estudo.

No segundo capítulo, realizou-se uma contextualização do problema da fragmentação do tecido socioespacial de Fortaleza. De um lado, territorialidades como os condomínios fechados e *shoppings centers*. De outro, conflitos territoriais que se espalham por vários pontos da cidade de Fortaleza, atingindo inclusive os municípios da Região Metropolitana. O capítulo também aborda outras questões como o medo na cidade de Fortaleza, a violência juvenil e os estigmas territoriais que transformam bairros inteiros em locais de “pobres e criminosos”.

No terceiro capítulo, adentramos de forma mais aguda no nosso objeto de estudo. Tentamos compreender a produção dos diferentes territórios que compõem o espaço do bairro Jardim das Oliveiras e seu conteúdo socioeconômico.

No quarto capítulo, procuramos entender os mecanismos que levaram à escalada da violência e a progressiva fragmentação territorial do bairro. Enfatizamos o papel desempenhado pela demarcação das fronteiras internas e nas estratégias adotadas pelos microgrupos sociais em conflito, retirando a “nuvem de fumaça” que parece encobrir a delimitação de espaços do tráfico de drogas. Finalizamos o capítulo com uma reflexão acerca das representações produzidas pela mídia e pelo imaginário coletivo, as quais apresentam o bairro como um lugar violento e perigoso, em contrapartida com a imagem do lugar de lazer e do encontro. A violência presente no cotidiano e nas narrativas sobre o bairro pode inibir uma série de fluxos comuns a qualquer lugar. Entretanto, não impede que as pessoas saiam às ruas, frequentem a feira, visitem um barzinho ou boteco, muito menos que o comércio se expanda e serviços sejam criados para servir a população que permanece e àquela que chega.

## 2. TRAJETÓRIAS DA PESQUISA: ASPECTOS CONCEITUAIS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 2.1 Discutindo o conceito de violência urbana

A pesquisa científica é um exercício permanente pela busca de caminhos alternativos para apreender de forma mais verossímil possível a realidade investigada. A questão em pauta exige uma reflexão sistemática e procedimentos técnicos bem definidos de forma a inibir o quanto possível o senso comum. O estudo da violência deve envolver uma série de cuidados, tendo em vista as múltiplas possibilidades para compreensão dessa temática nada consensual.

O estudo da violência permite apreendê-las a partir de variadas abordagens. Como ressalta Michaud (1989) “é um erro pensar que a violência pode ser concebida e apreendida independentemente de critérios e de pontos de vista” (p.12). Na verdade, se trata mais de uma “ingenuidade”, já que ela pode ser interpretada através de critérios institucionais, jurídicos, psicológicos e sociais. No entanto, devemos entender que ela é um acontecimento inerente à própria condição humana. Embora se perceba pelas estatísticas uma elevação progressiva nas diversas formas de violências contemporâneas, o seu aumento parece ser sentido em distintos momentos da história da humanidade (MICHAUD, 1989). Além disso, o autor destaca que a violência é “a marca registrada de tempos inteiros do passado” (p.33).

Ao buscar inspiração nos dicionários franceses para o significado de violência, Michaud (1989) encontra a definição de violência como *o fato de agir ou fazê-lo agir contra sua própria vontade* ou *um ato sobre o qual se exerce a violência*. Etimologicamente falando:

Violência” vem do latim *violentia*, que designa violência, caráter violento ou bravio, força. O verbo *volare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que significa dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também da quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente, a palavra *vis* significa força em ação, o recurso de um corpo

para exercer sua força e, portanto, potência, o valor, a força vital. (IBID, p. 8).

No grego, a palavra violência evoca mais uma vez a força e o vigor. Em todo caso, a violência vincula-se à força exercida contra alguém ou alguma coisa acima da medida, caracterizando a ação como violenta (MICHAUD, 1989). Ainda neste contexto, o referido autor elabora de forma mais aprofundada esta concepção de violência:

(...) quando, numa situação de interação, um ou mais autores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, provocando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas e culturais (IBID, p.10-11).

Ainda nesta discussão, se por um lado a violência de forma objetiva diz respeito à aplicação de uma força desproporcional contra outrem, caracterizando como agressão e maus tratos, esta própria violência assume um caráter qualitativo em função de sua variabilidade no tempo e no espaço.

Abromovay (2002), baseado nas idéias de Chesnais, explica que a noção de violência é, por princípio, ambígua, e não existe uma concepção única do que seja violência. No entanto, certamente existe uma multiplicidade de atos violentos cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro. Se por questão de “comodismo” ou limitação se privilegia mais a integridade física, deve-se considerar que a violência é uma noção normativa. O caráter ambíguo do termo é percebido na concessão de certos tipos de violência no âmbito dos esportes ou da manutenção da ordem (MICHAUD, 1989).

Na realidade de Fortaleza, uma reflexão histórica sobre a criminalidade e violência na cidade, deve considerar a perspectiva que as práticas consideradas violentas da Fortaleza de ontem não devem ser as mesmas de hoje. Eduardo Campos (1996) ao fazer uma análise do cotidiano da cidade de Fortaleza no século XIX e início do XX, explicita:

Os atentados ao pudor, por atos impudicos, praticados diretamente contra a pessoa de um ou outro sexo, a corrupção dos menores, o defloramento, o estupro físico ou legal, o rapto, o lenocínio e o adultério, merecem a maior atenção por parte da polícia, tendo esta, em defesa da honra social e privada. (p. 32).

Naquele período as prisões eram realizadas, sobretudo, por atos de homossexualidade, defloramento, estupro, rapto, lenocínio e adultério. Como se vê, alguns atos punidos no passado caíram em desuso e outros crimes, com o tempo, passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas na cidade.

Consoante este aspecto, Abramovay (2002) explica que as manifestações de violência assumem formas amplas e complexas na atualidade e, por causa desta enorme complexidade, não é nos permitido falar de uma violência unívoca, já que cada violência específica tem suas próprias lógicas e determinantes. Para Waiselfisz (2002), há uma complexidade e diversidade de formas de violência, desde a doméstica até a das ruas, trânsito, escolas, campo, a praticada contra jovens, idosos e mulheres<sup>1</sup>, além da violência criminal propriamente dita.

Souza (2000) esclarece que a violência é um fenômeno experimentado atualmente em escala planetária e em outras escalas. A violência compreende tanto os estupros em massa por milicianos sérvios na Bósnia como o linchamento de um criminoso por moradores na periferia do Rio de Janeiro; um ataque terrorista durante as olimpíadas de Atlanta ou o transbordamento da agressividade no trânsito de uma grande cidade.

Parece-nos mais produtivo reservar a expressão violência urbana para as diversas manifestações interpessoais explícitas, as quais, além de terem lugar no ambiente urbano, apresentem uma conexão bastante forte com a espacialidade e/ou com problemas de estratégias de sobrevivência que revelam ao observador particularidades ao se concretizarem no meio citadino. (SOUZA, 2000, p. 52).

---

1 Com a LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher deixa o espaço familiar e ganha os tribunais.

Segundo o referido a autor, o termo violência urbana é reservado àquelas ações violentas praticadas no trânsito, aos “quebra-quebras”, aos assassinatos perpetrados por grupos de extermínio e aos atos violentos praticados por quadrilhas de traficantes de drogas ou gangues de ruas. Machado da Silva (2008) admite também a questão da violência urbana como sendo ações e condutas que têm a cidade como campo de atuação. Para ele, a representação de violência urbana:

(...) indica um complexo de práticas legal e administradamente definidas como crime, selecionadas pelo aspecto da força física presente em todas elas, que ameaça duas condições do sentimento de segurança existencial que costumava acompanhar a vida rotineira – integridade física e garantia patrimonial. “Violência urbana” é, portanto, uma representação que interroga basicamente o crime comum, mas o foco não é o estatuto legal das práticas consideradas, e sim a força nelas incrustadas, que é interpretada como responsável pelo rompimento da “normalidade” das rotinas cotidianas, ou seja, da certeza sobre o fluxo regular das rotinas em todos os aspectos cognitivo, instrumental e moral (SILVA, 2008, p.36)

Tanto Zaluar (2002) como Misse (1995) tipificam a violência urbana como difusa. A violência urbana abrange o imaginário coletivo, envolvendo uma gama de eventos, na maioria dos casos relacionados às ocorrências de crimes violentos<sup>2</sup>. Falar em violência urbana é adentrar num termo que pode envolver sentimento de segurança, vulnerabilidade e risco.

Consideramos que a violência urbana é uma noção que melhor explica as práticas violentas contemporâneas. Não que ela dê conta do todo; ela restringe a violência a partir das normas, técnicas e características sociais do momento atual. Nas falas dos moradores da Cidade de Deus, Zaluar (1985) identificou no revolver, no policial corrompido e nos “pivetes”, o objeto e sujeitos da violência urbana. O certo é que a criminalidade violenta, especialmente relacionada ao tráfico de drogas, das quadrilhas de assaltantes e dos conflitos

---

<sup>2</sup> Crimes violentos são aqueles que apresentam ameaça à integridade física ou à vida da pessoa e podem ser, conforme a classificação da Senasp, letais e intencionais (homicídios, lesões corporais seguidas de morte e roubos seguidos de morte – latrocínio), não letais contra a pessoa (tentativas de homicídio, estupros, atentados violentos ao pudor e torturas) e contra o patrimônio (roubos e extorsões, mediante seqüestro). (TAVARES E PAIVA, 2007).

entre microgrupos sociais é completamente diferente das formas de violência operadas nos tempos passados.

Quanto às suas causas, devemos ser mais cautelosos, pois para um fenômeno complexo, multifacetado e dinâmico como é a violência urbana, torna-se difícil encontrar uma única justificativa para tal acontecimento. “O problema está em atribuir a uma condição de possibilidade o papel de causa – a possibilidade de ocorrência de um evento não pode ser vista como causa dele”. (SILVA, 2008, p.40).

Nesse sentido, o estudo da violência urbana envolve majoritariamente análises que tentam verificar uma relação de causa e efeito. Alba Zaluar (2002) propôs oito temas<sup>3</sup> para serem debatidos com relação à violência. Um dos temas é que a pobreza é causa da criminalidade. Argumenta o autor que, apesar das boas intenções das análises, elas carregam suspeitas prévias que os policiais e outros segmentos sociais têm dos pobres. A relação simples entre pobreza e criminalidade “exuma” as teorias das classes perigosas e da marginalidade. Desta discussão, os argumentos críticos de Misse (1995) conseqüentemente são:

Se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é; a esmagadora maioria dos presos e desocupados é de pobres porque a polícia segue um “roteiro típico” que já associa de antemão a pobreza (ou marginalidade e também os negros e desocupados) com a criminalidade; os pobres declaram nas pesquisas que não se identificam com qualquer carreira criminal, pois são trabalhadores honestos (p.4-5).

Ademais, as pesquisas sobre a criminalidade contemporânea demonstram que “os pobres são as maiores vítimas de furtos, roubos e assassinatos, estes últimos nos locais onde o tráfico de drogas domina e não há policiamento que proteja a população”. (ZALUAR, 2002, p.19).

É importante também, neste contexto, a explicação da violência a partir da desigualdade social. A relação simplista entre renda e criminalidade exclui do campo de análise a dimensão do poder e não se aprofunda na própria dimensão da desigualdade entre os

---

<sup>3</sup> Zaluar (2002) questiona a assertiva de que a cultura da violência existe e cresce e o monopólio legítimo da violência no Brasil.

homens. Há diferentes dimensões da desigualdade que não são incorporados aos índices: a civil, a cultural, a institucional etc. Como Zaluar (2002) mesmo afirma:

A desigualdade é parte da microestrutura de poder no interior das quadrilhas e se manifesta não só na divisão do butim que cabe a cada um, mas também no diferencial de submissão aos instrumentos da violência. Os que estão nos escalões mais baixos sofrem muito mais o medo e o martírio de viverem ameaçados pela morte cruel e implacável nas mãos dos inimigos. Vivem sob o império do interdito da traição e da ação independente do comando. A violência cria um abismo absurdo entre o que detém o instrumento, o que obriga a submissão, e a sua vítima, que não tem defesa nem recurso. Tem que obedecer (p. 21-22).

Uma associação simples entre renda e violência é perigosa, afinal, como diz Marcelo de Souza (2000), se essa associação fosse verdadeira países como Índia e Paquistão seriam os mais violentos, o que não é verdade. Mas se não podemos fazer uma relação causal, é verdade que as condições socioeconômicas possibilitaram no plano concreto um terreno para o aumento da violência urbana. É evidente que isso não é regra, já que indivíduos oriundos de famílias com baixa renda e escolaridade conseguem por vezes alcançar um futuro melhor do que outros com condições mais propícias.

Os trabalhos que analisam o problema da criminalidade violenta também tentam identificar padrões espaciais através de informações sociodemográficas, relegando a importância ao território. O que estamos propondo neste trabalho é fazer uma abordagem territorial para o estudo da violência urbana, considerando a multiplicidade do fenômeno analisado e dando reais proporções às condições socioeconômicas e dos valores e representações sociais.

Um trabalho interessante é o de Ferreira e Penna (2005), que usa o conceito de território para entender a reprodução da violência nesta mesma cidade. Estes últimos, ao analisarem a violência urbana usando a territorialização da violência (produção do espaço da violência) no Rio de Janeiro, afirmaram que a tradição da Geografia neste tema se resume à sua espacialização e correlação com as condições do local onde os crimes acontecem,

enquanto os órgãos públicos se restringem a vigiar e punir os criminosos. Segundo os autores, ao se relacionar a violência fixa no espaço urbano às condições inerentes que lhe deram origem, percebe-se que os diferentes territórios das cidades são as bases sobre o qual se formam as identidades urbanas.

Por conta de tudo que já fora colocado, a violência é um termo amplo, cuja definição precisa é quase impossível. No entanto, isso não foi justificativa para não tentarmos uma aproximação conceitual que nos norteará durante nossa pesquisa. O estudo em desenvolvimento leva em consideração a violência urbana, mesmo com seu caráter difuso. Em termos práticos, usamos os crimes violentos para contextualizá-la. Embora a violência urbana não seja um termo de fácil definição, compreendemo-la sob a óptica das práticas violentas contemporâneas operadas no meio ambiente urbano. Durante todo o desenvolvimento do trabalho, usamos preferencialmente os homicídios para abordar a temática da violência na cidade de Fortaleza. Como justificativa, temos o fato do homicídio representar a violência elevada ao grau extremo, além de sua fonte de dados ser mais confiável do que outras práticas violentas (WAISELFISZ, 2002). Acreditamos que essa seja uma variável que melhor representa os conflitos entre microgrupos sociais rivais que lutam pela hegemonia territorial.

## **2.2 Em busca de uma abordagem territorial para o estudo da violência: espaço, relações de poder e controle social**

O embasamento teórico para esta pesquisa teve dois momentos cruciais: primeiro, a escolha de um conceito balizador, que não renegasse os demais, o que nos fez chegar ao de território. Este conceito integra os conceitos-chave<sup>4</sup> da Geografia e pode tornar-se numa arma eficaz para compreender a violência urbana que ocorre nas metrópoles brasileiras. Posteriormente, também trabalhamos com a noção de territorialidade, e houve a seleção de autores que utilizam esse termo em suas pesquisas.

---

<sup>4</sup> Para Lobato Corrêa (1995) os conceitos-chaves da Geografia são espaço, território, paisagem, lugar e região.

Iniciamos nosso aporte conceitual afirmando que a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia são campos do conhecimento que possuem uma larga experiência em estudos envolvendo a violência. E o que dizer da Geografia? Bem, a Geografia é uma disciplina que de certa forma relegou os estudos sobre violência durante um período considerável de tempo. É indubitável que parte desse desprezo deve-se à preocupação da Geografia em definir seu objeto de estudo e pela maior relevância de outras temáticas para a ciência geográfica num determinado período.

O conceito de território apareceu primeiramente no domínio científico pela etologia (ciência que estuda o comportamento animal) por volta de 1920. Os trabalhos de Elliot Howard sobre a territorialidade animal são pioneiros, bem como os do australiano Konrad Lorenz (1973) e do holandês Nicolas Tinbergen (1967).

Claval (1999) diz: “Se os anos setenta marcaram a predominância do conceito de espaço para a explicação da realidade por parte dos geógrafos, posteriormente o território voltou à cena como um conceito norteador das pesquisas geográficas”. O território assumiu importância preponderante em diversas disciplinas, constituindo-se em um conceito balizador da Geografia, pois:

A história, assim como os acontecimentos atuais, pode ser interpretada pela idéia de busca e formação dos territórios. Seria lastimável que os geógrafos nada tivessem a dizer sobre uma coisa que está ou no ponto limítrofe de seu domínio. Os grupos, as etnias e os povos existem por sua referência a um território, real ou sonhado, habitado ou perdido” (BONNEMAISON, 2002, p.12).

Os trabalhos de Erikin (1967) com os aborígenes australianos, Jean Pierre (1977) e Bonnemaïson (1986), em Vanuatu, todos eles se inclinavam a estudar o sentido de enraizamento e afetividade que os povos tradicionais teciam sobre o solo que nasceram e morreram seus antepassados (CLAVAL, 1999). Sobre o discutido, o referido autor argumenta:

A consideração da dimensão territorial traduz uma mutação profunda na abordagem geográfica: falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais são inscritas as existências humanas foram construídas pelos homens, ao mesmo tempo pela técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles compartilham (p, 11).

O que os homens compartilham é um território criado a partir das representações, conferindo assim uma identidade coletiva. A identidade seria algo que une os homens e ao mesmo tempo os diferencia.

(...) porque os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem de certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção de identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura; em um certo momento, num certo ambiente: os dados objetivos permitiram, no mesmo quadro, definir outras identidades (IBID., p.16).

A noção de territorialidade está intimamente atrelada ao conceito de território, tal noção é concebida por Howard (1920) “como a conduta característica adotada por um organismo para tomar posse e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie” (*apud* BONNEMAISON, 2002, p. 98-99,). Sua translocação para as ciências humanas veio com os estudos realizados por Konrad Lorenz. Apesar do avanço filosófico e epistemológico que muitos negaram (BONNEMAISON, 2002), a noção adquiriu uma especial atenção posto que:

A organização da vida segundo as normas e os valores afirmados por uma cultura e a execução de sistemas de relações institucionais que ela supõe não podem se fazer no vazio: eles se desenrolam no espaço e o pressupõem em todos os níveis. Ele lhes é necessário como suporte material e lhes fornece uma de suas bases simbólicas. A maior parte das estruturas conhecidas na vida coletiva se traduz através de formas de territorialidade (CLAVAL, 1999, p. 23).

Bonnemaison (2002) teve a oportunidade de estudar as sociedades tradicionais insulares na Oceania, etnias ligadas apaixonadamente aos seus territórios fragmentados em inúmeros pequenos grupos independentes. Este autor põe em relevo a noção de territorialidade que para ele se mostra através dos geossímbolos (rochedos, bosques, os caminhos rotineiros etc), segundo o qual:

A territorialidade se situa na junção dessas duas atitudes; ela engloba simultaneamente aquilo que é fixação e aquilo que é mobilidade – dito de outra maneira, os itinerários (...) Por conseguinte, a territorialidade é compreendida muito mais pela relação social que um grupo mantém com a trama de lugares e itinerários que constituem seu território do que pela referência aos conceitos habituais de apropriação biológica e de fronteira (p.99-100)

A territorialidade se aproxima do espaço vivido, sendo formada pelos lugares e trajetos cotidianos. Pode-se dizer que esta é:

(...) a expressão de um comportamento vivido: ela engloba, ao mesmo tempo, a relação do território e, a partir dela, a relação do espaço “estrangeiro”. Ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impede para fora do território. Lá é onde começa o “espaço” (IBID, p.107).

Nas sociedades tradicionais e primitivas estudadas por Bonnemaison, o território pode ser fechado ou pode ser mais aberto aos aliados e vizinhos. Logo, “a territorialidade é uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o território que ‘que dá segurança’, o ‘símbolo de identidade’, e o espaço da mobilidade, da errância”. (BONNEMAISON, 2002, p.107).

Já na sociedade moderna urbanizada, o que se tem como etnia são grupos complexos de contornos mutantes, eles mesmos estratificados em uma infinidade de microgrupos que possuem, cada um, seu tipo de discurso. Eles constituem o quadro real de existência de cada pessoa. Em sua pesquisa, Bonnemaison (2002) vislumbra a possibilidade de aplicação de seus estudos em sociedades e ambientes diferentes, fundamentalmente em

“grandes espaços” e nas sociedades urbanas industriais. Para o autor, a perspectiva delineada pode ser “enriquecida por uma abordagem cultural, concebida em termos de territorialidade e representação geosimbólica” (BONNEMAISON, 2002, p. 130).

Entretanto, é com Mafessoli, popularizado pelo termo *tribos urbanas*, que as pesquisas sobre microgrupos sociais urbanos tomam fôlego. Contra o pensamento tradicional difundido entre os autores contemporâneos e que seria a tendência exacerbada ao individualismo, o autor afirma justamente o inverso, pois o que se observa é a aglutinação das pessoas em tribos, definidas por gostos e interesses em comum e, em seguida:

Naturalmente, devemos estar atentos ao componente relacional da vida social. O homem em relação. Não apenas em relação interindividual, mas também a que me liga a um território, a uma cidade, a um meio ambiente natural que partilho com outros. Estas são as pequenas histórias do dia-a-dia: tempo se cristaliza em espaço pessoal. A partir daí, de um lugar se tornar história pessoal. (MAFESSOLI, 1987, p.170).

Marcelo Lopes de Souza (1995) diz que os “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades” (p.87). Quanto a isso, acredita que as metrópoles do “Primeiro” e “Terceiro Mundo”, com toda sua complexidade, parecem conter os exemplos mais interessantes e variados de territorialidades flexíveis. O autor salienta os territórios da prostituição (prostitutas e travestis), dos camelôs e do tráfico de drogas.

Haesbaert (1995) adverte que o território pode ser visto numa visão funcional-estratégica ou numa apropriação simbólica-cultural. De acordo com este autor, domínio e apropriação são termos fundamentais para entendimento das abordagens colocadas em ênfase. O domínio exprime como os indivíduos ou grupos sociais poderosos controlam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais. Por outro lado, a apropriação se aproxima do espaço de vivência cotidiana, “a aproximação não pode ser compreendida sem o tempo, os ritmos de vida” (HAESBAERT, 2005, p. 170). Raffestin (1993) defende a seguinte idéia:

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face vivida” da face “agida” do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 162)

Haesbaert (1995) explica que a territorialização pode envolver o sentido de domínio político e de apropriação simbólico-cultural. Afirma: “a produção do espaço envolve sempre, concomitantemente, a desterritorialização e a reterritorialização” (p.170).

Haesbaert inspirado em Raffestin, propôs uma tríade conceitual para compreender esse processo concomitante de desterritorialização (ou T-D-R). Ele faz questão de esclarecer:

Tríade que nada mais é que um recurso analítico para apreender distinções dentro de amplo *continuum* que se estende a territorialização mais fechada e enraizada dos *territorialismos*, como predominava entre as sociedades tradicionais (e muitas vezes reaparece no chamado neotribalismo contemporâneo). Até a desterritorialização mais extrema (aqui denominada de *aglomerados de exclusão*), em que os indivíduos perdem seus laços com o território e passam a viver numa mobilidade e insegurança atroz, como em muitos acampamentos de refugiados e grupo de sem-teto. (HAESBAERT, 1995, p.170).

Raffestin (1993) defende uma abordagem relacional que considere os diversos atores sociais envolvidos na produção e apropriação espacial. Colocando em relevo as relações de poder, diz ele:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um projeto). Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação, o ator “territorializa” o espaço (p.193).

Bem, essa consideração de Raffestin de que o espaço é anterior ao território pode ser relativizada em casos mais específicos, como por exemplo, o bairro Jardim das Oliveiras. Composto por áreas de risco e muitos conjuntos habitacionais, considera-se que seus espaços foram produzidos e ao mesmo tempo apropriados pelo contínuo processo de (re)territorialização. Um exemplo é do conjunto Habitacional Tancredo Neves, cuja população foi relocada do Lagamar para a nova localidade. O espaço a ser habitado pelos novos moradores foi produzido antes mesmo de ser ocupado e no decorrer do tempo tal espaço foi apropriado material e simbolicamente pela comunidade. Encorpendo a discussão, Raffestin (1993) estima as relações de poder envolvidas no processo de produção territorial, onde:

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (p.7-8).

A abordagem do território, inclinada mais para a vertente culturalista e política, também nos auxiliará no intuito de analisarmos o território numa perspectiva multidimensional, sugerindo o seguinte:

(...) o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que são também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos. Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, o “território”, visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (HAESBAERT, 1995 *apud* SACK, 1986, p. 6).

Haesbaert (2005) admite que com a globalização os debates sobre o território se tornaram mais complexos e contraditórios, com ênfase para as dimensões política e ideológica. Nesse sentido, desenvolveram-se trabalhos que “pregavam” o fim dos territórios. Todavia, o referido autor era contra aqueles que defendem a desterritorialização, acreditando justamente no contrário:

É importante que ressaltemos agora, então, dentro dessa multiplicidade territorial em que estamos mergulhados, quais os traços fundamentais que distinguem a atual fase des-territorializadora, mais flexível, do capitalismo ou da modernidade [...] Entendemos que uma marca fundamental é, ao lado da existência de múltiplos tipos de território, a vivência cada vez mais intensa daquilo que denominamos multiterritorialidade (p. 6778).

Para Haesbaert (2004), a multiterritorialidade significa experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo. Esse processo é acompanhado pela reconstrução constante de nosso próprio território. O autor ressalta que essa possibilidade sempre existiu, mas nunca em níveis provocados pela globalização.

Transportando a discussão do plano teórico para o nível concreto, no bairro Jardim das Oliveiras constatou-se que diferentes grupos sociais territorializaram vários espaços, produzindo representações em torno deles. Essas representações se dão no plano da afetividade e identidade, resultando numa representação social até certo ponto consensual sobre o que seja o meu território e o que é o território do outro, numa relação de alteridade. Nesta perspectiva, ao longo do tempo as pessoas no bairro se identificaram mais com certos espaços do que com outros, e hoje essa composição se dá em um espaço multiterritorial.

Marcelo de Souza (1995) considera a Geografia e a Geografia Política como as disciplinas mais diretamente associadas à análise do território. No entanto, quase sempre estas disciplinas estiveram orientadas para compreensão do conceito de território atrelado especificamente à escala do Estado-Nação. Segundo ele:

O território surge, na tradicional Geografia Política, como espaço concreto em si (com atributos e socialmente construídos) que é apropriado, ocupado por um grupo social. A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidades: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, 'paisagem') (1995, p.84).

Considerar o território apenas como um espaço físico sobre o qual um Estado mantém sua soberania gerou uma rigidez e um uso indiscriminados dos termos território e espaço, obscurecendo o caráter eminentemente político do primeiro (SOUZA, 1995).

Tomando esta linha de raciocínio, o território deve ser concebido como um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, não se restringindo somente às características geológicas e aos aspectos naturais de uma determinada área. O território é fundamentalmente um instrumento de exercício de poder, cujo foco deve-se direcionar para quem domina ou influencia o espaço, e como ocorre essa dominação. As relações de poder incrustadas no espaço tornam o território mais flexível e instável. O território pode também, constituir-se de uma rede de relações sociais e sua escala temporal pode variar diurnamente, mensalmente ou mesmo com variação de séculos, podendo apresentar um caráter cíclico, nem sempre com fronteiras estáveis (SOUZA, 1995).

Em todo caso, deduzimos que foi a retomada da Geografia Cultural que possibilitou a exploração de outros temas. Recentemente, ainda que timidamente, alguns geógrafos têm procurando desenvolver estudos que tratam da violência numa abordagem territorial, em especial da violência urbana. Autores como Marcelo de Souza (1995; 2000), Ivan Queiroz (2000), e outros autores têm dado consideráveis contribuições para "acalorar" as discussões que envolvem a violência.

O território aparece como um poderoso instrumento analítico a embasar pesquisas sobre o tráfico de drogas nas cidades brasileiras, gangues e distribuição espacial da violência. O território pode ser usado para entendermos a produção e a reprodução da violência em determinados setores da cidade (FERREIRA E PENNA, 2005).

Assim, muitos autores têm procurando fazer sínteses sobre as diversas abordagens territoriais. Albagli (2004) apoiada no trabalho de Marcelo de Souza (1995), considerando a gênese, a dinâmica e diferenciação dos territórios, evidencia as dimensões física, econômica, simbólica e sociopolítica. Claval (1999), com base nos trabalhos de Eric Dardel (1973), Jean Gottman, Robert Sack (1986) faz a seguinte divisão: numa perspectiva põe em evidência o território com base no controle e poder, e por outro prisma, representa o território fundamentalmente como símbolos.

No caso específico do nosso estudo, uma abordagem integradora parece ser a tônica do nosso trabalho. Procuraremos compreender como as identidades são construídas e de que forma os grupos sociais tentam exercer o domínio dos espaços no bairro Jardim das Oliveiras. A busca de uma hegemonia territorial no espaço em questão não pode ser entendida sem a mediação do conflito. Nessa perspectiva, as noções de territorialidade, poder e identidade são fundamentais para o entendimento dos conflitos que desenrolam no meio urbano de Fortaleza, em especial para as rivalidades baseadas nos espaços do bairro Jardim das Oliveiras.

### **2.3 Como estudar a criminalidade violenta na RMF**

Nossas preocupações também se direcionam para adequar procedimentos técnicos para o estudo da criminalidade violenta na cidade de Fortaleza. Em geral, percebemos que alguns estudos de violência já realizados no âmbito da Geografia buscaram como fonte principal de dados as referências indiretas, isto é, os dados retirados de jornais que podem gerar dúvidas sobre o processo de coleta e interpretação.

Durante a pesquisa bibliográfica, o trabalho de Ribeiro (2004) nos instigou a estudar a distribuição da criminalidade violenta em Fortaleza. De acordo com este autor, a criminalidade violenta, particularmente os homicídios, se distribui de forma desigual pelas metrópoles brasileiras. Ele afirma que:

O aumento da violência nas metrópoles guarda fortes relações com os processos de segmentação socioterritorial em curso que separam as classes

sociais em espaços da abundância e da integração e em espaços da concentração da população vivendo múltiplas situações de exclusão social – e acaba por constituir-se hoje em desvantagens locacionais de algumas metrópoles ao produzir condições econômicas e institucionais que bloqueiam sua capacidade produtiva, com impactos no emprego e na renda. (p. 10).

Outro estudo realizado na cidade de Belo Horizonte, Silva e Filho (2004) demonstrou que a maior densidade de homicídios concentra-se no entorno de alguns aglomerados da cidade e que existe uma coincidência entre regiões violentas e os locais assinalados como de maior vulnerabilidade.

Cárdia (2004) explorou a relação entre violência e acesso profundamente desigual a direitos, particularmente ao acesso a trabalho e renda. Analisa as relações existentes entre violência e pobreza, violência e desigualdade, desemprego e violência, características do mercado de trabalho e violência, reunindo, uma série de dados para compreender como as áreas são afetadas pelos homicídios ajudando assim a entender o crescimento da violência. A autora concluiu que há alguns fatores que representam risco de vitimação e fatores de proteção contra violência:

Entre os fatores de risco, destacam-se a falta de capital social e a superposição de desvantagens; entre os fatores de proteção, a presença de capital social, o acesso a direitos – em particular, o direito à saúde, à educação, à cultura e ao lazer. Levantamos também os efetivos policiais nessas áreas, pois a incidência de casos de homicídio com autoria desconhecida é nelas muito alta, o que poderia alimentar a sensação de impunidade. (p. 25)

Merece nota também o estudo de Maricato (1996) sobre a ilegalidade, desigualdade e violência na cidade de São Paulo. Ela utilizou algumas variáveis para evidenciar a segregação social, tal como a proporção de analfabetos, renda do chefe da família, densidade domiciliar e número de homicídios, mostrando que a produção do espaço não pode ser dissociada da sociedade desigual e discriminatória.

Concernente a essa temática, vale salientar o trabalho de Freitas e Lustosa (2009), os quais desenvolveram uma pesquisa sobre a violência na RMF. Os autores demonstraram que os homicídios em Fortaleza concentram-se em lugares com população vulnerável, particularmente nas áreas segregadas social e espacialmente. Nesse estudo, verificou-se que as áreas com população mais vulnerável a homicídios da cidade de Fortaleza são os bairros Bom Jardim, Jardim das Oliveiras, Jangurussu e Messejana. Todos estes bairros têm em comum uma população caracterizada por baixos salários e inserção no mercado informal.

Esses autores e às participações em cursos oferecidos pelo Observatório das Metrôpoles nos subsidiaram no desenvolvimento de um arcabouço de procedimentos técnicos capazes de entender um pouco a problemática da violência na cidade de Fortaleza. Utilizamos o conhecimento adquirido no curso de introdução a geotecnologias voltadas para o estudo das desigualdades socioespaciais, na utilização de *softwares* de estatística e geoprocessamento: *Statistical Package for Social Science* (SPSS), *EstatLab* e *Archiview*. Vale acrescentar a Oficina de criminalidade realizada pelo Observatório das Metrôpoles, no dia 30/03/2009, na cidade do Rio de Janeiro.

A pesquisa documental abrangeu várias fontes de dados. Nosso intuito a princípio foi construir um banco de dados para facilitar as etapas posteriores da pesquisa, bem como disponibilizá-lo para outros pesquisadores que se interessarem pela temática. Alguns documentos puderam ser encontrados em órgãos públicos e sites, além do acesso ao banco de dados do próprio Observatório das Metrôpoles.

As informações necessárias foram buscadas no site da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará (SSPCE), no banco de dados online do Sistema Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS), nos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), jornais/ hemerotecas, em especial Laboratório de Estudos da Violência/UFC (LEV/UFC), além de revistas, projetos, relatórios, tabelas estatísticas e mapas.

Uma importante fonte de dados utilizada para pesquisa foi Sistema de Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS). O SIM/DATASUS,

(...) oferece aos gestores de saúde, pesquisadores e entidades da sociedade informações da maior relevância para a definição de prioridades nos programas de prevenção e controle de doenças, a partir das declarações de óbito coletadas pelas Secretarias Estaduais de Saúde. A Base de Dados nacional gerada é administrada pelo CENEPI em cooperação com o DATASUS (...) A operacionalização do Sistema é composta pelo preenchimento e coleta do documento padrão - a Declaração de Óbito (DO), sendo este o documento de entrada do sistema nos estados e municípios. Os dados coletados são de grande importância para a vigilância sanitária e análise epidemiológica, além de estatísticas de saúde e demografia (2009)

O sistema utiliza a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10). De acordo com tal classificação, escolhemos as agressões dentro do capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade, códigos X85 a Y09, que são os homicídios. Com base nisso, fizemos uma caracterização da violência na RMF tomando como referência os números absolutos de homicídios, comparando diferentes escalas de análise, sempre que possível. Isso foi relevante para avaliar o aumento da violência no Brasil, no Ceará e em Fortaleza. Permitiu apreciar o papel das metrópoles, cidades e municípios na participação proporcional referente a homicídios, com ênfase na cidade. Isso é importante para avaliar, por exemplo, se Fortaleza realmente pode ser considerada uma cidade violenta. Afirmações como as que dizem que a violência em Fortaleza cresce a cada ano devem ser relativizadas, particularmente os homicídios, já que ocorrem períodos em que a taxa e o número absoluto de homicídios são decrescentes.

Os dados expostos permitem identificar os grupos sociais mais vulneráveis aos homicídios nas regiões metropolitanas. Variáveis de gênero, idade, faixa etária, raça/cor e escolaridade induzem a notáveis considerações sobre a criminalidade violenta.

Para a caracterização dos homicídios na cidade de Fortaleza foram selecionados os óbitos por residências, considerando o local de moradia como o espaço de vivência e experiência das pessoas com a violência. Neste caso, não é de estranhar que durante nossas discussões utilizamos também o conceito de lugar. Ademais, evitam-se alguns equívocos básicos como: digamos que uma pessoa foi atingida por arma de fogo no bairro Jardim das Oliveiras e perdeu a sua vida no Instituto Dr. José Frota (IJF). Certamente, irá constar na

declaração de óbito o centro da cidade, local onde o IJF se localiza. Com base neste procedimento o Centro teria um aumento significativo no número de homicídios. Por isso, considerar o local de residência das vítimas mostra-se como uma alternativa mais confiável do que o local de ocorrência do homicídio. Além disso, existe uma proximidade entre o local de ocorrência de um homicídio e o local de residência da vítima.

Outra fonte de dados empregada foi a pertencente à Célula de Vigilância Epidemiológica (CEVEPI) da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza. Na verdade, a CEVEPI trabalha com a mesma fonte de dados do SIM/DATASUS, ou seja, as declarações de óbitos do IML, o qual faz parte desse mesmo sistema. A diferença é que podem ser encontradas no site da CEVEPI informações de homicídios na escala dos bairros para a cidade de Fortaleza, contando ainda com as mesmas variáveis do SIM/DATASUS. Estes dados possibilitaram fazer a distribuição dos homicídios por bairro em Fortaleza, situando o bairro Jardim das Oliveiras durante o período de 1999 a 2009. As outras variáveis são faixa etária, raça/cor, estado civil e gênero. Não consta no site da CEVEPI a variável raça/cor, fundamental para o entendimento da problemática abordada. Para solucionar este empecilho, utilizamos uma fonte de dados do Observatório das Metrôpoles com os anos de 1998 a 2004.

Além disso, temos acesso ao banco de dados da CEVEPI do período de 1996 a 2009. Estes dados pormenorizados da CEVEPI foram utilizados para elaboração da tabela dos territórios na cidade de Fortaleza. No caso das vítimas de homicídios do bairro Jardim das Oliveiras, o banco de dados geralmente ainda contempla a informação se a vítima reside no Conjunto Tancredo Neves ou Conjunto Tasso Jereissati. Além destas, outras territorialidades chamam a atenção como o Mata Galinha (Castelão), Colônia (Cristo Redentor), Santa Terezinha (Mucuripe), Favela do Trilho (Aldeota), Lagamar (Aerolândia), Castelo Encatado (Vicente Pinzón), Favela do Capim (Genibaú), Favela Verdes Mares (Papicu), Mela-Mela (Granja Portugal) e outros. Além disso, durante o trabalho percebeu-se que um número razoável de pessoas vítimas de homicídios, foi considerado como moradora de um bairro, porém, pertencia na verdade a outros locais da cidade. Nesta perspectiva, discussões de identidade e estigmas territoriais fazem sentido.

Os arquivos de microdados, os quais são parte integrante do processo de disseminação dos resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000, foram utilizados para contextualização da problemática e para a caracterização socioeconômica do bairro Jardim das Oliveiras.

### 2.3.1 Entrevistas e sistemas simbólicos (jornais)

A metodologia adotada para realização deste trabalho será caracterizada por um estudo interpretativo dos fatos e narrativas que giram em torno da violência no bairro e na cidade de Fortaleza. Nosso enfoque principal foram as entrevistas, observações diretas sobre os conflitos territorializados, notícias veiculadas pela imprensa escrita (jornais) e da própria vida cotidiana do Jardim das Oliveiras.

Realizamos entrevistas com alguns moradores do bairro Jardim das Oliveiras. Pela história oral, procuramos entender a produção espacial do bairro mediante as falas de moradores mais antigos. Para entender o conflito territorial, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e não estruturadas com os moradores do Conjunto Habitacional Tancredo Neves e Conjunto Habitacional Tasso Jereissati, respectivamente. As entrevistas com estes dois grupos buscam entender como os moradores deste espaço da cidade veem a violência cotidiana, a mudança de suas rotinas e outros aspectos relevantes. As entrevistas foram organizadas por “coletivos de confiança”, dado o caráter qualitativo das informações coletadas e a insegurança que muitas pessoas podem sentir ao falar de determinados assuntos. Ao estudar a sociabilidades violenta nas favelas do Rio de Janeiro, Machado da Silva (2008) reserva a expressão “coletivo de confiança” para,

(...) procurar especificar uma composição de grupos focais determinada pelas condições da pesquisa e pelos objetivos amplos aos quais ela pretendia responder. Dada sua natureza de técnica qualitativa, o recrutamento de participantes de grupos focais costumam ser casual, via de regra respeitando apenas perfis amplos e vagos requeridos dos eventuais membros em função dos interesses de pesquisa; raramente são considerados os impedimentos a uma comunicação livre durante o funcionamento dos grupos (p.29).

O critério adotado é de que os membros a serem selecionados para realização das entrevistas tenham estabelecidos relações de confiança com o pesquisador. A medida visa minimizar o quanto possível a sensação de medo entre os participantes dos grupos focais. Ademais, este tipo de procedimento permite obter informações que normalmente não seriam possíveis com uma entrevista formal. Como o pesquisador reside no Conjunto Habitacional Tancredo Neves e há cerca de quatro anos deixou de freqüentar o Conjunto Habitacional Tasso Jereissati, não é de se estranhar que a maioria dos entrevistados pertença ao Conjunto Tancredo Neves, em virtude de um receio mútuo.

No caso da análise das notícias de violência, foram levados em consideração textos do jornal O POVO e o do Diário do Nordeste. Contudo, essas informações devem passar por uma constante reflexão, pois muitas reportagens carregam um tom exagerado e estigmatizado no texto. Essas notícias, por envolverem um sistema de comunicação expressivo, que é a escrita, transformam-se em ferramentas capazes de impor a definição de mundo ou de interesse de uma determinada classe ou segmento social. Utilizamos os comentários de leitores do site do jornal O POVO também para compreender o discurso do medo da violência urbana. Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico diz que:

Os sistemas simbólicos distinguem-se fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e circulação autônomos (...). (p.12).

Geralmente, as reportagens contidas nos jornais supracitados trazem estereótipos e simplificações que merece passar por um filtro constante. A vítima de homicídio em geral estava envolvida com drogas ou pertencia a gangues rivais. Como será exposto adiante, essa simplificação pouco contribui para a compreensão da problemática da violência urbana e, particularmente em Fortaleza, essas simplificações devem ser relativizadas.

### 2.3.2 Tratamento e análise dos dados

Alguns dados coletados precisarão de um tratamento para interpretação e análise. Assim, todas as informações coletadas sobre a temática abordada de diferentes fontes foram tabuladas, classificadas e trabalhadas com o uso de estatística, da cartografia e do geoprocessamento. Na construção de tabelas e mapas foram utilizados os softwares SPSS, Excel e o Arcview 3.2. Para tratamento e análise dos microdados do IBGE e do SIM/DATAUS, o SPSS foi o programa mais utilizado.

## **3 VIOLÊNCIA E FRAGMENTAÇÃO DO TECIDO SOCIOESPACIAL**

### **3.1 Criminalidade violenta na cidade de Fortaleza**

A cidade de Fortaleza tem se caracterizado por um aumento real e/ou imaginário da violência urbana. Cada vez mais a sociabilidade urbana é pautada no medo do crime violento. Os discursos, as narrativas e fatos sobre violência têm estigmatizado populações inteiras como as do Bom Jardim, Conjunto Tancredo Neves, Pirambu, Serviluz, Jangurussu e Lagamar. Estes espaços são considerados territórios “perigosos” e “violentos”, não se percebendo a complexa configuração social e territorial deles. No que concerne à violência homicida, existe uma elevação real já confirmada nas estatísticas, embora seus condicionantes não sejam apreendidos com a mesma eficiência.

A criminalidade violenta assumiu um papel decisivo nos centros urbanos. As estatísticas confirmam o seu aumento no Brasil e na cidade de Fortaleza. No país, foram registrados 49.704 homicídios em 2006. Em comparações internacionais envolvendo 67 países no ano de 2005, verificou-se no Brasil uma taxa de 25 homicídios por grupos de 100 mil habitantes, colocando-o em 6º lugar no *ranking* elaborado pela Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde (OPS/OMS), e em 4º para a população jovem de 10 a 19 anos (equivalendo a taxa de 12,5) (WAISELFISZ, 2010).

As metrópoles constituem a escala geográfica que detém a maior parte desse tipo de crime violento. No ano de 2006 as regiões metropolitanas concentraram 57,21% dos

homicídios ocorridos no território nacional, o que em números absolutos equivalem a 28.439 pessoas vítimas de homicídios num total de 34 regiões metropolitanas<sup>5</sup>. (SIM/DATASUS, 2006).

De acordo com o número de homicídios, nas regiões metropolitanas, Fortaleza situa-se numa zona intermediária entre as metrópoles mais violentas. Uma taxa média de 26,8 assassinatos por 100.000 habitantes no período de 2001-2006 a colocou na 20ª colocação no *ranking* de homicídios das metrópoles brasileiras (ver tabela 1).

**Tabela 1** - Distribuição das taxas de homicídios nas Regiões Metropolitanas (2001-2006)

<b>Ranking</b>	<b>Região Metropolitana</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>Total</b>
1º	RM de Vitória	71,3	70,4	78,8	75,1	76,6	69,5	75,2	73,9
2º	RM de Recife	70,1	79,5	66,8	70,8	67,7	68,9	69,2	70,4
3º	RM de Maceió	35	45,2	49,3	49,4	53,1	59,5	80,1	53,6
4º	RM do Rio de Janeiro	51,9	48,6	56,4	55,1	52	49,1	47,2	51,4
5º	RIDE de Petrolina/Juazeiro	44,4	57,6	49,3	55,6	47,4	46,9	52,2	50,5
6º	RM de São Paulo	59,4	57,7	52,3	48,4	37,2	28	26,3	43,8
7º	RM de Belo Horizonte	28,5	31	37,5	50,5	55,6	48,8	44,7	42,7
8º	RM de João Pessoa	0	0	0	0	0	0	37,1	37,1
9º	RM da Baixada Santista	52,5	45,8	51,7	39,8	25,4	16,9	23,2	36
10º	Entorno de Brasília	34,9	34	33	36,4	34,4	33,5	32,1	34
11º	RM de Macapá	0	0	0	0	0	0	33,2	33,2
12º	RM de Curitiba	24,4	25,3	26,9	33,2	36,2	40,3	41,5	32,9
13º	RM de Campinas	38,4	38,1	37,6	37,1	29,2	19,6	17,1	30,6
14º	RM de Londrina	17,1	23,9	30,5	35,7	35,6	29	29,1	28,9
15º	RM de Goiânia	23,7	25,2	31,8	29,1	31	28,7	29,9	28,6
16º	RM de Porto Alegre	26,6	26,2	27,5	27,4	28,4	28,5	26,7	27,3
17º	RM de Salvador	11,3	18,2	20,8	27,1	27,5	39,3	42,8	27,1
18º	RM de Belém	17,8	19,5	23,2	25,1	27,1	36,5	37	26,9
19º	RM de Fortaleza	24,9	23,6	25,7	27,5	26	28,7	30,4	26,8
	Total	40,2	40,6	41	41,5	38	35,3	35,1	38,7

Fonte: SIM/DATASUS (2009). Tabulações próprias.

<sup>5</sup> Taxas calculadas a partir dos óbitos informados ao SIM. As análises devem considerar as limitações de cobertura e qualidade da informação da causa de óbito.

A violência urbana se espalhou rapidamente pelos municípios da RMF. No período de 2001 a 2007, vários municípios experimentaram taxas superiores a 30 homicídios por 100.000 habitantes. Maracanaú teve uma taxa surpreendente de 42,73 em 2007, e Caucaia teve 34,73 em 2005, mantendo-se em uma taxa de 32,19 no ano de 2007. Itaitinga teve seu maior índice no ano de 2006 (38,30). O município de Pacatuba apresentou 37,54 homicídios por 100.000 habitantes em 2007, passando a ser o segundo município mais violento da RMF. (ver tabela 2)

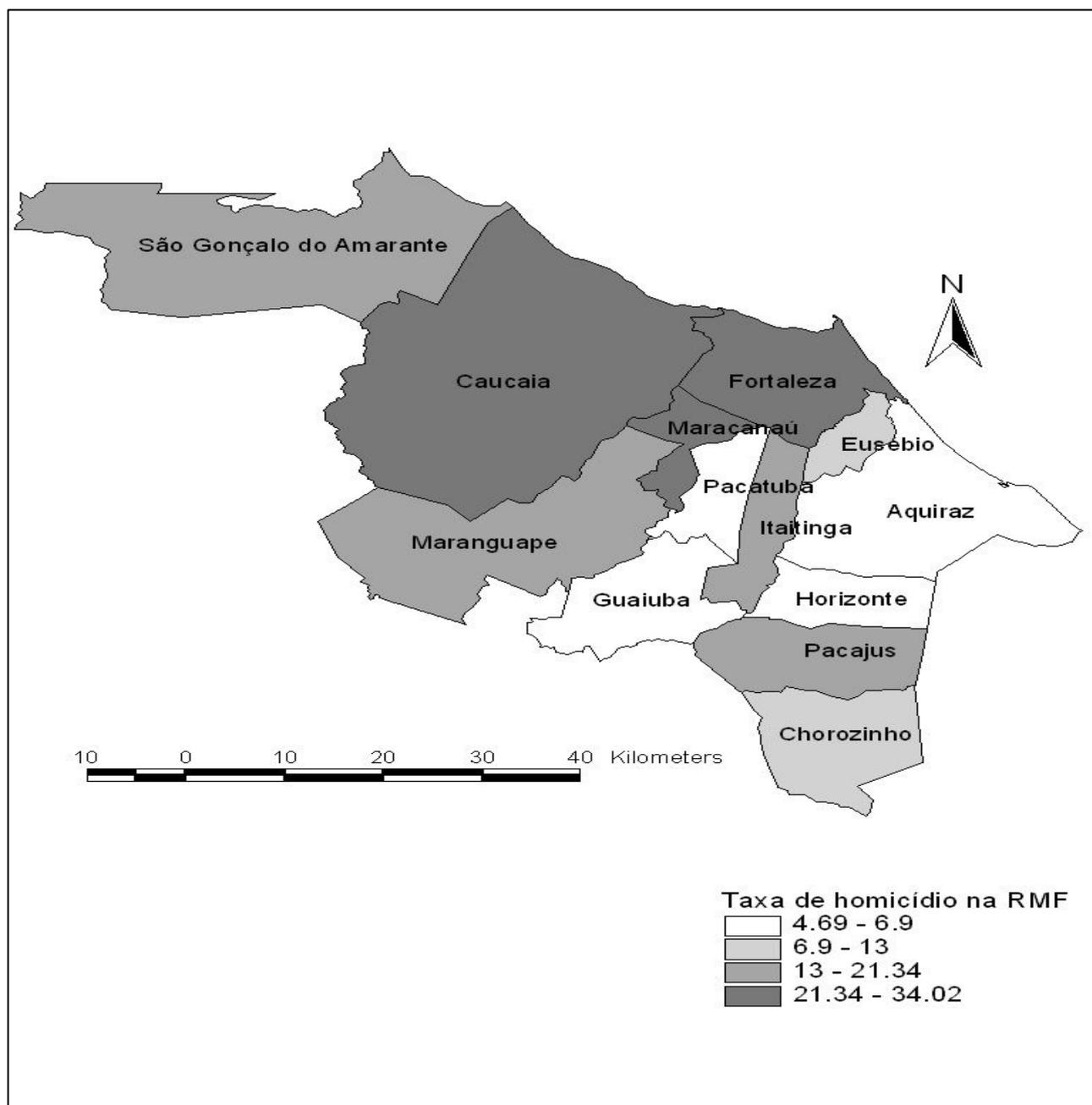
**Tabela 2** - Taxa de Homicídios (por 100 mil hab.) distribuída pelo tamanho da população total (municípios pertencentes à RMF/ óbitos por município de residência – 2001/ 2007

	MUNICÍPIO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Municípios com população menor que 50.000 habitantes	Chorozinho	15,70	0,00	20,31	19,99	14,48	23,72	23,32
	Euzébio	15,21	20,69	11,46	25,00	10,40	32,75	12,21
	Guaiúba	4,96	4,91	19,42	0,00	14,06	18,52	13,72
	Horizonte	19,61	10,80	12,96	17,47	25,28	15,47	31,93
	Itaitinga	13,33	22,90	9,62	31,44	9,03	38,30	17,32
	Pacajus	15,45	15,00	31,35	16,31	13,52	15,05	25,68
	São Gonçalo do Amarante	16,53	24,37	2,66	23,58	20,22	24,82	19,52
População entre 50 mil e 100mil hab.	Aquiraz	17,65	4,73	4,63	18,12	7,21	16,92	23,44
	Maranguape	7,80	24,02	17,17	24,26	24,38	24,93	26,44
	Pacatuba	14,93	27,41	32,07	24,34	14,83	19,25	37,54
População acima de 100mil hab.	Caucaia	26,85	27,19	32,16	34,73	31,25	33,16	32,19
	Maracanaú	35,08	33,61	25,71	34,41	29,92	36,15	42,73
População acima de 1 milhão hab.	Fortaleza	24,13	27,03	29,87	25,39	30,78	31,20	36,40

Fonte: SIM/MS – 2001/2007

A reportagem do Diário mostra o avanço da criminalidade no município de Pacajus, o qual até bem pouco tempo atrás, não figurava entre os mais violentos. (ver figura).

Vinte e nove assassinatos em nove meses, numa escalada de violência que a população não tinha visto. Assim é o retrato do avanço da criminalidade no município de Fortaleza, que até bem pouco tempo não figurava no rol dos mais violentos do Estado. Trata-se de Pacajus, situado a apenas 49 quilômetros de Fortaleza. No ano passado foram 13 homicídios, número igual a 2007. Portanto, dobraram os casos de assassinatos naquele município (DIÁRIO DO NORDESTE, 5 de outubro, 2009)



**FIG. 1** - Distribuição de homicídios na Região Metropolitana de Fortaleza (por 100 mil habitantes), em 2007

Fonte: SIM (2005)

Se Fortaleza não possui taxas de homicídios tão elevadas como as outras Regiões Metropolitanas brasileiras, a progressão acelerada das taxas nas últimas duas décadas tem preocupado. Os números absolutos de homicídios justificam a preocupação em estudar a criminalidade violenta em Fortaleza. No período de 2001 a 2005, a RMF concentrou 55,69% das 7.569 vítimas de homicídios no Estado. O peso da Região Metropolitana advém, sobretudo, do município de Fortaleza, o qual responde por 42,62% dos casos de homicídios do Estado do Ceará (ver tabela 3).

**Tabela 3 - Homicídios em número absoluto no Ceará, RMF, Menos RMF – CE.**

	2001	2002	2003	2004	2005	Total	Porcentagem
<b>Estado do Ceará</b>	1284	1444	1562	1582	1697	7569	100,00
<b>RMF Fortaleza</b>	718	810	884	842	961	4215	55,69
<b>Município de Fortaleza</b>	527	600	674	582	731	3226	42,62
<b>CE menos RMF</b>	566	634	678	694	736	3308	43,70
<b>Ignorado – CE</b>	0	0	0	46	0	46	0,01

Fonte: SIM/DATASUS. Tabulações próprias.

Levando em consideração apenas a RMF, no ano de 2005 a cidade de Fortaleza concentrou 81,45% dos casos de homicídios. De fato, nas últimas décadas houve uma escalada progressiva da criminalidade violenta, principalmente dos homicídios, assaltos e latrocínios. No caso específico dos homicídios, nos últimos vinte anos houve um aumento de 60% para este tipo de crime. Até o ano de 1990, a taxa de homicídio era de 15,2 por 100.000 habitantes, enquanto que no ano de 2006 a taxa saltou para 31,2, constatando um aumento de quase 100%. As taxas na RMF e em Fortaleza ascendem mais rapidamente do que as taxas de homicídios no Brasil e na Região Nordeste (ver figura).

Tabela 4 - Taxa de homicídios no Brasil, Região Nordeste, RMF e Fortaleza (1990-1996)

Ano	Brasil	Região Nordeste	RM de Fortaleza	Fortaleza
1990	22,2	14,9	15,2	16,7
1991	20,9	14,9	15,9	17,1
1992	19,2	14,1	14	15,6
1993	20,2	16	17,9	19
1994	21,2	15,6	16,4	19,2
1995	23,8	16,2	24,1	26,6
1996	24,8	18,2	21,2	22,3
1997	25,4	19,3	23	24,9
1998	25,9	18,5	17,2	19,6
1999	26,2	17,6	21,5	21,3
2000	26,8	19,4	24,9	24,5
2001	27,9	21,9	23,6	24,1
2002	28,5	22,5	25,7	27
2003	29,1	24	27,5	29,9
2004	26,9	23	26	24,9
2005	26,1	25,6	28,7	30,9
2006	26,6	28	30,4	31,2
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>19,6</b>	<b>22,5</b>	<b>23,7</b>

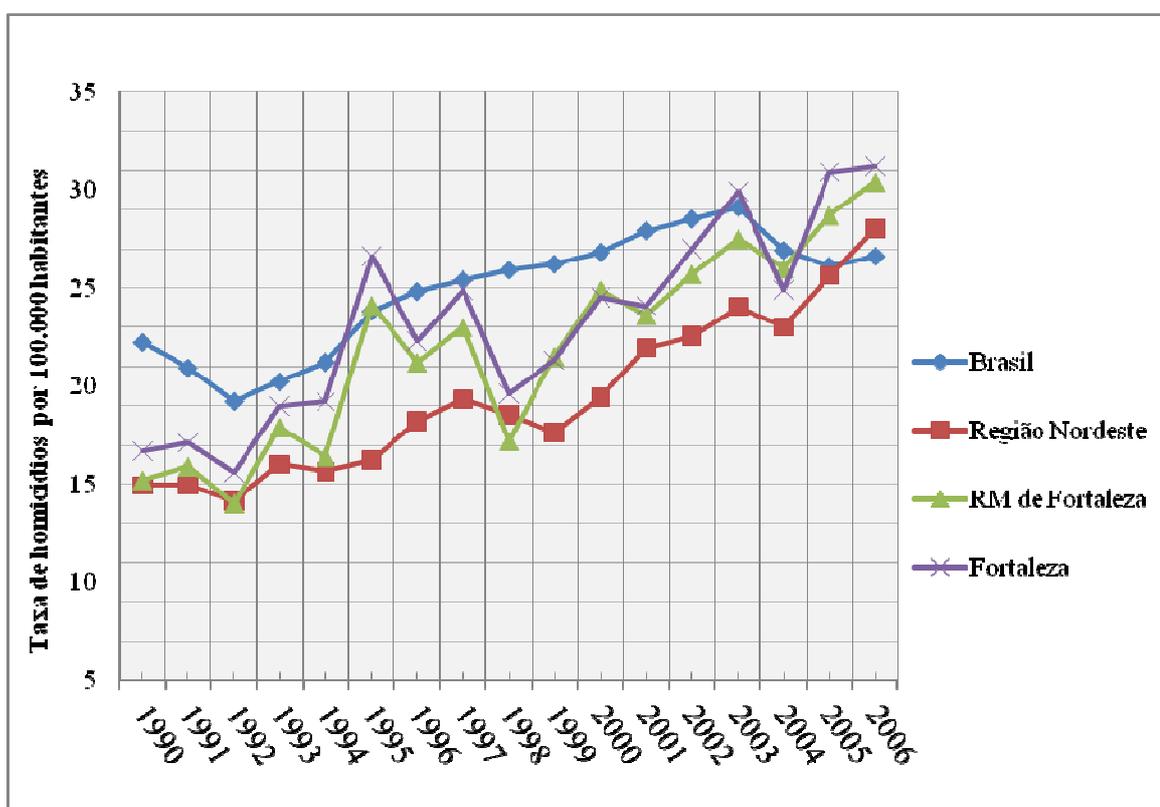


FIG. 2 – Comparativo da taxa de homicídios - Brasil, Região NE, RMF e Fortaleza

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade (SIM, 2006)

Diversos fatores corroboram para esta conjuntura violenta na cidade: o crime organizado (em especial o tráfico de drogas), as disputas de gangues e os conflitos territorializados. Como percebemos pelo levantamento bibliográfico e observações diretas, a cidade de Fortaleza está em processo de fragmentação acentuado balizado por conflitos territorializados que se multiplicam e se intensificam por toda a cidade, extrapolando inclusive para outros municípios.

É bem verdade que o medo e a insegurança parecem se multiplicar em maior proporção do que a criminalidade violenta. O perigo não está apenas no aumento da criminalidade como também na propagação dos preconceitos de classes sociais, raça/cor, o que colabora para a segregação simbólica de muitas populações estigmatizadas da cidade.

O homicídio é a variável que melhor define a questão dos conflitos territorializados na cidade de Fortaleza, já que tirar a vida de outra pessoa envolve, de alguma forma, um conflito deflagrado. Desta maneira, buscamos entender a violência urbana em Fortaleza a partir da fragmentação territorial e dos confrontos entre grupos armados.

### **3.2 Fragmentação do tecido socioespacial e conflitos territoriais em Fortaleza**

As transformações socioespaciais que estão ocorrendo nas cidades têm provocado muitos debates nas últimas décadas. Em conjunto, essas mudanças engendram e redefinem conceitos com a pretensão de apreender uma realidade cada vez mais complexa e em constante metamorfose. Segundo Carlos (2006), entre os novos conceitos que definem a fase atual nas cidades destacam-se o de metápolis, cidade dispersa, cidade pós-moderna e cidade global ou *global city*. No presente estudo, as cidades também podem ser representadas como entidades altamente fragmentadas do ponto de vista territorial.

Marcelo de Souza (2000) usa o termo fragmentação do tecido sociopolítico-espacial para explicar a “perda de controle” exclusivo por parte do Estado, em certas áreas da cidade. Entre os espaços postos em relevo pelo autor, destacam-se os condomínios fechados, os *shoppings centers* e territórios do tráfico de drogas. Todas essas territorialidades de alguma forma questionam o espaço público e põe em xeque a acessibilidade e a circulação nas

cidades ditas modernas. É um pouco nesse sentido que o presente autor procura trabalhar a questão da fragmentação socioterritorial na cidade de Fortaleza.

Nossa cidade experimenta um processo de fragmentação social e territorial acentuado. Simplificadamente, de um lado temos territorialidades como os condomínios fechados e *shopping centers*. De outro, territórios marcados por conflitos territorializados entre grupos sociais rivais e do tráfico de drogas. Todas essas territorialidades destacam uma questão que às vezes passa despercebida: a progressiva fragmentação territorial da cidade de Fortaleza.

Academicamente falando, parece haver certo consenso com relação à padronização dos espaços. São discursos propalados o fato dos centros comerciais exibirem um aspecto regular onde prédios e lojas se enquadram em uma paisagem às vezes monótona. As cidades, exceto pelos seus signos, têm um ar de familiaridade; são imensos lotes e conjuntos habitacionais a perder de vista. Como bem aponta Haesbaert (1995), tratam-se de espaços que “arrasados e padronizados à feição do modelo dominante, muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade” (p.166).

Mas a realidade não é tão simples. No meio urbano, a monotonia da paisagem é apenas aparente - o visível muitas vezes esconde a essência das coisas. A paisagem abrange o limite do alcance de nossa visão, sendo composta pelo domínio do visível como de volumes, movimentos, odores e sons (SANTOS, 1992). Nessa perspectiva, para o referido autor, a paisagem é composta também pela dimensão da percepção e:

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é uma apenas, cada pessoa vê de forma diferenciada; desta forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado ( p.62).

Nesse sentido, por trás da cor meio avermelhada dos imensos conjuntos habitacionais, de seus traçados planejados e retilíneos, existe uma multiplicidade de territorialidade camufladas que só se tornam inteligíveis para os habitantes ou moradores das

cercanias. Andar por Fortaleza é fazer parte da trama diversa de territórios; a cidade revela uma infinidade de especificidades territoriais: do lazer, turismo, prostituição e do entretenimento sexual no centro (prostituição, travestis, cines pornôs e cabarés) - conflitos territorializados. Cada espaço da cidade é vivido, ou seja, apropriado simbólica e/ou concretamente pelos diversos sujeitos sociais, como bem assinala Borzachiello da Silva (1997):

A cidade está em cena. A cidade é a cena. Cobiçada, almejada, ultrajada e rejeitada ao mesmo tempo, a cidade é, na verdade, um enorme objeto de desejo. A cidade espetaculariza a cidade cotidiana, dá sentido visual ao mundo das pessoas, das coisas, das trocas. Cidade dos encontros e dos desencontros. Olhares diferenciados e constroem imagens e representações em infinitas composições (p. 85).

Logo, Fortaleza, como metrópole incontestável, abriga uma diversidade de territórios em seu espaço urbano, com uma forte tendência à fragmentação socioterritorial. Haesbaert (2004) explica que as cidades expandem e homogeneízam sua fisionomia urbana e seu conteúdo social, mas paralelamente também se segmentam produzindo novos territórios, contrapondo a idéia de individualização da sociedade. Elas abrigam outras entidades semelhantes como “bairros, grupos étnicos, corporações, tribos diversas que vão se organizar em torno de territórios (reais ou simbólicos)” (MAFFSOLI, 1987, p.170).

Estes processos engendram novos territórios, cujos sujeitos reivindicam uma maior visibilidade. Nesse sentido, o espaço urbano visto como algo regular e padronizado “é contestado pela multiplicidade de grupos e redes sociais que nela se entrelaçam e tentam moldar seus próprios territórios”. (HASRBAERT, 2002, p. 90). Pode-se dizer então que:

O famoso mito do anonimato das cidades é colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro na urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusão que é a rede metropolitana, mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há lugares de passagens e lugares de

permanência, há também lugares de permanência, há também os horários convenientes e espaços proibidos ou vedados (IBID, p.94).

Podemos dizer que o processo de segregação socioespacial, principalmente aquele que simplifica a complexidade da cidade moderna em centro e periferia, já não dá mais conta de explicar a realidade urbana atual<sup>6</sup>. As múltiplas territorialidades fazem da cidade de Fortaleza do século XXI um espaço complexo, fragmentado e seletivo. Alguns “espaços exclusivos” se tornaram verdadeiros microterritórios que de alguma forma impedem a circulação ou a acessibilidade de algumas pessoas e/ou veículos a determinados locais.

Alguns grupos sociais reafirmam territórios, impondo limites e têm como marca registrada a prática de violência e tentativa de eliminação do outro. Territorialidades como das quadrilhas do tráfico de drogas, das gangues e de outros grupos sociais demarcam fronteiras por demais conflituosas. Associações altamente instáveis de jovens, formando gangues ou não, confrontam-se diariamente em Fortaleza. O conflito surge aparentemente pela falta de diálogo entre os envolvidos na trama social, levando à última instância o desejo pela eliminação do outro.

Exposto isso, nossa preocupação se direciona para os conflitos territorializados que justificam suas práticas violentas nas rivalidades e rixas acumuladas durante anos, tendo como base um território apropriado simbólico e/ou concretamente. Trilhando os caminhos de Marcelo de Souza (1995) concebemos o território como:

(...) um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, e os *insiders*) e os outros (os de fora, os estranhos, os *outsiders* (p.86).

---

<sup>6</sup> Segundo Caldeira (2000) no padrão centro-periferia que dominou as análises sobre o desenvolvimento urbano das cidades durante as décadas passadas, diferentes grupos sociais estavam separados por grandes distâncias: as classes médias e altas encontravam-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres viviam nas precárias e distantes periferias.

Os bairros da cidade de Fortaleza têm se caracterizado como campos de forças com grupos sociais tentando exercer uma hegemonia territorial. O resultado dessa nova realidade que se instala tem sido o aumento da violência nos últimos anos. Identidades forjadas que às vezes se direcionam para rivalidades, rixas, vinganças e outros sentimentos materializados em territórios reinantes de violência e do medo. Territórios onde a vida perde o valor e a morte se torna um acontecimento banal, tornando-se os homicídios fatos corriqueiros incorporados nas falas diárias das pessoas.

A adoção do termo bairro apresenta-se como uma aproximação inicial a problemática em tela, pois as cidades se constituem em mosaicos de segmentos (territórios), no qual emergem identidades e sobressaem tentativas de fechamento, diferenciação e estigmatização. No imaginário social da cidade, os bairros Bom Jardim, Pirambu, Serviluz e Lagamar são considerados como territórios da violência e do crime, isto é, se consolidaram entre os espaços tidos como mais violentos de Fortaleza. Sem querer dizer que estes não os são atualmente, a verdade é que os meios de comunicação contribuem decisivamente para reprodução dos espaços considerados violentos. A esse respeito Bourdieu (1999) analisa:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para impor a definição de mundo social, mas conforme aos seus interesses, e impor o campo de tomadas de posições ideológicas, reproduzindo em forma transfigurada o campo de posições sociais (...). (p.11).

Com o decorrer do tempo a lista tornou-se mais longa, somando-se outros bairros tidos como violentos na cidade: Messejana, Jangurussu, Conjunto Palmeiras, Praia do Futuro e Jardim das Oliveiras (na figura do Conjunto habitacional Tancredo Neves e Conjunto Habitacional Tasso Jereissati). Vejamos o que diz a reportagem do Jornal Diário do Nordeste:

Locais de crimes, “territórios da morte”. Na capital cearense e sua região metropolitana, pelo menos dez comunidades sofrem com a escalada da violência. Nesses bairros e distritos tornam-se comuns as cenas de assassinatos, tiroteios e pessoas feridas por balas perdidas (DIÁRIO DO NORDESTE, 5 de outubro, 2009)

No ano de 2009, 716 pessoas foram assassinadas em Fortaleza. Foram 630 homicídios no primeiro semestre, contra 498 no mesmo período de 2008, representando uma elevação de 26,5%. Os números divulgados pela CEVEPI revelam a realidade preocupante do avanço da criminalidade em Fortaleza. No ano de 2006 o número de homicídios saltou para 730 no Município. Os bairros que registraram os maiores números absolutos de homicídios para o respectivo ano foram: Bom Jardim (28), Jardim das Oliveiras (27), Messejana (27), Granja Lisboa (21) e Antônio Bezerra (19). Resgatando dados estatísticos dos últimos quatro anos (2006, 2007, 2008 e 2009), temos: Messejana (136), Bom Jardim (136), Jangurussu (114), Jardim das Oliveiras (77), Barroso (69) e Genibaú (66) (ver tabela e mapa), bairros que garantiram uma frequência de homicídios de certa forma preocupante (ver mapa 2 e tabela 5).

Tabela 5 - Homicídios na cidade de Fortaleza por bairro 2006

<b>BAIRROS</b>	<b>HOMICÍDIOS</b>	<b>BAIRROS</b>	<b>HOMICÍDIOS</b>	<b>BAIRROS</b>	<b>HOMICÍDIOS</b>
BOM JARDIM	28	CAIS DO PORTO	7	COUTO	3
JD DAS	27	CENTRO	7	JD AMERICA	3
MESSEJANA	27	ALAGADICO	7	ANCURI	3
JANGURUSSU	25	CASTELAO	7	CAJAZEIRAS	3
G. LISBOA	21	VILA ELLERY	6	DIAS MACEDO	3
ANTONIO	19	ITAPERI	6	PAUPINA	3
MONDUBIM	18	MARAPONGA	6	JACARECANGA	2
PICI	17	CID	6	LUCIANO	2
GENIBAU	17	ALVARO	5	P DE IRACEMA	2
BARROSO	16	JD GUANABARA	5	AEROPORTO	2
J. WALTER	14	MONTE	5	DAMAS	2
EDSON	12	VILA VELHA	5	FATIMA	2
CRISTO	11	PADRE	5	ITAOCA	2
MONTESE	11	PAN	5	PARANGABA	2
B. DO CEARA	10	PQ SAO JOSE	5	COACU	2
PRAIA DO	10	PQ STA ROSA	5	GUAJERU	2
BELA VISTA	10	AEROLANDIA	5	FARIAS BRITO	1
BOM SUCESSO	10	MUCURIBE	4	CIDADE 2000	1
QUINTINHO	10	PAPICU	4	COCO	1
G. PORTUGAL	10	S JOAO TAUAPE	4	JOAQUIM	1
VICENTE PIZON	9	CONJ	4	SALINAS	1
SIQUEIRA	9	MANUEL	4	AMADEU	1
AUTRAN NUNES	8	LAGOA	4	PARQUE	1
HENRIQUE	8	PQ DOIS	4	JOSE	1
JOAO XXIII	8	CARLITO	3	JD CEARENSE	1
JOCKEI CLUBE	8	FLORESTA	3	ALTO DA	1
SERRINHA	8	SAO GERARDO	3	CAMBEBA	1

CANINDEZINHO	8	ALDEOTA	3	CURIO	1
PASSARE	8	DIONISIO	3	PEDRAS	1
JD IRACEMA	7	PARQUELANDIA	3	PQ IRACEMA	1
PIRAMBU	7	PRES KENNEDY	3	PQ MANIBURA	1

Fonte: CEVEPI/SMS (2009)

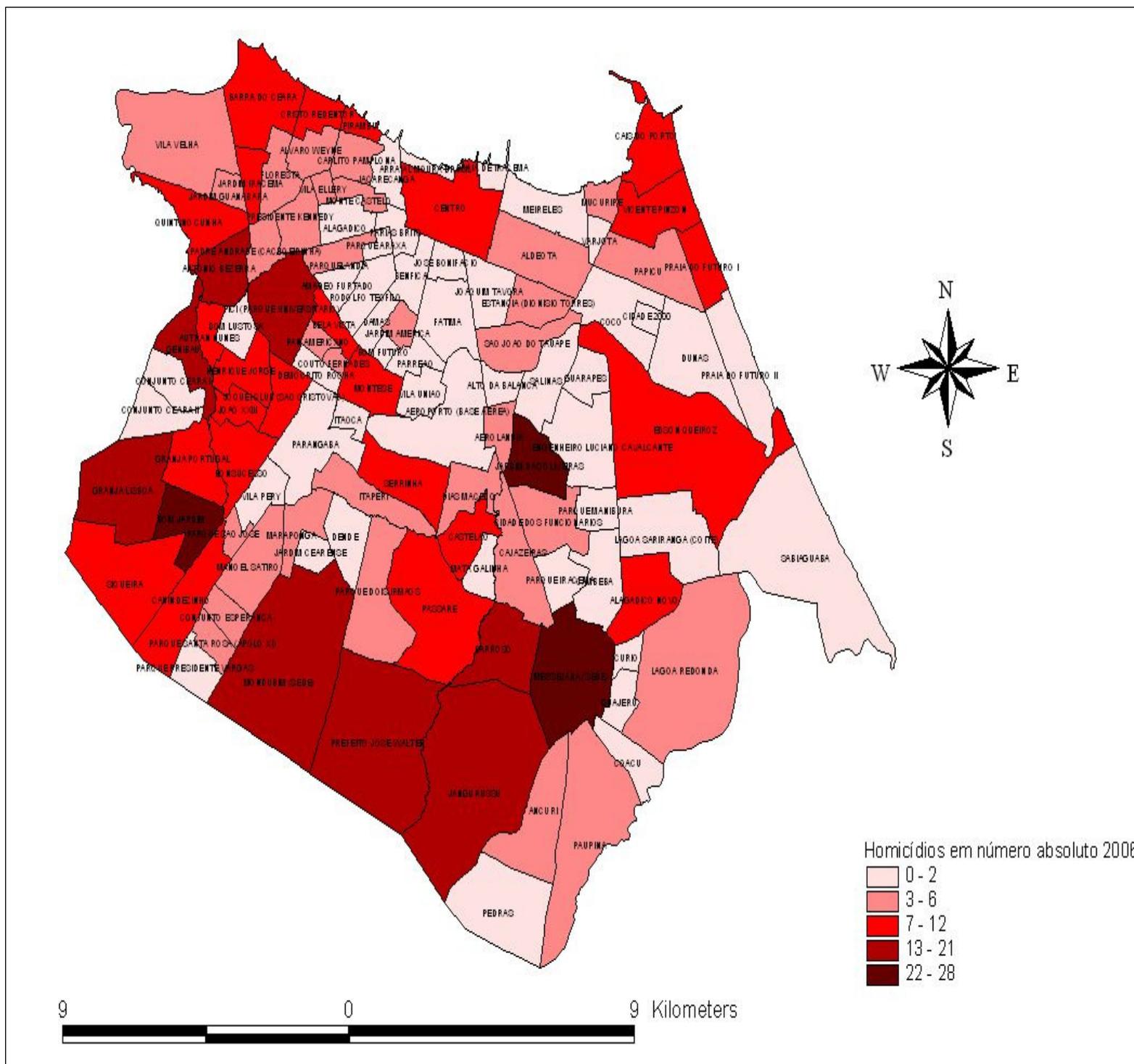


FIG. 3 – Mapa de homicídios praticados em Fortaleza em Fortaleza - 2006

Fonte: CEVEPI (2009). Tabulação própria.

Não se pode negar que os bairros citados anteriormente apresentam números de homicídios consideráveis. A violência e, particularmente, as ocorrências de homicídios, se concentram em lugares nevrálgicos, podendo ocorrer pontos de confrontos entre grupos sociais. Logo, a violência não está circunscrita a todo território dos bairros, exibindo uma estreita ligação com a territorialidade. Nas análises das declarações de óbitos, verifica-se que muitas informações relatam como a questão territorial é importante. Muitos dados de homicídios se referem a territórios como a Favela Verdes Mares, Favela do Capim, Morro de Santa Terezinha (Mucuripe), Lagamar (Aerolândia), Favela do Trilho (Aldeota), Colônia (Cristo Redentor), Galiléia (Luciano Cavalcante) e outros. Este caleidoscópio da criminalidade violenta tem como cenário as ruas, avenidas, becos e favelas da quinta maior capital brasileira. Locais públicos como ruas, praças, bares e campos de futebol podem se tornar pontos de conflitos e acertos de conta.

No bairro Jardim das Oliveiras as vítimas de homicídios residem, sobretudo, no Conjunto Tancredo Neves e Conjunto Tasso Jereissati. Fora dos limites desses dois conjuntos habitacionais, os registros de homicídios se tornam mais escassos. O Bairro Jardim das Oliveiras é um desses espaços em que a sua população convive com uma sociabilidade violenta. Sua inserção no contexto da violência urbana se deve ao fato de que nele microgrupos sociais rivais entram em confronto cotidianamente. Espaço este que a cada dia tem se tornado mais fragmentado, dificultando a circulação das pessoas no próprio bairro. São famílias e amigos separados por uma rivalidade que vem se acentuando a partir de 2005. Não é mera coincidência o fato do bairro Jardim das Oliveiras ter se tornado o segundo bairro mais violento, posto alcançado em 2006.

Esses conflitos territorializados vêm se tornando característicos de Fortaleza e espraiam rapidamente por vários bairros, fragmentando-os ainda mais. A ascensão da criminalidade violenta tem como pano de fundo o aumento do tráfico de drogas e o fácil acesso a armas de fogo, pois:

Dos 630 homicídios ocorridos na Grande Fortaleza nos seis primeiros meses deste ano, 504 foram praticados com armas de fogo, cerca de 80 por cento

do total. Os outros 20 por cento restantes são de homicídios consumados com o uso de armas brancas (facas, punhais, pau, facão etc) ou por outros meios como espancamento, estrangulamento, fogo (carbonizados), esganadura (DIÁRIO DO NORDESTE, 6 de Julho de 2009).

Marcelo de Souza (2000), ao falar da fragmentação do tecido sociopolítico da cidade do Rio de Janeiro, revela a complexa organização do tráfico de drogas e a disputa pela hegemonia territorial na cidade. Para o referido autor, existe uma estreita ligação entre tráfico de drogas, armas e criminalidade violenta:

Embora o tráfico de drogas e a criminalidade urbana violenta não sejam sinônimos – pois nem o tráfico precisa sempre utilizar-se de todas as instâncias da violência, nem a criminalidade, naturalmente, se reduz aos crimes vinculados ao tráfico, é indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas últimas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerras entre quadrilhas e a polícia, “balas perdidas”) pelos indiretos (empréstimos de armamentos de traficantes comuns, delitos praticados por viciados etc.) além do tráfico de tóxicos (p. 53).

Em Fortaleza a conjuntura violenta é um pouco diferente, embora existam também territórios do tráfico de drogas. No entanto, a organização e os conflitos territoriais não alcançaram a magnitude das práticas criminosas, a exemplo do Rio de Janeiro. Na cidade de Fortaleza, as práticas violentas e as mortes têm uma forte ligação com a territorialidade, com a produção e a apropriação dos espaços, que em muitos casos explicam a gênese e a manutenção de conflitos circunscritos a um determinado local. Avilar e Almeida, abordaram as representações em torno da violência e dos conflitos entre os jovens moradores do Lagamar. Os autores se debruçaram na busca de compreender como os conflitos e rixas se perpetuam em um espaço segregado e estigmatizado. Os referidos autores trazem uma série de elementos de forma a construir uma explicação mais plausível para os conflitos estabelecidos entre alguns grupos sociais pertencentes a áreas diferentes. Assim, identificaram algumas áreas com identidades próprias e conflitantes. Cada área abriga grupos territorializados que se confrontam e cujo resultado mais perverso é a morte de jovens, pois nesses espaços:

As regras de convivência entre os diversos grupos que se territorializam propõem limites e possibilidades. Ultrapassar os limites e possibilidades. Ultrapassar os limites ou andar em lugar não autorizado pode ocasionar o restabelecimento de um antigo conflito adormecido ou surgimento de mais conflitos (AVILAR E ALMEIDA, 2008, p. 294).

Segundo Avilar e Almeida (2008), muitos desses lugares foram espaços apropriados por gangues na década de 1990, mas atualmente os conflitos se justificam pela territorialidade, pois cada comunidade criou identidades próprias e conflitantes, alicerçado por um território concreto e simbolicamente construído.

No Bom Jardim a explicação das causas da violência está diretamente relacionada às gangues. Alves e Freitas (2008) afirmam que o grande Bom Jardim é composto por vários territórios com grupos em conflitos permanentes. A explicação para esses conflitos se deve a produção dos espaços do bairro em tempos diferenciados. Cada espaço formado em momentos diferentes teria formado identidades específicas que ao longo do tempo são usados como justificativas por alguns grupos para se eliminarem mutuamente.

Os bairros citados anteriormente são caracterizados por abrigarem muitas comunidades; a escala do bairro não se apresenta como instrumento de análise suficiente para abarcar a complexidade socioterritorial existente nestes locais. A escala do bairro apresenta-se como lugar de apreensão do cotidiano da população local, mas nem sempre funciona como um corpo homogêneo de identidade. A Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) constantemente muda os limites entre os bairros. Sabendo disto, trabalhar o território implica levar em consideração a territorialidade. A territorialidade como dimensão humana explica o sentimento de identidade que as pessoas possuem em relação a algum espaço. Nesse momento o território manifesta sua dimensão material e simbólica.

Observar o que se passa com um “mundo da vida” (Lebenswelt), com o cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, sobretudo uma cidade contemporânea e em escala geográfica muito reduzida (aquela que chamei de “nanoterritórios” (...), em que as “fronteiras” englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por um sem teto, uma prisão, parcelas da arquibancadas de um estádio de futebol...), nos leva a experimentar, em

matéria de "campo de força" do poder espacializado – em outras palavras, em matéria de territórios, realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais (SOUZA, 2009, p.67).

Todos os fatos expostos comprovam o aumento dos conflitos territorializados na cidade de Fortaleza. Nos territórios em conflito, a proibição se revela pelo risco de morte para alguns indivíduos pertencentes a territórios e/ou grupos sociais rivais. A criminalidade violenta tem características peculiares, pois ser vítima de homicídio não é fato ocasional.

A criminalidade violenta cresce em nossa cidade, tendo como propulsora os conflitos territorializados que parecem se espalhar rapidamente por Fortaleza. Em outro ponto temos o discurso da violência que parece se multiplicar em maior proporção do que a criminalidade violenta.

### **3.3 Fragmentos do medo na cidade de Fortaleza: muros e estigmatização**

No bojo das transformações socioterritoriais vigentes, o aumento da violência urbana vem desempenhando um papel preponderante para fragmentação do tecido socioterritorial de Fortaleza. Violência esta que atormenta todas as classes sociais, que "tira o sono" dos gestores públicos e que funciona como uma mercadoria altamente lucrativa para o mercado imobiliário e de tecnologias da exclusão, fazendo emergir uma nova sociabilidade. Caldeira (2000) ao falar das cidades do mundo que tem o medo como forma de organização espacial e sociabilidade urbana, explica o seguinte:

A violência e o medo combinam-se a processo de mudança social nas cidades contemporâneas, gerando novas formas de discriminação espacial e discriminação social. Nas duas últimas décadas, em cidades tão diversas como São Paulo, Los Angeles, Johannesburgo, Buenos Aires, Budapeste, cidade do México e Miami ( p.9).

De toda forma, o novo modelo de cidade assentado no discurso do sentimento de medo e da criminalidade violenta fez questionar o antigo modelo de segregação socioespacial,

principalmente aquele que simplifica a complexidade da cidade moderna em centro e periferia. Esta fórmula não consegue mais explicar a realidade urbana atual. Segundo a autora:

A segregação – tanto social quanto espacial – é uma característica importante nas cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (IBID., p.211).

Caldeira (2000) identificou três padrões de segregação espacial na cidade de São Paulo. No primeiro padrão, o espaço urbano e a vida social foram caracterizados por concentração e heterogeneidade. No segundo, o padrão centro-periferia dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80 - diferentes grupos sociais estavam separados nas cidades por grandes distâncias: as classes médias e altas encontravam-se em bairros centrais com boa infraestrutura e os pobres viviam em precárias e distantes periferias. Recentemente, São Paulo assiste a nova segregação cuja maior expressão revela-se na auto-segregação ou enclaves fortificados. Esse novo tipo de territorialidade vem se configurando nas cidades brasileiras e na Fortaleza desde a década de 80.

Esta nova conjuntura é produto de uma completa mudança de estado, logo, é um produto novo e não apenas uma mudança na forma, pois “os processos que afetam nosso objeto de estudo (a cidade) já não são os mesmos e outras são as relações que lhe dão fundamento” (REIS, 2006, p.18).

Villaça (2001) faz algumas considerações em torno do processo de segregação, desmistificando a visão simplista que entende a segregação como sendo a concentração de uma determinada classe no centro e outra na periferia. O autor considera a segregação como sendo a concentração predominante de uma classe ou grupo em certos espaços da cidade. Para o autor “a segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns poucos provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (p.148). Portanto, a segregação deve ser visto como uma tendência à concentração em algumas áreas de determinadas classe sociais ou grupos sociais, e não uma regra.

As classes sociais estão cada vez mais confinadas em um mesmo espaço, embora façam parte de territórios e modos de vida diferentes. “As transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos estão muitas vezes próximos, no entanto, separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir”. (CALDEIRA, 2000, p. 211). Embora trate de “um lugar isolado que fisicamente se situa dentro da cidade, mas social e idealmente, está fora dela”. (BAUMAN, 2007, p.39).

Nesse sentido, a relação das pessoas com sua cidade e delas com as outras pessoas foram mudando paulatinamente no decorrer dos anos. Em Fortaleza esta mudança tem como base um discurso paranóico do medo que se espalhou rapidamente contaminando a todos os segmentos sociais, até as classes menos abastadas. A violência urbana agora faz parte do morar na cidade, impondo uma rotina vigilante e apreensiva. Atitudes de desconfiança e repulsa são características comuns desse momento. A violência se manifesta na vida cotidiana com rebatimento social, psicológico e territorial expressivo. Bauman confirma o exposto dizendo que nas cidades modernas:

A insegurança moderna, em suas várias manifestações, é caracterizada pelo medo dos crimes e dos criminosos. Suspeitamos dos outros e de suas intenções, nos recusamos a confiar (ou não conseguimos fazê-lo) na constância e na regularidade da solidariedade (IDEM, 2009, p.16).

Conforme Queiroz (2000), a vida social tornou-se refém do medo em todas as formas da humanidade e parece ser a característica mais marcante da sociedade atual. A violência e o medo adentram o cotidiano dos cidadãos, seja nos aposentos de casa ao trabalho ou de uma esquina de um distante bairro residencial aos centros de negócio das grandes cidades. O próprio ritmo das passadas dos cidadãos denuncia medo e a ansiedade de chegar rápido a algum lugar seguro. As pessoas se mostram mais agressivas, pouco solidárias, pois a competitividade, a desconfiança e o medo são valores e atitudes características de tal momento. Queiroz (2000) não fala apenas do medo por parte das classes mais abastadas, em seu objeto de estudo, o bairro Bom Jardim, na cidade de Fortaleza. O autor esmiúça a arquitetura do medo também nos espaços mais “populares”.

Paradoxalmente, as cidades originalmente foram construídas para oferecer proteção aos seus habitantes, onde as muralhas ou cercas das antigas aldeias da mesopotâmia, das cidades medievais e dos assentamentos americanos deixavam do outro lado os inimigos e perigos. Contudo, a cidade deixou de ser um território relativamente seguro para se tornar mais vinculado ao perigo do que à proteção (BAUMAN, 2007). Segundo Bauman:

A guerra contra a insegurança, e particularmente contra os perigos e os riscos à segurança pessoal agora é travado dentro da cidade, onde se estabelecem os campos de batalha urbanos e se traçam linhas de frente. Trincheiras fortemente armadas (acessos intransponíveis) e *bunkers* (prédios ou complexos rigorosamente vigiados) destinados a separar, manter distância e impedir a entrada de estranhos, estão se tornando rapidamente um dos aspectos mais visíveis das cidades contemporâneas (p. 78).

Fortaleza sempre teve uma relação íntima com a violência, como o seu próprio nome já denuncia. Seja do Forte de Nossa Senhora da Assunção à Fortaleza de muros atual<sup>7</sup>, a violência sempre fez parte do cotidiano dos moradores da cidade. Na atualidade, os fatores que provocam medo na população desta Metrópole são diferentes de outrora. Se antes o Forte de Nossa Senhora protegia os habitantes de Fortaleza de invasões ou de ataques indígenas, hoje, o medo vem da própria Cidade; são agora os condomínios fechados (verdadeiros territórios) que tem a função de “proteger” a parcela da população que possui um poder aquisitivo para isolar-se dos outros, isto é, dos “pobres e criminosos”, todavia:

Como bem sabemos, a cerca tem dois lados. Dividimos um espaço antes uniforme em “dentro” e “fora”, mas o que é “dentro” para quem está de um lado da cerca é “fora” para quem está do outro. Os moradores dos condomínios mantêm-se fora da desconcertante, perturbadora e vagamente ameaçadora – por ser turbulenta e confusa – vida urbana, para se colocarem “dentro” de um oásis de tranquilidade e segurança. Contudo, justamente por isso, mantêm todos os demais fora dos lugares decentes e seguros, e estão

---

<sup>7</sup> O debate de item foi inspirado na obra *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo* da antropóloga Teresa Pires, e especialmente do livro *Fortaleza: imagens da cidade* do historiador Silva e Filho (2004).

absolutamente decididos a conservar e manter os outros nas mesmas ruas desoladas que pretendem deixar do lado de fora, sem ligar para o preço que isso tem. A cerca separa o “gueto voluntário” dos arrogantes dos muitos condenados a nada ter (IDEM, 2005, p.39-40).

Ora, o muro separa os que estão dentro daqueles que estão fora, porém quem está fora? Fisicamente, as classes abastadas podem afastar os pobres com sistemas de proteção. Essa proteção é ilusória, já que na maior parte das vezes quem está fora são as classes abastadas, fora da comunidade que estão inseridos fisicamente. Não somente os sistemas de proteção, como o próprio automóvel, diminuíram ainda mais a interação entre as classes sociais. O andar pelo bairro, o comprar numa mercearia ou fato de ser visto torna o indivíduo mais conhecido, logo menos vulnerável a ser assaltado. O fato de um local ser ou não perigoso depende da rede social em que um indivíduo está inserido, e isso independe da classe social.

Todas essas práticas materializam-se no espaço urbano e engendram novas práticas cotidianas e paisagens geradoras de desconfiança. O sentimento de medo instalado nos cidadãos faz com que os espaços mais procurados por uma parcela da população sejam aqueles dotados de mecanismos de segurança (*shopping centers* e condomínios fechados). As residências são transformadas em verdadeiros territórios com sistemas de vigilância, muros, cercas elétricas, segurança privada. (SILVA e FILHO, 2004). Vejamos a reportagem do Jornal O POVO sobre essa nova sociabilidade:

Um leve ranger da dobradiça da porta de casa já é capaz de provocar calafrios em Solange. Há três anos, ela e o marido estiveram sob a mira de um revólver enquanto a residência era revirada por assaltantes. O muro alto, segundo ela, “de mais de dois metros”, não intimidou nem impediu a invasão dos bandidos. “Levaram alguns bens materiais, dinheiro, celular, mas principalmente me roubaram a tranquilidade para sempre”, desabafa Solange Araújo, 45 anos. No ano passado, o casal mudou de bairro e resolveu investir pesado em segurança. Até agora já gastaram aproximadamente R\$ 6 mil em câmeras modernas, cerca elétrica, sistema integrado de alarmes e sensores, além da contratação de um serviço de monitoramento 24 horas (O POVO, 16/08/2009).

Tragicamente dialético é o fato que “a criminalidade engendre, involuntariamente, várias formas de aquecimento da economia capitalista e reforço e legitimação de determinados interesses estabelecidos. (SOUZA, 2000, p.190). A criminalidade e o medo da violência urbana são condições para a expansão da indústria da violência, que coloca seus produtos ao deleite de uma classe média e alta cada vez mais ávida de proteção, pois:

São pessoas como Solange, que sofreram ou temem passar por situações de violência, que alimentam o bilionário mercado da segurança privada (vigilância armada ou não) e da eletrônica (equipamentos e sistemas de vigilância) no Brasil. Juntos, segundo a Federação Nacional das empresas de Segurança e Transporte de Valores e a Associação Brasileira das Empresas de Segurança Eletrônica, esses dois setores movimentam anualmente mais de R\$ 20 bilhões no País e alcançam crescimento de 10% ao ano. Somente em Fortaleza, o mercado da segurança movimenta anualmente mais de R\$ 200 milhões, segundo o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Ceará (O POVO, 16/08/2009).

Na atualidade, os capitais incorporados e imobiliários fortalecidos pela formação de associações oligopolistas estruturam o espaço de forma segregadora, induzindo as transformações socioespaciais e desencadeando novas dinâmicas urbanas. Os agentes imobiliários estão estreitando e elitizando o mercado residencial, pois enquanto produzem novas formas e modernizam a cidade, acentuam a segregação socioespacial. A expansão da área residencial intensifica-se a partir de 1997, na região sudeste de Fortaleza, sobretudo com a construção de condomínios fechados horizontais e conjuntos residenciais voltados para a classe média. No entanto, nas proximidades do Parque do Cocó ocorre uma verticalização nos lotes mais valorizados (BERNAL, 2004).

Inserindo o nosso objeto na discussão, o setor leste do bairro Jardim das Oliveiras apresenta uma arquitetura tipicamente do medo, inclusive com casas de luxo destinadas a um público seletivo. Nos terrenos próximos a Av. Rogaciano Leite e Av. Zé Leon foram construídos duplex (com toda sua arquitetura do medo e tecnologias da exclusão), com valores muito acima de 100 mil reais.

O novo padrão residencial acompanhou o vetor de expansão posto em relevo anteriormente e já atingiu a franja urbana da RMF. No início do século XXI foram construídos os primeiros condomínios fechados do sistema Alphaville: primeiro edificado o Alphaville Fortaleza e depois o Alphaville Eusébio<sup>8</sup>. Os Alphavilles foram construídos no vetor de expansão metropolitana situado na parte leste de Fortaleza, localizado no eixo estruturante do turismo e de expansão de moradia, com propaganda das amenidades ambientais e belezas paisagísticas. A área oferece perspectivas para atração da classe média, observando-se um processo de substituição da casa de veraneio pela residência principal nos municípios de Aquiraz e Eusébio.

Esses territórios, os alphavilles, tornaram-se verdadeiras cidades. Por exemplo, o complexo Alphaville Fortaleza que possui uma área de 1.1888.200 m<sup>2</sup>, localizado numa área estratégica de grande valorização imobiliária, próximo às praias e entre o Shopping Iguatemi e o Beach Park. Este loteamento abrange uma população de 3.850 moradores, 770 lotes unifamiliares e 27 comerciais divididos entre o Residencial Pacoti, Residencial das Dunas e Residencial Iracema. Segundo a Revista Alphaville, o Alphaville Fortaleza abrigaria serviços de infraestrutura básica (rede águas, esgoto, energia elétrica e outros), clube com um complexo de piscina, campo de futebol, quadras de tênis e poliesportiva, clube para festas e eventos sociais, parques e praças.

Reis (2006) explica que a partir das décadas de 1970-1980 a urbanização brasileira tem apresentado transformações significativas, fundamentalmente nas regiões metropolitanas e seus envoltórios. A pertinência das análises das transformações recentes deve-se ao descompasso nas antigas formas de controle e suas práticas de produção e gestão do território, bem como a ascensão de novas dificuldades advindas dessas transformações. Reis, apoiado nas idéias de Weber (2006), explica que as mudanças tecnológicas estão dissolvendo as barreiras espaciais para as relações sociais, formando comunidades espacialmente dispersas e cada vez menos dependente da cidade. Essas mudanças impõem

---

<sup>8</sup> O primeiro Alphaville implantado no Brasil ocorreu na década de 1970, mas este tipo de empreendimento começou a ser construído em Fortaleza a partir do ano 2002.

dificuldades teóricas e práticas, particularmente às análises, que tinham como base a oposição cidade-campo ou centro-periferia e que não conseguem mais explicar uma realidade cada vez mais complexa.

Em territórios como os Alhambras e outros condomínios fechados, as rotinas diárias são bem diferentes daqueles que usufruem de espaços abertos e heterogêneos. A rotina dos primeiros tem como paisagem muros, cercas elétricas e sistemas de vigilância. Esse novo padrão segregacionista, a auto-segregação, desafia o ideal de acessibilidade e de circulação das cidades modernas e está transformando o espaço e o cotidiano das pessoas, como bem aponta Caldeira (2000):

Essas mudanças espaciais e seus instrumentos estão transformando a vida pública e o espaço público. Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas (p. 211).

À proporção que as pessoas se retiram para seus territórios fortificados, o uso dos espaços públicos diminui e desmoronam as características básicas das cidades modernas, pois:

A idéia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão comprometidos numa cidade de muros. As pessoas se sentem restringidas em seus movimentos, assustadas e controladas; saem menos à noite, andam menos pelas ruas, e evitam as “zonas proibidas” que só fazem crescer no mapa mental de qualquer morador da cidade, em especial no caso das elites. Os encontros no espaço público se tornam a cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas. (IBID., p.301).

Os locais de encontro e de lazer não são mais as praças como fora no século XIX, e em grande parte do XX. Viver na cidade é sinônimo de escolhas, e quase sempre os lugares escolhidos para o lazer, do encontro ou mesmo do trabalho são balizados pela maior necessidade dos objetos de proteção.

O modelo de sociabilidade vigente também vem a destruir a imagem de cidade como obra humana. Lefebvre (2006) vê na obra um valor de uso e no produto um valor de

troca. O valor de uso nas cidades estaria associado às ruas, praças e à festa. Há argumentos a favor e contra a rua; a favor diz que a rua não é somente o local de passagem e circulação. É antes de tudo, o local de encontro, e também a condição para o estabelecimento de novos encontros nos cafés, teatros, salas diversas (evidente que hoje esses espaços são outros). A rua é o local onde o uso e o valor de uso pode se sobrepor ao valor de troca. Em síntese, é a manifestação da cidade. Lefebvre (2006), orientado pelo trabalho de Jane Jacobs, diz que a agitação de uma rua fornece uma única segurança possível contra violência criminal (roubo, estupro, agressão). Onde a rua desaparece, a criminalidade aumenta.

Na atualidade, as ruas são vistas como o local do inesperado, dos roubos de uma bala perdida, independente do período do dia. Na atualidade há quase uma supressão total dos espaços do uso pelos espaços da mercadoria, organizados pelo e para o consumo. A cidade de Fortaleza expressa em suas paisagens uma divisão social com base na renda e no status social, resumida, a grosso modo, em duas cidades: a cidade da mercadoria (cidade do sol produzida para os turistas e a cidade de muros das classes médias) e a cidade dos excluídos ou daqueles que não tem direito a ela.

Baumam (2007) faz algumas críticas à escolha das elites em morar em espaços auto-segregados nas cidades. O primeiro caso a se pensar é sobre a despreocupação das elites em relação aos assuntos de sua cidade. Os guetos voluntários se tornaram verdadeiros espaços extraterritoriais, estendendo seus espaços para escala internacional. Essa conjuntura dificulta uma reivindicação de um projeto comum para as populações das cidades, afinal, pouco importa para alguns se falta saneamento básico, policiamento e outros serviços públicos já que o mercado substitui o Estado, pelo menos para aqueles que possuem recursos. Os espaços não acessíveis se tornaram um exemplo da desintegração da vida comunitária estabelecida localmente e compartilhada.

Outra perspectiva do autor refere-se ao fato de que as preocupações das elites transformam-se em impulsos segregacionistas/exclusivistas, o que pode conduzir a uma guerra no espaço urbano. Essa preocupação é compartilhada de certa forma por Marcelo de Souza (2000), quando diz que a estratégia de auto-segregação socioespacial adotada pelas

elites é insustentável a longo prazo, pelo menos nos marcos de uma sociedade minimamente democrática. Para o autor supracitado, seriam necessários uma repressão e controle social incrivelmente autoritária para continuar mantendo indefinidamente essas ilhas de prosperidade e felicidade, que são os condomínios exclusivos, a salvo da catástrofe, em meio a um oceano de crescentes tensões sociais.

O desejo de alguns grupos sociais em ocupar determinados locais da cidade sem interagir com outros intensificou a fragmentação da cidade de Fortaleza. Essa nova fisionomia social e urbana tem como consequência uma acentuada restrição do movimento, da circulação e/ou acessibilidade de certos grupos sociais a algumas áreas de forma mais intensa. A circulação de pessoas e automóveis na cidade moderna passa por espaços de passagem e circulação seletiva ou restrita. Os espaços de passagem podem ser uma via de circulação, um centro comercial ou um espaço público qualquer. Já um espaço de circulação seletiva pode ser um condomínio fechado, uma área de favela e/ou área de risco com poder paralelo, bairros com altos índices de criminalidade violenta.

O discurso da violência e do medo gera, por um lado, a autosegregação das elites e por outro, provoca estigmatização de determinados setores da sociedade. Espaços como os condomínios fechados e a proibição de acesso de alguns indivíduos se justificam pela propriedade privada e alguns estereótipos. As outras comunidades são vítimas de uma violência simbólica que discrimina uma parcela considerável da população e contribui para o aumento da violência urbana. É nesse sentido que vemos o problema abordado. Dialeticamente, todos são vítimas, mas em termos de proporção e gravidade os jovens são as maiores vítimas da criminalidade violenta.

### **3.4 Os condenados da cidade: Território e jovens excluídos**

O agravamento da violência juvenil em Fortaleza, em especial os homicídios, tem se tornado um tema para debate e preocupação. As condições socioeconômicas das últimas décadas associadas à formação e organização de microgrupos sociais (gangues, bandos ou

quadrilhas), ligados às práticas violentas, são preponderantes para que a juventude tenha se tornado a maior vítima de homicídios. Além disso, a violência juvenil pode ser relacionada com a questão do gênero, educação e estado civil.

As tabelas seguintes contam com algumas variáveis pertinentes para o estudo da criminalidade violenta na cidade de Fortaleza. Analisando os dados do SIM/DATASUS, verificamos que existem algumas características que tornam o indivíduo mais vulnerável a ser vítima de homicídio na cidade de Fortaleza. Esse indivíduo, hipotético, deve ser jovem, do sexo masculino, solteiro e com menos de oito anos de estudo. Evidente que a relação não é causal e nem tão simples assim; existem outros fatores compensatórios que merecem ser levados em consideração.

Em Fortaleza, como foi exposto anteriormente, os conflitos territoriais tem se expandido por vários bairros, sendo relevante a participação de grupos juvenis. As novas formas de sociabilidade entre os jovens moradores da cidade é uma questão crucial para o entendimento das práticas violentas em Fortaleza. É no ambiente das ruas, esquinas e pontos de encontro que se estabelecem círculos de relações de grupo entre os jovens, culminando ocasionalmente em confrontos armados.

Como muitos dos termos utilizados nesta pesquisa, a juventude apresenta-se como uma categoria polissêmica e ambígua. Waiselfisz (2002), seguindo as definições da Organização Mundial de Saúde, considera o seguinte:

Adolescência e juventude se diferenciam pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Para OPS/OMS a adolescência constituiria um processo fundamentalmente biológico durante a qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrangeria as idade de 10 a 19 anos, dividida entre as etapas pré-adolescência de (dos 10 aos 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). (p.17)

O conceito de “juventude” refere-se ao período de ciclo de vida no qual as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual se produzem importantes

transformações biológicas, psicológicas sociais e culturais, variando conforme as sociedades, cultura, etnias, classes sociais e o gênero (UNESCO, 2004). “Tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos” (WAISELFISZ, 2002, p17).

Utilizam-se usualmente ciclos de idade nas comparações internacionais para analisar os jovens em distintos contextos. Apesar da utilidade e necessidade deste tipo de procedimento, surgem dúvidas sobre o início e fim da juventude. Apesar das diferentes abordagens, existe um razoável consenso em relação ao limite inferior do que se considera juventude, prevalecendo o enfoque físico, biológico e psicológico que diferenciam o adolescente da acriança. As dúvidas dominantes surgem no estabelecimento do limite superior: “as fronteiras da juventude em relação à fase adulta são de fato confusas” (UNESCO, 2004, p. 23).

O estudo realizado pela UNESCO (2004) justifica a abrangência do termo juventude em diversos fatores, como a passagem do rural urbano faz com que se tenha um alargamento da juventude; disputas interdisciplinares e a perda da definição do que se considera um ser adulto, uma vez que há uma tendência à “juvenilização” dos adultos no que concerne a aparência e aos costumes. Deve-se considerar que os jovens também experimentam um processo de “adultização” precoce. Os jovens estão assumindo muito cedo os papéis e costumes da vida adulta. Levi e Shcmitt (1996) vê a juventude como uma construção social e cultural:

(...) O que nos interessa é justamente o caráter marginal ou limítrofe da juventude, o fato de ser algo irreduzível a uma definição estável e concreta. De resto, é precisamente sua natureza fugidiaa que carrega significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidade e de fragilidade. Essa construção cultural, a qual em todas as sociedades é objeto de uma atenção ambígua, é ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. (p.8)

Nesse sentido, centramos nossas atenções para o estudo da juventude fortalezense, guiando-se pelas proposições apontadas pelos autores citados anteriormente. Juventude que pode ser entendida como a população do intervalo de 15 a 24 anos, para efeito sociológico,

cultural e para fins metodológicos - base de dos dados do SIM/DATASUS. A rigidez dos dados demográficos ou jurídicos pode obscurecer o caráter instável e irredutível da juventude. Por isso, a juventude se caracteriza por sua característica limítrofe e de transitoriedade. “Mais apropriadamente, os indivíduos não pertencem a grupos etários, eles os atravessam” (LEVI e SHCMITT, 1996, p.8-9).

O Mundo contemporâneo nos ensina de que não existe uma única juventude, daí o termo *juventudes* empregado por alguns autores. Em contrapartida, como observa nos estratos sociais médios e altos urbanizados, a juventude se alarga para a faixa etária de 25 a 29 anos. Os dados adiante fundamentam que a violência na cidade de Fortaleza se agrega numa faixa etária muito mais ampla do que a esperada.

Logo, a importância em considerar a juventude como foco de nossa pesquisa revela-se pela significativa participação delas nas práticas violentas na cidade de Fortaleza. Esse segmento social também é o grupo mais vulnerável a sofrer violência doméstica, policial e homicida. Suas formas de solidariedade se direcionam eventualmente para conflitos grupais.

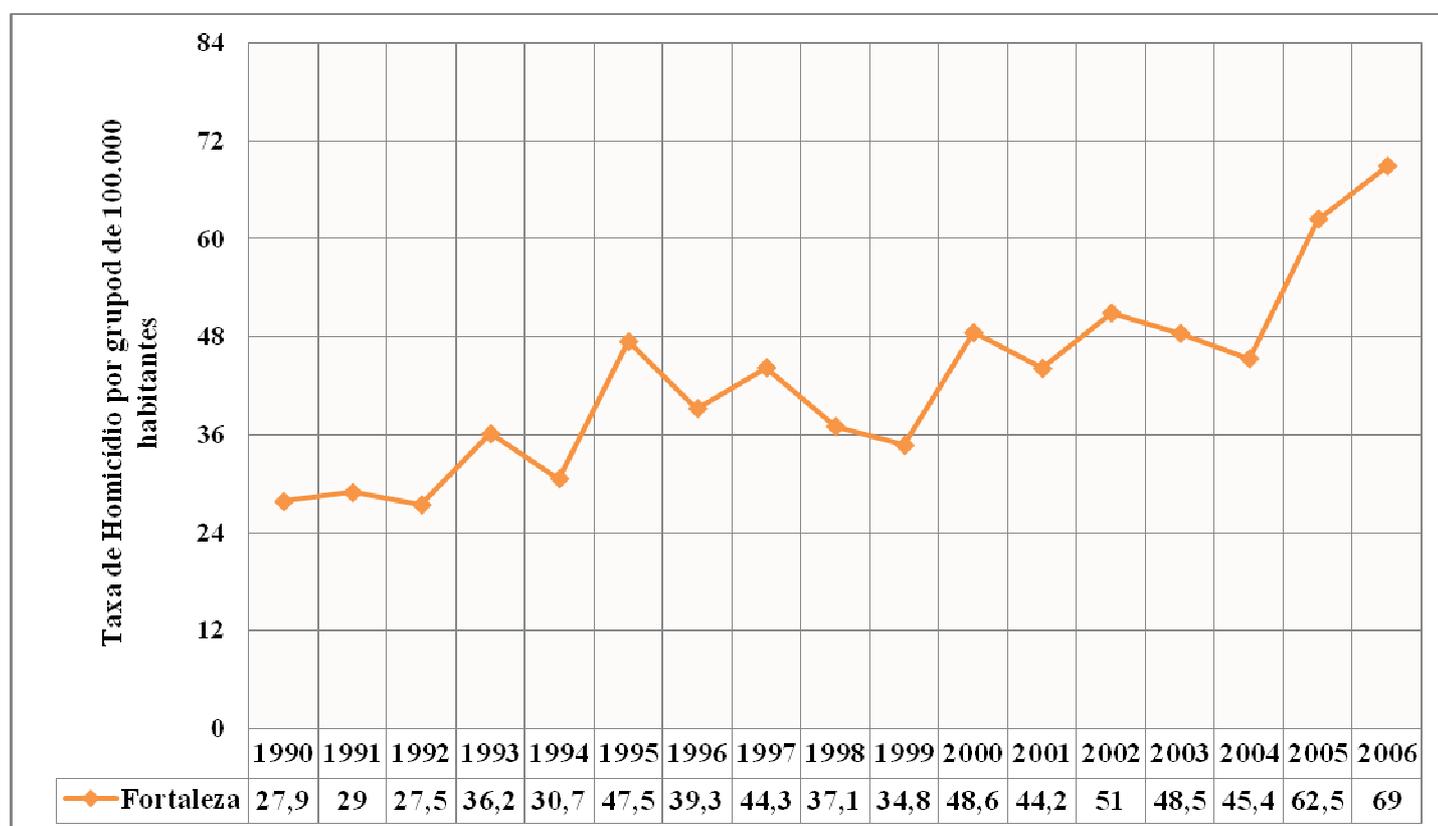
Nas grandes metrópoles brasileiras, os homicídios junto com os acidentes de transporte são as principais causas de morte no capítulo das causas externas<sup>9</sup> da Organização Mundial de Saúde. Os homicídios afetam fundamentalmente homens jovens, chegando a ser a primeira causa de mortalidade geral nas idades entre 15 e 24 anos. Os dados referentes a este tipo de violência são bastante preocupantes, com incremento decenal de 88,6%, superando o da população total que foi de 62,3%. (WAISELFISZ, 2002). Somente no ano de 2006, 18.4121 jovens de 15 a 24 anos foram vítimas de homicídios no Brasil. A taxa de homicídio para o referido ano esteve em 53,4 para um grupo 100.000 habitantes no país (SIM/DATASUS, 2009).

Em Fortaleza, esse panorama não é diferente e particularmente no tocante a criminalidade violenta juvenil, parece existir um marco bem definido para o seu

---

<sup>9</sup> De acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde as causas externas de mortalidade são os homicídios, acidentes de trânsito que resultem em morte, suicídios, quedas acidentais, afogamentos etc (WAISELFISZ, 2002).

desenvolvimento. Até primórdios da década de 1990 as taxas de homicídios para os jovens na cidade giravam em torno de 27,9 ou 29,0 por grupo de 100.000 habitantes para a faixa etária de 15 a 24 anos. Todavia, no ano de 1995 a taxa chegou a 47,5 e nos anos seguintes as taxas de homicídios se mantiveram mais ou menos estáveis com agravamento da problemática a partir do ano de 2005. Pelas estatísticas, a passagem de 1999 para os anos 2000 significou a consolidação nas taxas de homicídios para os jovens acima de 40 por 100.000 hab. No primeiro ano da primeira década do século XXI, a taxa de homicídio para a faixa etária de 15 a 24 anos foi de 48,6. Em 2006, no entanto, a taxa de homicídio chega a 69 homicídios por grupo de 100.000 habitantes, representando um incremento de 85,2% nas taxas de homicídio na cidade de Fortaleza. Esses números se tornam mais preocupantes quando restringido a faixa etária de 20 a 24 anos. A média para essa faixa etária no período de 1990 a 2006 foi 54,4, com preocupante taxa de 69,8 homicídios por grupo, em 2006. Na faixa de 25 a 29 anos e de 30 a 39 anos as taxas se mantiveram elevadas (ver figura).



**FIG. 4** – Taxa de homicídios em Fortaleza 1990-2006 para faixa etária de 15 a 24 anos

Fonte: DATASUS

Org.: FREITAS, 2009

**Tabela 6 - Taxa de homicídios em Fortaleza 1990-2006 para faixas etárias**

<b>Ano</b>	<b>0 a 14 anos</b>	<b>15 a 19 anos</b>	<b>20 a 24 anos</b>	<b>25 a 29 anos</b>	<b>30 a 39 anos</b>	<b>40 a 49 anos</b>	<b>50 e mais</b>	<b>Total</b>
1990	0,8	18,4	32,1	29,7	25,7	24,8	11,5	15,2
1991	1,2	15,3	39,6	35,1	26,3	19,1	11,1	15,8
1992	1,3	15,7	33,2	23,4	24,4	19,2	9,9	13,8
1993	0,6	24,7	41,9	37,1	28,3	23,2	9,3	17,8
1994	0,6	14,4	37,6	33,4	31,2	26,5	10,5	16,4
1995	1,6	32,1	48,8	49,3	38,9	32,9	16,9	23,8
1996	1,9	26,8	48,1	49,8	30,5	21,9	12,3	21,1
1997	2,2	30,8	46,8	45	37,5	26,6	15,4	22,8
1998	0,9	26,5	39,7	35,8	22,9	22	11,7	17,1
1999	1,8	26	47,4	35,4	33,4	25,5	21,9	21,5
2000	1,1	39,4	58,5	42,4	34,3	26,2	18,7	24,8
2001	2,4	35,8	53,2	49,6	33,4	20,9	14,6	23,4
2002	2,7	31	63,3	57,3	36,8	19,8	16,7	25,6
2003	1,1	32,5	58	57	35,3	35,5	25,9	27,2
2004	1,7	32,5	62,7	56,5	34,3	30	14	25,9
2005	2,2	45,8	69,2	68	36,3	26,8	10,8	28,7
2006	2,3	54,1	69,8	52,7	40,9	28,6	14,3	30,4
Total	1,6	30,6	51,2	45,2	33	25,6	14,8	22,4

Fonte: DATASUS/2009. Tabulações próprias.

No período de 2000 a 2006, 1.763 jovens da faixa etária de 15 a 24 anos foram vítimas de homicídios. Os dados mostram que no município de Fortaleza 40,91% dos homicídios são de jovens da faixa etária de 15 a 24 anos. Considerando-se a faixa etária de 15 a 35 anos, os números atingem 70,15% do total das vítimas. Assim, percebe-se também um alargamento da criminalidade violenta para outras faixas etárias. A partir da faixa etária de 35 anos em diante, há uma diminuição significativa nas ocorrências de homicídios, provavelmente porque as preocupações e os compromissos com a família são maiores, o que torna as pessoas menos vulneráveis a este tipo de violência (ver tabela 7).

**Tabela 7 - Distribuição dos homicídios por faixas etárias 2000-2007 com base na ops (Organização panamericana de Saúde).**

Faixa etária	Nº de homicídios	Porcentagem
Menor de 1	6	0.14
1 a 4 anos	8	0.19
5 a 14	14	0.32
15 a 24	1763	40.91
25 a 34	1260	29.24
35 a 44	677	15.71
45 a 54	339	7.87
55 a 64	142	3.30
65 a 74	64	1.49
75 a mais	36	0.84
Total	4309	100.00

Fonte: SIM/DATASUS, 2009

O “divisor de águas” para o aumento da violência entre os jovens fortalezenses parece ser o contexto do surgimento das gangues na cidade de Fortaleza. Como já foi relatado, os dados denunciam que o ano de 1995 marca um etapa importante para o agravamento da problemática da criminalidade violenta juvenil na cidade, coincidindo com o época em que Fortaleza assistia a multiplicação das gangues pela cidade.

Foi exatamente nesse contexto que ocorreu o surgimento de vários conflitos territorializados, que de alguma forma perpassaram os anos na cidade. Diógenes (2008) vivenciou e interpretou o universo das gangues e galeras<sup>10</sup> de jovens em Fortaleza, seus grupos, códigos e regras. Seu trabalho apreendeu de forma incontestável a realidade da

<sup>10</sup> As gangues organizam-se nas periferias da cidade e, quando tem agito, elas transpõem os limites da sua área de atuação para o enfretamento com outros grupos. As galeras têm uma finalidade mais ligada à curtição, em que “beber, namorar e dançar” são suas atividades favoritas. Elas se movimentam com maior desenvoltura na vizinhança, não tema idéia de delimitação de área de atuação, não possuem um líder e não usam a violência como forma de demarcação como forma de marcar sua presença nos espaços da rua (DIÓGENES, 2008, p. 139-14).

juventude de Fortaleza durante na década de 1990. Neste período, Fortaleza estava pontilhada por gangues e outros grupos sociais que se organizavam em torno de algo que os uniam. Uma cartografia das galeras na cidade abrangia várias áreas no Pirambu, Mucuripe, Castelo Encantando, Parangaba, Bom Jardim e outros. Sobre tal questão Diógenes (2008) reitera:

Movidos pela necessidade de consolidar no grupo uma idéia de pertencimento, as turmas de jovens “organizam-se” com o objetivo de deixar marcas territoriais. Essa necessidade de “registro social” no mapa “oficial” é que vai ensejar entre as galeras a mobilização de práticas de violência. Em Fortaleza, o arrastão de 18 de outubro de 1992 no Rio de Janeiro parece mobilizar formas mais espetaculares de expressão pública das galeras (p.105).

Durante a década de 1990, várias turmas e gangues delimitaram seus territórios e ergueram muros invisíveis, tendo como trilha sonora o *funk*. Se as roupas, tatuagens e cicatrizes demarcam os códigos, o baile *funk* foi o local de convergência dos múltiplos territórios e suas respectivas galeras. Era nesse espaço que se encontravam as turmas de jovens de diversos bairros da cidade, onde se faziam intrigas, engendravam conflitos, alianças eram criadas e desfeitas. De acordo com Diógenes (2008) o baile *funk*:

ao “espetacularizar” a violência, publicisa todas as tensões sociais que se acirram na condição juvenil dos moradores de periferia no final do século XX. A violência passa a funcionar como um modo de dar visibilidade a conflitos e tensões que permaneciam virtuais, ignorados se não houvesse o baile como local de “encenação” de uma violência que pulsa no cotidiano dos bairros, mas que não encontra, na territorialidade, formas de manifestação de todo o seu potencial, de toda sua energia. A violência atua como mapa cultural. (p.32).

As cidades são lugares privilegiados para emergência de grupos sociais e territórios da violência e os jovens são grupos territorializantes por excelência. As formas de associação dos jovens podem se dá através da ótica do consumo ou das representações dos grupos juvenis com os territórios dos quais pertencem. Os grupos sociais urbanos possuem seus próprios códigos, suas formas de lazer, seus gostos, reconhecem os que estão do lado de

fora (BONNEMAISON, 2002). A esse respeito Diógenes (2008), ao investigar os integrantes de gangues de Fortaleza diz que:

...ao mesmo tempo que as turmas de periferia assemelham-se e buscam mesmo se assemelhar aos atores-jovens que ganham destaque nas grandes cidades, elas se organizam em “grupos fechados”, criam uma linguagem peculiar, rechaçam o trabalho como forma de sobrevivência, inserem-se na dinâmica da cultura de massa, desautorizam as famílias e constituem-se na metáfora designada por muitos como tribos urbanas (2008, p.57).

A territorialidade parece ser a tônica para o estudo desses microgrupos sociais urbanos. Os grupos juvenis buscam formas de expressões estéticas balizadas no consumo de massa. No entanto, também são os sujeitos que mais parecem expressar diferenças, tendo como base um território compactuado e com códigos culturais compartilhados somente entre os mais “enturmados” (Diógenes, 2008). Mas o que se tem atualmente é uma realidade muito diferente daquela investigada por Diógenes na década de 1990. As gangues e bandos atuais não possuem como marca a pichação e o *funk*. Os grupos de jovens com o passar do tempo foram se tornado gangues de assalto, de grupos armados que estão sempre dispostos para um confronto e que têm a violência letal como marca registrada (UNESCO, 2004).

Nesse sentido, as mortes analisadas em termos estatísticos, de certa forma, “camuflam” as marcas das territorialidades urbanas. Os jovens morrem em geral vítimas de conflitos territoriais, como foi discutido no item anterior. Os territórios em conflito constituem os espaços de vivência de grupos sociais malfadados a um futuro nada animador.

Não podemos nos esquecer que a violência urbana, em particular os homicídios, possui uma estreita relação com o contexto socioeconômico da população vitimizada. Como podemos verificar, 83,36% das vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza não completaram nem o ensino fundamental, possuindo menos de três ou oito anos de estudos. Os dados denunciam que 50,45% deles não chegaram nem a completar o ensino fundamental.

A realidade é que nossos jovens não estão chegando ao amadurecimento intelectual para saber discernir ou “escapar” do mundo da criminalidade violenta. São majoritariamente jovens que se aventuram no mundo das drogas, nos conflitos territorializados, roubos e furtos. Todos estes fatos expostos fazem com que nossos jovens nem tenham completado o ensino fundamental. O cruzamento de variáveis demonstra que 50,84% dos jovens da faixa etária de 15 a 24 anos vítimas de homicídios estavam fora da faixa etária escolar ou mesmo já tinham abandonados os estudos. De acordo com dados disponíveis no SIM/DATASUS, uma parcela significativa (38,80%) das vítimas de homicídios são de homens jovens da faixa etária de 25 a 44 anos com estado civil solteiro (tabela 8) e que por variados motivos não “concluíram” seus estudos. Em relação ao estado civil, uma fatia de 78,11% das vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza é constituída por pessoas solteiras e apenas 19,16% de casados (ver tabela 8).

**Tabela 8 - Homicídio com base na escolaridade e faixa etária.**

<b>Faixa Etária /Escolaridade</b>	<b>Nenhuma</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>4 a 7 anos</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
5 a 14 anos	0	6	5	11	2,63
15 a 24 anos	12	91	110	213	50,84
25 a 34 anos	10	36	47	93	22,20
35 a 44 anos	9	24	24	57	13,60
45 a 54 anos	2	12	8	22	5,25
55 a 64 anos	2	12	1	15	3,58
65 a 74 anos	2	3	2	7	1,67
75 anos e mais	1	0	0	1	0,24
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>184</b>	<b>197</b>	<b>419</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIM/DATASUS tabulações próprias.

**Tabela 9 - Distribuição das vítimas de homicídios quanto ao gênero, estado civil e escolaridade (2000-2006).**

<b>Quanto ao gênero, raça, estado civil e escolaridade</b>		<b>FORTALEZA</b>	
		<b>Valor absoluto</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	4900	92,79
	Feminino	381	7,21
	Total	5281	100,00

<b>Estado Civil</b>	Solteiro	3772	78,11
	Casado	925	19,16
	Viúvo	58	1,10
	Separado judicial	44	1,37
	Outro	66	0,17
	Total	4829	100,00
<b>Escolaridade</b>	Nenhuma	189	7,19
	1 a 3	1137	43,26
	4 a 7	865	32,91
	8 a 11	337	12,82
	12 e mais	99	3,77
	9 e 11	1	0,04
	Total	2001	100,00
	Total	2628	100

Fonte: SIM/DATASUS. (2010). Excetuando-se os casos ignorados.

Nas últimas décadas, as mudanças no mercado de trabalho têm colaborado intensamente para o aumento da vulnerabilidade dos jovens em Fortaleza. Muitos adolescentes abandonam os estudos para trabalhar e sustentar a família. A situação assemelha-se a analisada por Abromovay (2002), para os jovens da América Latina:

Muitos abandonam os estudos para trabalhar, comprometendo muitas vezes, seu processo de formação e capacitação uma defasagem do ensino formal frente às novas exigências de habilidades e conhecimentos, e isso tem constituído inequívoca fonte de vulnerabilidade [...] A vulnerabilidade atinge os trabalhadores em diversas dimensões, ou seja, dado às referidas novas exigências do mercado, e heterogeneidade da produção contribuem para que este grupo enfrente maiores dificuldades baseadas na falta de instabilidade nos empregos, crescimento da informalidade e escassa abertura de novos postos de trabalho (p. 45).

Na cidade de Fortaleza os jovens vivenciam os efeitos da falta de emprego, da má qualidade educacional e das novas demandas do mercado de trabalho, deparando-se com os problemas decorrentes de uma inserção precária. As dificuldades econômicas debilitam a renda das famílias o que geram:

...um clima de instabilidade que pressiona os jovens de camadas populares, no sentido de buscarem uma incorporação prematura no mercado de trabalho. Isso afeta negativamente esses jovens quanto à possibilidade de êxito dentro do sistema educacional, uma vez que, além do trabalho, enfrentam as dificuldades do estudo. No limite, a entrada prematura no mercado de trabalho faz com que muitos jovens abandonem a escola e de certa forma determina a possibilidade de um bom emprego futuro para eles. (ABRAMOVAY, 2002, p. 49).

Ademais, novas dificuldades põem obstáculos à inserção da juventude no mercado de trabalho. Fortaleza possuía uma população economicamente ativa na faixa etária de 10 a 24 anos de 359.829, ou seja, 28,1% de um total de 1.281.406, em 2000. Contudo, a taxa de ocupação era de 69,7%, o que deixava 33,3% dessa população economicamente ativa à margem do mercado de trabalho formal. (ver tabela 10). Esta questão tem se agravado em virtude da reestruturação produtiva que vem eliminando várias ocupações, inclusive aquelas menos especializadas, e que funcionavam como porta de entrada para os jovens no mercado de trabalho. (CARDIA, 2002).

**Tabela 10 - População economicamente ativa e ocupada na RMF**

	<b>10 a 24 anos</b>	<b>25 a 49 anos</b>	<b>50 e mais</b>	<b>Total</b>
Pop. economicamente ativa	359.829 (28.1%)	772.087 (60.3%)	149.490 (11.7%)	1.281.406
População ocupada	250.868 (23.7%)	673.456 (63.5%)	136.226 (12.8%)	1.060.550
Taxa de ocupação	69,7	87,2	91,1	82,8

Fonte: Censo do IBGE (2000) in: Observatório das Metrópoles.

A população jovem dos territórios estigmatizados experimenta a violência cotidiana de forma mais intensa, ora como sujeito ora como vítima; a trama social se delinea por meio de uma inércia socioterritorial mantenedora da violência e das formas de discriminação. Maricato (1996) acredita na indissociabilidade entre uma sociedade desigual e discriminatória, pois “a segregação urbana com concentração da pobreza fornece ambiente favorável à disseminação e à reprodução da violência”. (MARICATO, 1996, p.92). Relativizando a associação entre pobreza e violência, parece-nos evidente que o aumento da

violência urbana guarda forte relação com a desigualdade social latente em nossa cidade, logo:

A violência e o medo passam a fazer parte do cotidiano nas áreas concentradoras de pobreza. A violência presente nas condições ambientais e urbanas de vida e também na relação de trabalho, soma-se à convivência com a execução sumária de parentes, amigos ou vizinhos, mais freqüentemente jovens. As mortes podem ter origem nas brigas de gangues, mas também da ação de bandidos e policiais. (IBID, 1996, p.81-82).

Ademais, o gênero masculino é o grupo social mais vulnerável a ser vítima de homicídio. Dos 3634 homicídios ocorridos na cidade de Fortaleza de 2000 a 2005, 92,16% foram do gênero masculino. Dos dados apresentados apenas 7.79% são do gênero feminino, ou seja, 283 mulheres foram assassinadas no período analisado (ver tabela 9). Quanto ao gênero, Cesar Barreira (1999) explica:

Afirmamos que homens e mulheres não foram, em nossa sociedade, socializados de maneira idêntica. Seus mundos são os mesmos, no entanto, têm particularidade específica ligada a forma de como é construído o mundo social de maneira diferenciada para homens e mulheres, produzindo identidades, papéis e posições sociais que não são homogêneas e tão pouco isentos de desigualdades (p.15-16).

Essa visão de mundo para jovens do gênero masculino é ainda mais perversa, pois:

O processo de violação sofrido culturalmente pelo homem, submetido a pressões no sentido de (re)afirmar constantemente sua masculinidade, acrescido de um processo interno de se adequar a um processo viril inacessível (BORIS, p.63).

Zaluar (1985) percebeu na Cidade de Deus que o território no qual faz parte a vizinhança é uma prorrogação da masculinidade que obriga a revidar uma provocação ou tentativa de humilhar outro homem, logo:

(...) O comportamento violento varia conforme o lugar ocupado por cada um na sociedade, mas é sempre exigida coragem como resposta de um homem

diante da ofensa à sua honra, o que geralmente não é cobrado de uma mulher (Boris apud Pitt-Rivers, 1992).

A honra possui uma íntima relação com o corpo, afinal, para um homem apanhar, ser agredido, *passar por baixo* (termo referido a pessoa derrotada num confronto físico), é motivo para revanche e vingança; a agressão na face exige uma tomada de decisão para o sujeito violentado.

Ademais, não são apenas os homens jovens as principais vítimas de homicídios, as vítimas são jovens “pobres” negros e pardos que habitam os territórios estigmatizados da cidade de Fortaleza. É de se esperar que, pela maior proporção de pardos, esse grupo apresentaria as maiores taxas de mortalidade. Contudo, os dados do SIM/DATASUS acusam uma concentração maior do que a esperada.

### **3.5 A cor da violência e estigmas territoriais na cidade**

No caso específico da criminalidade violenta, existe uma acentuada concentração com relação à raça/cor. Os homicídios se distribuem de forma desigual na cidade de Fortaleza, atingindo prioritariamente os jovens negros e/ou pardos moradores dos territórios estigmatizados dos bairros populares e favelas de Fortaleza.

Vale esclarecer que a pesquisa aqui em desenvolvimento não procura encontrar *underclass*<sup>11</sup>, como foi a preocupação do jornalismo letrado americano. O conceito forjado por Myrdal aos pouco foi perdendo seu caráter científico e se transformando em poderoso instrumento estigmatizador das comunidades negras americanas. Conforme Wacquant (2001)

Podemos reagrupar sumariamente os diversos usos da “*underclass*” em três grandes famílias, segundo eles destaquem a estrutura do mercado, a conduta e os traços pessoais dos indivíduos incriminados ou as características sociais do bairro e do seu habitat (p. 95).

---

<sup>11</sup> A descrição da trajetória política e intelectual da noção de urban underclass sai do bom-senso do jornalismo letrado, legitimada pela academia do senso bondoso e depois foi apropriada por gestores públicos pragmáticos da pobreza (LUIZ CESAR, apresentação, p.14: Loic Wacquant, 2001).

A esse respeito, Luiz Cesar (2001), ao falar dos condenados da cidade de Lóic Wacquant (2001), alerta sobre os perigos de importação de conceitos advindos dos países ditos “desenvolvidos”, pois o livro:

Sugere, primeiro, que se deve manter uma clara distinção entre *conceitos folclóricos* usados pelos administradores públicos, autoridades urbanas e pela população, para designar zonas de exclusão, e os *conceitos analíticos* que a pesquisa social deve construir para desvendar a sua maquiagem e para compreender sua posição na estrutura socioespacial da metrópole. Alerta para a circulação internacional de conceitos como o de “*underclass*”, que não são apenas inadequados para serem importados, mas também não têm validade nas realidades de seu próprio país, e alerta para a imprecisa invocação de noções, como “gueto”, que são meras metáforas que ocultam diferenças estruturais e funcionais fundamentais, e que, dessa forma, bloqueiam a investigação quando deveriam dar-lhe continuidade (p.10).

Não pretendemos afirmar a existência de guetos urbanos na cidade de Fortaleza e grupos perigosos de *outsiders*, os foras da lei e que fugiram aos padrões de condutas socialmente estabelecidos. Na sociedade de “massas” o controle social em muitos casos é contestado por sujeitos que fogem aos padrões de “normalidade”. Tem-se o aparecimento do desviante, figura personificada que se afastou dos padrões normais que regem e regularam a vida social (GADELHA, 1996 p. 16). Os Desviantes seriam vagabundos, prostitutas, presos, loucos, deficientes físicos ou mentais. Contudo, devemos entender que:

Enquanto os discursos sociais e políticos se abstraem e se afastam completamente dos atores envolvidos do crime, o coletivo anônimo que também institui a lei, a moral e a religião trata de criar o crime e novos mecanismos contra as conseqüências de um ato ao qual a coletividade não pode ficar indiferente, em razão da desorganização que ele provoca (p.90).

Ainda que em menor intensidade, pelos meios de comunicação e pelo imaginário coletivo de Fortaleza, temos uma idéia das “classes perigosas” na cidade de Fortaleza. Alguns espaços são tratados somente como locais de traficantes, “vagabundos e “ladrões”, não fazendo distinção entre aquelas pessoas que cometem delitos e outras que sobrevivem seguido os padrões preestabelecidos.

Wacquant (2001) fala que a dualização da metrópole leva não apenas a marginalidade dos pobres, bem como os condena a uma redundância social e econômica. Ele ainda alerta que a realidade e os estigmas territoriais não devem ser subestimados:

Em primeiro lugar, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afeta negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e nos mercados de trabalho. Em segundo lugar, observa-se uma forte correlação entre degradação simbólica e o dismantelo ecológico dos bairros urbanos, que são áreas comumente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitadas pelos de fora, “assinaladas” pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignorados pelos políticos, tudo isso colaborando para acelerar-lhes o declínio e o abandono. Em terceiro, a estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias socióforas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva (p. 33).

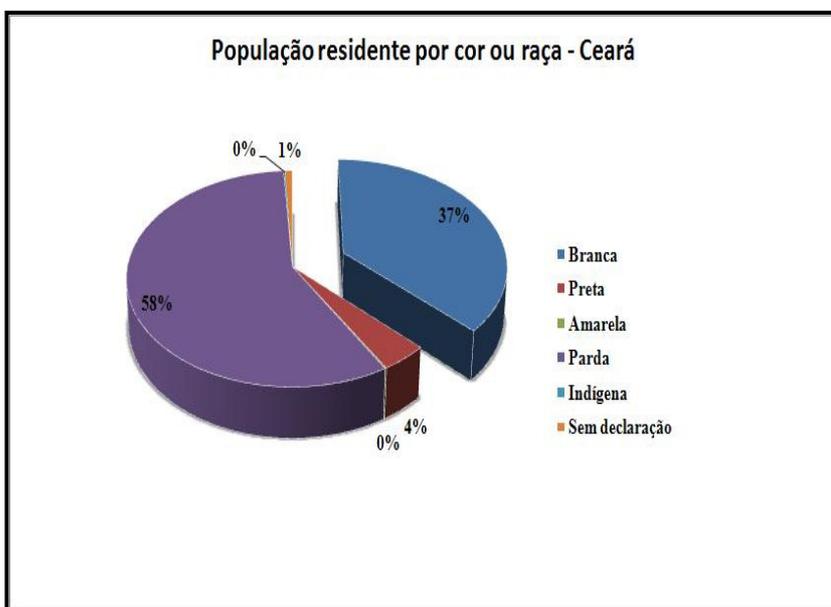
Paiva (2007) fala que no Bom Jardim tem-se um pouco das três observações realizadas por Wacquant. Os moradores deste bairro são indignados pela representação homogênea que não separa os indivíduos que cometem delitos trabalhadores daqueles que nunca cometeram. Segundo, o bairro é concebido como um espaço a ser evitados por pessoas de fora. A consequência disso são as dificuldades que a população passa para busca de emprego e para chegar em casa após um dia trabalho ou de estudos. Em terceiro lugar, a produção de medos e sua difusão dificulta a possibilidade de construção de ações coletivas entre os moradores que dispõem de melhores condições financeiras, assim como aqueles classificados como os mais pobres do bairro, como autor percebeu.

Os termos são variados, com conotações maturadas longamente, as quais estigmatizam populações de bairros inteiros. Os estereótipos são tão largamente difundidos que os próprios “pobres” se estigmatizam. É de se espantar a imagem que alguns moradores do Bom Jardim possuem do Conjunto Habitacional Tancredo Neves (Bairro Jardim das

Oliveiras) e vice-versa. O Conjunto Tancredo Neves é visto como uma favela, no qual se tem que pagar pedágio para entrar ou sair da comunidade. As imagens pré-concebidas pela ação coletiva sobre o bairro Bom Jardim estão geralmente associadas ao cemitério com a mesma toponímia e, por sua vez, a morte e violência.

Não obstante, o que nos chama atenção é que numa cidade com uma razoável heterogeneidade racial, os homicídios se concentram prioritariamente em um grupo social particular, jovens negros e/ou pardos dos bairros populares da cidade de Fortaleza.

Segundo os dados do IBGE (2000), 2.770.560 pessoas do Estado do Ceará se declaram de cor/raça branca, o que equivale 37,28% da população. Somando os pardos e negros, a população no Estado do Ceará é da ordem de 4.579.638 (61,62%). Separando estes dois grupos, temos 305.279 (4,11%) de negros e 4.274.359 (57,51%) para os pardos. Mas a distribuição dos homicídios na cidade não obedece a esta proporção aferida pelo censo do IBGE (2000) (Fig. 5).



**FIG. 5** – População residente por cor/raça – Ceará.

Fonte: IBGE, 2000.

Org.: FREITAS, 2010

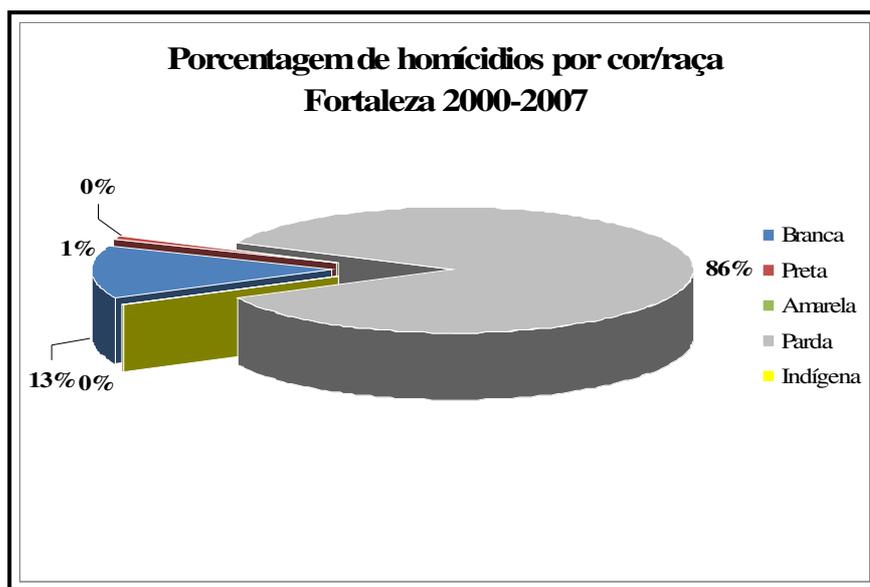
Estamos considerando aqui os negros e pardos como único grupo social, pois são estes os indivíduos mais violentamente atingidos pela estigmatização, ainda que se declarem o contrário. Pretendemos com este procedimento amortecer os riscos de erros, visto que a definição do que é ser negro ou pardo passa por uma questão pessoal de classificação para o preenchimento das declarações de óbito. Porém, acreditamos que ocorre uma atenuação do risco de erro durante processo de diferenciação entre aqueles pertencentes à cor/raça branca e parda e/ou negra.

Em todo caso, suspeitamos que as vítimas de homicídios de negros e pardos são maiores do que as relatadas nos dados do SIM/DATSUS. Deprendemos que a maioria dos casos ignorados deve-se à confusão em classificar o que seja uma pessoa parda ou negra; portanto, supomos que a porcentagem de pardos e/ou negros deve ser maior do que a verificada, embora os dados já se mostrem preocupantes e confirmam uma concentração por cor/racial expressiva para os homicídios na cidade de Fortaleza. A pouca incidência de negros vítimas de homicídios se deve à sua menor proporção em relação aos demais grupos. Neste caso, fatores históricos explicam a diferença de proporcionalidade, excetuando alguns locais do Ceará, como as serras, utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar. O Estado do Ceará caracteriza-se por ter sido ocupado predominantemente por grupos indígenas, o que explica também o predomínio de sua população parda.

A violência tem uma cor, e são os pardos e negros as maiores vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza, como já assinalamos. A realidade dos negros e pardos na cidade de Fortaleza é bastante áspera para o caso da criminalidade violenta, particularmente os homicídios. Durante o período de 2000 a 2007, 2.315 indivíduos pardos e/ou negros foram vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza, excetuando-se os casos ignorados, enquanto apenas 353 dos casos verificados envolveram brancos. Outros grupos possuem uma participação diminuta neste contexto violento. De acordo com os dados disponibilizados pelo SIM/DATASUS, 86% das vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza no período posto em análise são de pardos. Apenas 1,0% do total de casos registrados envolveu negros.

Somando os dois grupos, 87% das vítimas de homicídios são de pardos e/ou negros. Em geral, são homens jovens moradores de territórios estigmatizados.

Para finalizar, apenas 6,85% dos casos válidos de homicídios são de homens brancos, apesar deste grupo representar apenas 37% da população do Estado do Ceará, grupo formado possivelmente por jovens brancos, solteiros e com menos de oito anos de estudo, habitantes de bairros populares. (Fig. 7).

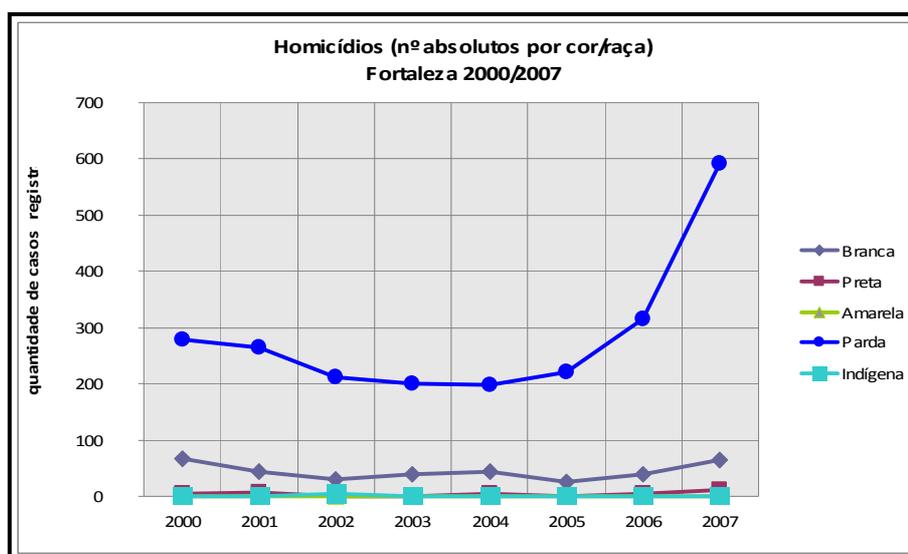


**FIG. 6** – Porcentagem de homicídios por raça/cor Fortaleza 2000-2007

Fonte: SIM/DATASUS (2010).

Org.: FREITAS, 2010

Pode-se aferir também que nos últimos anos houve uma progressão significativa nos casos de homicídios envolvendo pardos, como se pode evidenciar o gráfico seguinte. Nos anos de 2005 e 2006 houve um acréscimo da ordem de 30,06% nos casos válidos de homicídios registrados na cidade de Fortaleza. Como se não bastasse, no ano de 2007 a adição de foi 46,62% me relação ao ano anterior. As mortes de indivíduos dos outros grupos se mantiveram razoavelmente constantes durante o período em questão ( Fig 8 e 9).



**FIG. 7** – Homicídios (nº absolutos por raça/cor) Fortaleza 2000/2007

Fonte: SIM/DATASUS (2010).

Org.: FREITAS, (2010)



**FIG. 8** – Homicídios (nº absolutos por raça/cor) Fortaleza 2000/2007

Fonte: SIM/DATASUS (2010).

Org.: FREITAS, 2010

Os jovens negros e pardos não são apenas vítimas de homicídios. As representações da mídia e dos policiais são extremamente “nocivas” para este grupo social. Parece existir uma

linha imaginária na cidade que produz uma segregação simbólica daqueles considerados “pobres” e “criminosos”. As principais vítimas dos abusos da violência legitimada do Estado são moradores dos territórios estigmatizados e violentos; logo a truculência policial é seletiva e preconceituosa. Os jovens negros e/ou pardos são aqueles que recebem as ações mais virulentas da polícia. A brutalidade da polícia se caracteriza por uma série de práticas rotineiras e:

Para os jovens irados dos enclaves urbanos decadentes, a polícia é o último amortecedor entre eles e a sociedade e representa “o inimigo” e o intruso num território onde seu domínio é amiúde contestado abertamente e no qual ela incita o desafio e a hostilidade, quando não a agressão... (WACQUANT, p.35).

Não estamos defendendo que os policiais são os responsáveis pela maioria das mortes prematuras de muitos jovens da periferia de Fortaleza, o que é importante salientar. O que temos de certo é que a polícia se apresenta como agente estigmatizador e responsável por outras práticas violentas, como iremos pormenorizar adiante. São mecanismos de controle e enclausuramento que fazem com que os jovens da periferia permaneçam trancafiados em territórios da violência e do medo. Ademais, como bem notou Barreira (2001):

As imagens e metáforas presentes no discurso público sobre a “cidade partida e conflagrada”, embora muitas vezes mobilizadas com intuitos críticos e denunciadores das distâncias e separações sociais, têm contribuído para a formação do senso comum que hoje focaliza nas favelas a origem do sentimento de ameaça experimentada pelos moradores das grandes cidades brasileiras e que nos anos recentes fundamentou a adoção da aventura de operações bélicas para integrá-las a cidade. São indícios da crescente estigmatização das favelas, que se estende a outros espaços populares... (2001, p.17.)

Ampliaremos as discussões aqui trabalhadas nos capítulos dedicados ao bairro Jardim das Oliveiras. Neste espaço constituído de múltiplos territórios e territorialidades, os casos registrados de homicídios advêm, em sua maioria, dos conflitos territorializados entre

microgrupos sociais. Não obstante, perpassam discussões de cor/raça, gênero e faixa etária, daí a relevância do contexto enfatizado. Além disso, o bairro é dos muitos territórios de Fortaleza com fama de lugar violento e perigoso. A representação dos territórios que fazem parte do bairro o transforma quase em locais de barbárie e sem regras de sociabilidade. No bojo desta discussão, os próximos capítulos tentam apreender a realidade do bairro escolhido como objeto de estudo de forma tangível.

#### **4 JARDIM DAS OLIVEIRAS: TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES**

##### **4.1 Produção do espaço do bairro Jardim das Oliveiras**

O Jardim das Oliveiras é um desses espaços da cidade que pela sua complexidade territorial merece uma melhor atenção. Espaço composto por múltiplos territórios, por vezes conflitantes, está situado a sudoeste da cidade de Fortaleza tendo como limite oeste a margem direita do rio Cocó, principal recurso hídrico do município de Fortaleza; no norte o bairro Luciano Cavalcante; a Avenida Zé Leon separa este bairro da Cidade dos Funcionários ao sul; e a leste faz fronteira com o Parque da Manibura. Parte de sua população do bairro assentou-se sobre a unidade geoambiental da planície de inundação do rio Cocó, correspondendo o sítio urbano de alguns conjuntos habitacionais e áreas de risco. Outra parte da população ocupou as áreas planas do tabuleiro pré-litorâneo.

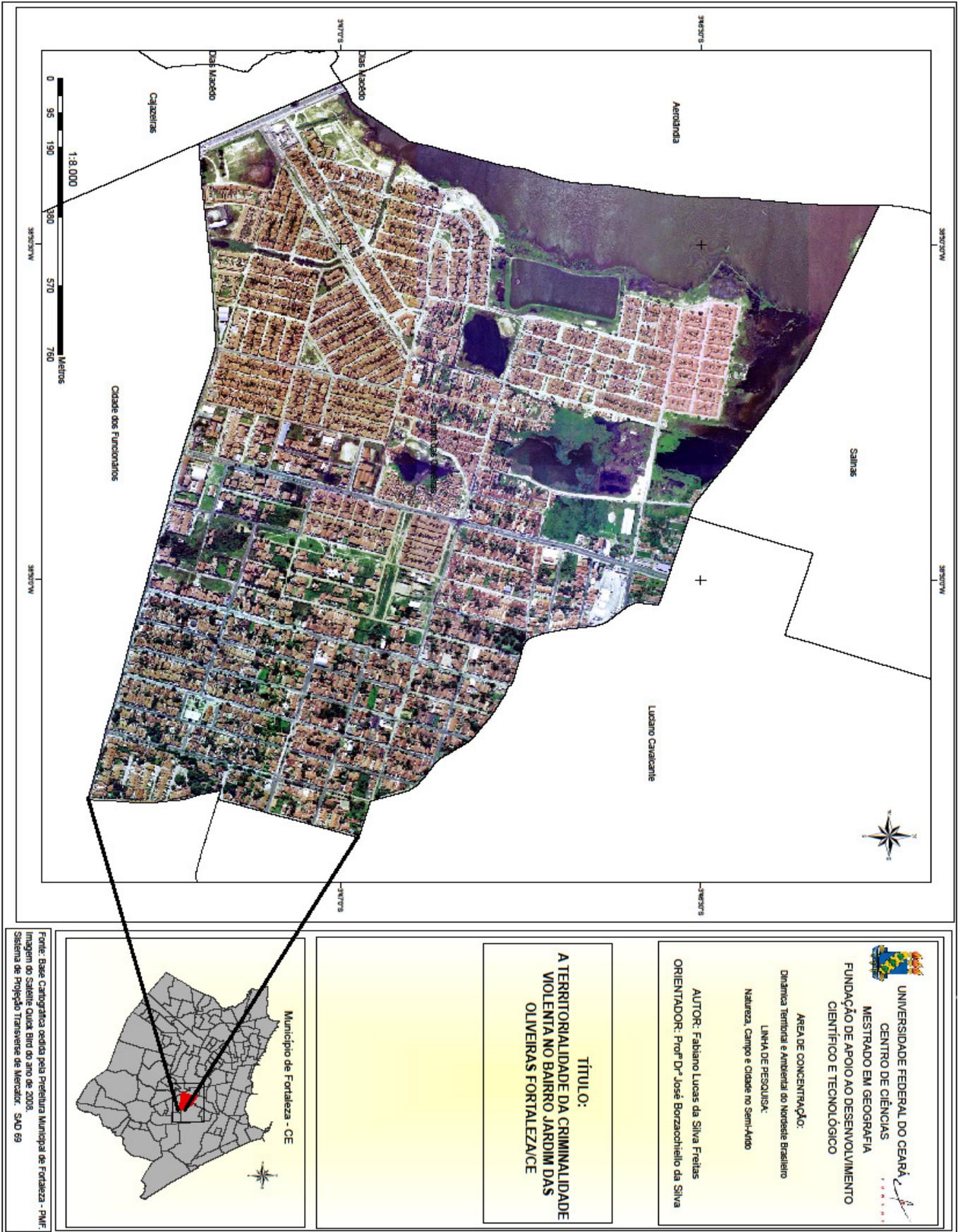


FIG. 9 – Mapa de localização do bairro Jardim das Oliveiras –Fortaleza/CE

Do ponto de vista administrativo, o Jardim das Oliveiras é um dos 116 bairros da cidade de Fortaleza, fazendo parte também da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI)<sup>12</sup>. O bairro mantém relações de complementaridade com outros bairros, como por exemplo a Cidade dos Funcionários, Luciano Cavalcante, Manibura, Aerolândia (Lagamar), Dias Macedo, Cajazeiras, Barroso e etc. As relações estabelecidas entre esses bairros são as mais diversas prevalecendo relações familiares e de trabalho.

As proposições conceituais de Raffestin (1993) de que o espaço é anterior ao território pode ser relativizada no Bairro Jardim das Oliveiras. O espaço como produto das relações entre atores sociais envolvidos no processo de produção envolvem concomitante sua produção e territorialização, mas vale ressaltar que:

Se a relação não foi teorizada em profundidade é porque aparece como um conceito muito global, muito geral. É talvez a complexidade das relações o que torna mais difícil a abordagem relacional. Se, por razões de comodismo, descreve-se primeiro as relações bilaterais, não se pode esquecer que se trata de uma abstração, no sentido de que, na maior parte do tempo, as relações são multilaterais (p.32).

A escolha de uma abordagem relacional deve-se à possibilidade de tornar inteligíveis as diversas formas de poder e suas manifestações espaciais, segundo o referido autor. Nesse sentido, a produção espacial do bairro Jardim das Oliveiras envolveu um complexo jogo de relações sociais que fundo são relações de poder. Tais relações materializam-se em disputas territoriais entre vários sujeitos sociais envolvidos na produção e apropriação do espaço.

Quanto à gênese, o bairro recebeu a denominação inicial de Santa Luzia do Cocó (em homenagem a padroeira) e tornou-se Jardim das Oliveiras há 44 anos (VERDES MARES, 2009). Esse núcleo formador no entorno da Igreja de Santa Luzia até hoje é o local do bairro

---

<sup>12</sup> Com população estimada em 600 mil habitantes, a Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) atende diretamente aos moradores de vinte e sete bairros, correspondentes a 42% do território de Fortaleza: Sabiaguaba, Edson Queiroz, Sapiranga, Alagadiço Novo, Curió, Guajerú, Coaçu, Paupina, Parque Manibura, Cambeba, Messejana, Ancuri, Pedras, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Parque Iracema, Alto da Balança, Aerolândia, Dias Macedo, Castelão, Mata Galinha, Cajazeiras, Barroso, Jangurussu, Passaré, Parque Dois Irmãos e Lagoa Redonda. Prefeitura Municipal de Fortaleza (2009).

em estudo reconhecido realmente como Jardim das Oliveiras. Com as entrevistas, percebe-se que a população tem o conhecimento de que o bairro apresenta-se como uma divisão administrativa no qual abrange o Conjunto Tancredo Neves, Tasso Jereissati com suas áreas de risco e outros territórios. No entanto, a comunidade do entorno da Igreja de Santa Luzia é concebida realmente como Jardim das Oliveiras.

O bairro em questão sofreu intensas reconfigurações após a dragagem do rio Cocó na década de 1970. Esta dragagem tornou o rio mais profundo, permitindo que uma parte de sua planície de inundação fosse utilizada para construção de conjuntos habitacionais. Desta data em diante, a urbanização atinge o Bairro Jardim das Oliveiras de forma mais veemente, transformando-o num espaço majoritariamente residencial.

Assim, a constituição do bairro refletiu a intensa expansão da cidade para zona leste durante a segunda metade do século XX. Como bem coloca Costa (2005) foi somente durante a década de 1970 que a expansão da cidade para leste ocorre de forma mais acelerada, pois Fortaleza conseguiu ultrapassar os obstáculos ao seu crescimento, até então, o ramal ferroviário Mucuripe-Parangaba e o Rio Cocó. O Estado, principal indutor dessa expansão, através da elaboração de planos, construção de obras, abertura de vias, instalação de infraestrutura e de equipamentos urbanos, incorporou novas áreas - antigos sítios de uso rural à malha urbana, dando origem aos bairros Papicu, Dunas, Cocó, Alagadiço Novo, Cambeba, Édson Queiroz, Parque Manibura e Parque Água Fria.

No curso da década de 1970, este trecho da cidade já abrigava diversos equipamentos como a UNIFOR, Imprensa Oficial, Centro de Convenções, Centro de Treinamento do Banco do Estado do Ceará, Academia de Polícia e residências de classe média. A construção do Shopping Iguatemi na planície flúvio-marinha do rio Cocó, em 1982, também atraiu atividades comerciais e serviços, dinamizando o bairro Água Fria com rebatimento na ocupação e valorização da parte leste do bairro Jardim das Oliveiras.

Temos como hipótese neste trabalho que os terrenos do Bairro Jardim das Oliveiras situados, mais próximos ao Luciano Cavalcante e Parque Manibura, foram apropriados por um setor populacional mais elitizado, permanecendo como espaços de

especulação imobiliária. Com o passar do tempo, estes terrenos foram postos à venda para a realização de políticas habitacionais do Estado ou para uma classe mais abastada, já que os espaços situados próximos ao Parque Manibura, Luciano Cavalcante e Cidade dos Funcionários vêm passando por uma nova valorização. A construção de importantes vias de comunicação corroborou para a maior valorização dos espaços citados anteriormente (Av. Washington Soares, Av. Rogaciano Leite e Av. José Leon).

Atualmente o bairro Jardim das Oliveiras se constitui num espaço heterogêneo do ponto de vista econômico e social, abrigando uma população de alto e médio poder aquisitivo, morando a leste do bairro (próximo ao bairro Luciano Cavalcante, Cidade dos Funcionários e Parque Manibura) e outras populações de baixa renda que se fixaram em áreas de risco e conjuntos habitacionais.

Souza (2006) explica que na segunda metade do século XX a expansão do espaço e a modificação na estrutura urbana de Fortaleza tiveram como um dos seus fatores o acentuado crescimento populacional e a ampliação do sistema de transporte com a substituição dos bondes elétricos por ônibus, com maior liberdade de deslocamento.

Fortaleza cada vez mais se configurava como um pólo de atração para os emigrantes vindos em busca de uma melhor qualidade de vida ou fugindo das secas e da estrutura fundiária do sertão cearense. No século XX, anos quarenta, o crescimento populacional atingiu a taxa inacreditável de 129,4 %, e na década de 1950, a cidade já possuía uma população de 270.169 habitantes, o que representou um crescimento de 49,9% se comparado à década anterior. Na década de 1960 mantiveram-se as elevadas taxas de crescimentos populacionais (90,5%), representando a quase duplicação da população. Fortaleza chegou a 514.813 moradores e não demoraria muito para que ultrapassasse a cifra de um milhão de habitantes na década de 1980 (ver tabela 11).

Tabela 11 - População do Estado do Ceará e do Município de Fortaleza e crescimento intercensitário (1890–2007)

Ano	Estado do Ceará		Município de Fortaleza	
	População	Crescimento entre os recenseamentos (%)	População	Crescimento entre os recenseamentos (%)
1890	805.687	-	40.902	-
1900	849.127	5,4	48.369	18,2
1920	1.319.228	55,3	78.536	62,3
1940	2.091.032	58,5	180.185	129,4
1950	2.695.450	28,9	270.169	49,9
1960	3.337.856	23,8	514.813	90,5
1970	4.491.590	34,5	857.980	66,6
1980	5.380.432	19,7	1.308.919	52,5
1991	6.366.647	18,3	1.768.637	35,2
2000	7.417.402	16,5	2.141.402	21,0
2007	8.335.849	11,0	2.458.545	12,9

Fonte: FIBGE. In: Souza, 2006, p. 36. Atualizado pela contagem populacional e projeções e estimativas demográficas do IBGE.

Esse processo de crescimento populacional e expansão atingiu o Jardim das Oliveiras. Segundo dados do censo do IBGE (2000) 94,2% das pessoas que residem no bairro Jardim das Oliveiras são oriundas de outros municípios. Tal contingente populacional migrou para capital do Estado do Ceará com o intuito de galgar melhores condições de vida. Entretanto, a organização socioespacial de Fortaleza não favoreceu a realização de seus objetivos, obrigando esses migrantes a ocuparem as áreas desprezadas pelos agentes imobiliários e de maior vulnerabilidade ambiental (áreas de risco).

Conforme Souza (2006), o crescimento da cidade ocorreu vertiginosa e desordenadamente. As vias de acesso direcionavam a expansão da cidade e assim, à medida que a população crescia, surgiam novos bairros através da incorporação de espaços periféricos. Essa expansão urbana seguiu os eixos de ligação de Fortaleza ao interior do estado, principalmente as linhas férreas e eixos viários, tornando-se grandes vias de penetração dos fluxos populacionais do interior como a Avenida Bezerra de Menezes com o

prolongamento da BR-222, Avenida Visconde do Rio Branco e em seguida a Avenida Aguanambi ligando-se à BR-116, Avenida João Pessoa com prolongamento para a CE-01 e BR-020. Estas rodovias ocuparam o mesmo traçado dos antigos caminhos que ligavam a Vila de Nossa Senhora da Assunção (Fortaleza) às áreas de produção regional.

O intenso processo de urbanização não foi acompanhado de um fortalecimento da economia urbana, produzindo graves problemas socioeconômicos, emprego e subemprego na cidade. Para o período referido, Souza (2006) afirma:

Fortaleza vem sendo caracterizada pela exclusão social e miséria da grande maioria da população, não dispondo de uma economia urbana, nem de infraestrutura e serviços públicos suficientes para suprir toda a demanda decorrente do crescimento populacional. (2006, p.149).

Essa conjuntura favoreceu a formação de extensas favelas, embora estas viessem crescendo desde os anos de 1930. Nas décadas posteriores o processo acentuou-se, surgindo entre 1930 e 1950 as favelas de Cercado do Zé Padre (1930), Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Varjota (1945), Meireles (1950), Papoquinho (1950), Pirambu (1952), Estrada de Ferro (1954) e outras (SOUZA, 2006).

Na década de 1970, as favelas se dispersavam por toda Fortaleza, abrangendo do Centro a Leste, Oeste e Sul. No período em questão, a cidade já apresentava uma demanda habitacional bem superior à oferta de habitações financiadas pelo poder público, o que faz com que uma parcela da população sem acesso aos financiamentos buscasse alternativas para conseguir uma habitação. Cresciam os loteamentos periféricos, as favelas e as autoconstruções em lugares afastados e com ausência de infraestrutura. (COSTA, 2005).

O programa de remoção das favelas proposto desde o Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região de Fortaleza (PLADIRF) foi posto em prática pela Fundação de Serviço Social de Fortaleza (FSSF) a partir de 1972, objetivando a implantação de urbanização e de expansão do sistema viário (COSTA, 2005). Com base neste plano, a Prefeitura de Fortaleza removeu as favelas do Arraial Moura Brasil e Cinza, em virtude da construção da Avenida Leste-Oeste em 1973, para o distrito de Jurema, no município de

Caucaia, que naquela época encontrava-se totalmente desprovido de qualquer infraestrutura ou serviço. Conforme Souza (2006), essa política de “desfavelamento” caracterizava-se, portanto:

(...) pelo deslocamento daquela população das áreas centrais da cidade e dos trechos de bairros nobres como a Aldeota, para periferias urbanas, em áreas desprovidas de infraestrutura e de equipamentos sociais. Assim surgiram os loteamentos do Conjunto Marechal Rondon, Alvorada e Conjunto Palmeiras, dentre outros (p. 154).

Na década de 1960 acirraram-se os conflitos pela posse da terra, com o crescimento de favelas do Pirambu, Lagamar, Verdes Mares, dentre outras. As favelas do Pirambu, Lagamar e José Bastos (já em 1978) são exemplos da dimensão conflituosa entre a população favelada e o Estado e do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos a partir das lutas pela posse da terra.

Como relata Costa (2005), a intensa explosão demográfica e o acelerado processo de urbanização pelo qual a cidade passou durante as décadas de 1970 e 1980 estimularam a produção de habitação em massa e a curto prazo: construção de grandes conjuntos habitacionais localizados na periferia das grandes cidades para atendimento às famílias com renda superior a um salário mínimo. Estes conjuntos geralmente situavam-se em terrenos mais baratos, distantes do centro e desvalorizados pela especulação imobiliária, porém sem infraestrutura. Posteriormente, os movimentos sociais pressionaram o Estado para suprir estas carências.

Essa política habitacional foi efetivada no bairro em estudo. O primeiro e talvez a maior intervenção foi a construção do Conjunto Habitacional Tancredo Neves. Este conjunto habitacional construído em 1983 para acolher a população do Lagamar representa um exemplo de grande conjunto habitacional, embora não tão distante dos locais de trabalho, como outros. De acordo com Diógenes (1991), a remoção da população seria “pacífica”. No entanto, houve resistência por parte de alguns moradores do Lagamar. Vale ressaltar que a

conjuntura da década de 1980 na cidade de Fortaleza foi marcada pela organização popular<sup>13</sup>, cuja proliferação dos movimentos de bairro reivindicava participação e democratização em todos os níveis (SILVA, 1992). O Lagamar foi uma das comunidades que resistiu à relocação forçada do Estado e às estratégias de afastamento dos pobres para periferia.

Tinha-se também a proposta de se transferir essa população para o distante conjunto Palmeiras, o que de certa forma explicou as resistências dos moradores. O Lagamar apresenta-se como um espaço privilegiado em termos de localização e, portanto, de acesso aos postos de trabalho. Sua população pode buscar emprego em vários subcentros<sup>14</sup> da cidade de Fortaleza. Sua localização permite que as pessoas possam chegar aos seus locais de trabalho de bicicleta (lembrando que este é o meio de transporte usado por uma considerável parte da população dos “bairros pobres”). No Conjunto Tancredo Neves, essa mobilidade pendular ocorre para distantes bairros da cidade, chegando inclusive a aldeota, Antônio Bezerra e outros (observações não sistematizadas).

Como uma porcentagem considerável da população do Jardim das Oliveiras tem sua origem na Comunidade do Lagamar, convém pôr em relevo este território. De acordo com Diógenes (1991), a ocupação do Lagamar iniciou-se em 1958. Contudo, neste momento, essa parte da cidade não suscitava interesses do Estado e nem de proprietários oficiais. Chegada a década de 60, esse panorama mudou radicalmente devido a expansão da cidade para o sudeste, principalmente após a construção da Avenida Perimetral entre os anos de 1963 e 1965, e se intensificou com a formação do bairro Água Fria, após a construção do Centro de

---

<sup>13</sup> Em Fortaleza, os movimentos pioneiros de bairro iniciaram no início da década de 60, nos bairros Pirambu e Dias Macedo. A luta pela terra e a busca de permanência no local de moradia teve na Igreja a sua principal defensora (SILVA, 1992).

<sup>14</sup> A monocentricidade de Fortaleza foi sendo diluída a partir da década de 70, época da formação de outros centros, quebrando a hegemonia do centro da cidade tradicional como local de comércio e serviços para toda a população. A descentralização funcional favorece o surgimento dos primeiros centros secundários da capital, como o Montese e a Aldeota. O Montese, na Avenida Gomes de Matos, destaca-se pela conexão regional rodoviária, concentração de uma população com baixo e médio poder aquisitivo, comércio local, venda de autopeças, e posteriormente pela atração de filiais de estabelecimentos comerciais do centro da cidade (SILVA, 1992).

Convenções, Iguatemi e o prolongamento da Avenida Borges de Melo. Esse contexto possibilitou uma valorização e conseqüentemente uma disputa pelos terrenos do Lagamar, por parte de alguns sujeitos sociais. Assim,

Em 1979, uma parte considerável da área relativa ao Lagamar foi declarada de utilidade pública e logo em seguida (11/12/1980) foi indicada de “interesse social” sendo, a partir daí, acionados vários mecanismos, no sentido de desapropriação desta área. (DIOGÊNES, 1991, p. 228).

Segundo Diógenes (1991) naquele período, o sr. João Gentil obteve por meios julgados escusos o aforamento de grande parte da área do Lagamar e a partir daí desenvolveu-se uma querela no que se refere à propriedade dos terrenos e:

(...) ao mesmo tempo em que os Gentil diziam-se donos, a PROAFA colocou-se como gestora das terras de Interesse Social, e os moradores intitulavam-se legítimos proprietários. (IBID, p. 229).

Depois da anulação dos atos de aforamento das terras pelo Sr. João Gentil, o Programa de Assistência às Áreas Faveladas de Fortaleza (PROAFA) colocou-se como responsável pelos terrenos em disputa, e pôs em prática o Projeto Lagamar, que visava transferir a população do Lagamar para o novo Conjunto Habitacional Tancredo Neves.

Segundo Silva (1992), a Igreja teve uma importante função no processo de conscientização e organização das comunidades para mobilização popular. A criação da Comunidade Eclesiais de Base<sup>15</sup> (CEBs) contribuiu para a reflexão e a organização dos moradores do Lagamar, que reivindicaram permanência e melhoria das condições de vida. O desenrolar desta celeuma deu-se da seguinte maneira:

Em 13 de fevereiro de 1983, após uma grande chuva, houve a primeira “invasão” do Lagamar. Estes primeiros moradores ocuparam as casas já concluídas, e dentre eles a maior parte já era cadastrada como futuros

---

<sup>15</sup> A partir de 1970, os movimentos sociais religiosos passaram a assumir um papel de destaque nas questões urbanas. No caso específico das CEBs, seu objetivo principal foi proporcionar formas de organização social que permitissem aos habitantes dos bairros ditos populares uma maior conscientização e interpretação da realidade urbana para decidirem autonomamente sobre suas próprias condições de existência (SILVA, 1992).

moradores do conjunto. A segunda “invasão” (26/02/83) deu-se entre moradores não-cadastrados, os quais se instalaram numa quadra inacabada, sendo que a maior parte destes foi transferida em dezembro para outro conjunto, o Jangurussu (DIÒGENES, 1991, p. 235).

Desta maneira, o plano de relocação da população para o novo conjunto habitacional não foi realizado com sucesso, pois ocorreu a ocupação do Conjunto habitacional Tancredo Neves por moradores do Lagamar, cadastrados e não-cadastrados.

Após a construção do Conjunto Tancredo Neves, seguiu-se a construção de outros conjuntos habitacionais no Jardim das Oliveiras. De acordo com o Projeto de Urbanização da Favela BR 116 Mangue/Gato Morto, após a primeira urbanização em grande escala do Lagamar ocorrida em 1987, duas ocupações sucessivas ocorridas no mesmo ano provocaram a fixação de 4.254 famílias na área, o que incentivou a construção em 1988 do conjunto Tasso Jereissati, composto de 834 habitações. Em 1989, seguiu-se a construção do conjunto Rio Cocó, conhecido atualmente como ABC, beneficiando 564 famílias. Na década de 1990, as intervenções continuaram com a implementação de outros projetos.

Devemos salientar que a característica geoambiental do bairro Jardim das Oliveiras, localizado à margem direita do rio Cocó e abundante em recursos lacustres permitiu o surgimento de áreas de risco, entre as quais podemos destacar a favela da Zeza, do Tijolo e da Vila Cazumba (ver fotos)



FIG. 10 – Lagoa da Zeza  
Fonte: FREITAS, 2008



FIG. 11 – Lagoa do Tijolo

Fonte: FREITAS, 2010

O bairro Jardim das Oliveiras abrange a área de risco da Lagoa da Zeza que abrigava 810 famílias (em processo de relocação para a Messejana), com aproximadamente 2.136 habitantes distribuídos em 783 imóveis, com uma densidade de 2,73 moradores por domicílio (Defesa Civil, 2006). As primeiras construções de moradias nas margens da Lagoa da Zeza ocorreram na década de 1990, mas a ocupação mais intensa se deu a partir de 2000, com aproximadamente 200 famílias ocupando uma área de proteção ambiental. O Poder Público Municipal interviu nessa área, mas, como quase sempre ocorre, com o deslocamento parcial e os terrenos desocupados, a área foi novamente ocupada.

Atualmente as margens da Lagoa da Zeza apresentam alguns setores ocupados por currais, chiqueiros e cercados cultivados. As casas de frente para a Av. Rogaciano Leite são dotadas de melhor infraestrutura, mas à medida que se aproxima do espelho d'água, inclusive com a presença de “palafitas”, as condições de infraestrutura vão se deteriorando. (ver foto)



**FIG. 12** – Precariedade das habitações na Lagoa da Zeza

Fonte: FREITAS, 2008

As intervenções no Jardim das Oliveiras sempre foram mal-sucedidas. Na maioria das vezes, essas intervenções foram parciais, relocando-se apenas uma parcela da população para outros locais. Os projetos de intervenção em geral não foram acompanhados de infraestrutura complementar, como a construção de calçadas, pólos de lazer ou função social e de geração de renda e qualificação para as populações, com o objetivo de evitar que essas áreas fossem novamente ocupadas, até mesmo pelas próprias pessoas que haviam recebido casas.

A partir de 1996, implementa-se no país uma política habitacional que buscou descentralizar as decisões de aplicação dos recursos, fortalecendo os papéis dos Estados e dos Municípios na execução da política de habitação popular e da CEF como gestor dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União, FGTS e de empréstimos internacionais. Com o objetivo de efetivar essa nova política, foram criados pelo setor público os seguintes programas habitacionais: Pró-Moradia, Pró-Saneamento, Programa Habitar Brasil, Programa de Ação Social em Saneamento, Programa Morar Melhor, Programa Urbanização de Favelas e Programa Vilas Rurais.

O atendimento habitacional neste período privilegiou as famílias com renda de até três salários mínimos, e caracterizando-se pela construção de casas próximas aos seus locais

de moradia e pela urbanização das áreas de risco. O Programa Habitar Brasil foi aplicado ao bairro Jardim das Oliveiras, particularmente na antiga área de risco, popularmente conhecida como “Gato Morto”.

A consolidação da área de risco do “Gato Morto”, nas margens do rio Cocó, ocorreu na década de 1990 e chegou a abrigar mais de 700 famílias. O trabalho foi efetuado pela Comissão de Implantação de Projetos Habitacionais de Interesses Sociais e Infraestrutura Urbana-COHAB da Prefeitura Municipal de Fortaleza, baseado em 22 indicadores. Contabilizou e classificou 79 áreas de risco, sendo que a favela do Gato Morto ocupava até o ano de 2001 o primeiro lugar no “ranking” das mais carentes do município. Esta área de risco foi manchete constante nos meios de comunicação por apresentar problemas como violência, tráfico de drogas, prostituição, falta de saneamento básico e inundações, atormentando a vida de seus moradores. A sua localização, ao lado direito da BR-116, via de intenso movimento, deu maior visibilidade aos problemas enfrentados por esta comunidade e contribuiu, de alguma maneira, para relocação mais rápida, enquanto as populações que habitam as áreas de risco no interior do bairro continuam a esperar por outras intervenções.

De acordo com exigências do Programa Habitar Brasil, esta área foi escolhida para ser urbanizada com o nome de Projeto de Urbanização da Favela BR-116/ Mangue/Gato Morto. As 669 famílias foram transferidas para três loteamentos localizados na Av. José Leon, localizado no Conjunto Tancredo Neves, e outros dois próximos a Av. Rogaciano Leite no bairro Luciano Cavalcante. As principais metas da ação social seria melhorar os padrões de convivência social e a qualificar a comunidade para ingressar no mercado de trabalho. No entanto, isso não aconteceu, e o que se viu foi o transbordamento da violência e a prostituição para as vias de circulação do entorno do bairro.

Dessa forma, quando chega o período de chuvas, principalmente nos meses de fevereiro, março e abril, as populações localizadas às margens de rios e lagoas do bairro Jardim das Oliveiras ainda sofrem com os transtornos causados pelas enchentes. As áreas de risco da Lagoa da Zeza e Lagoa Tijolo são manchetes nos meios de comunicação, como também são as medidas emergenciais adotadas pelo governo do Estado para amenizar os

efeitos decorrentes da vulnerabilidade dos seus habitantes. Somam-se a estes problemas a violência, a criminalidade e a exclusão social a que são submetidos os moradores do bairro e das áreas de risco.

Todo esse processo de produção do espaço é importante para compreender como as identidades são criadas e recriadas no bairro Jardim das Oliveiras. Nossa hipótese induz que as ocupações ocorridas em tempos diferentes no bairro Jardim das Oliveiras produziram a formação de identidades diferenciadas.

#### **4.2 Jardim das Oliveiras um espaço de múltiplos territórios e territorialidades**

A adoção do termo bairro apresenta-se como uma aproximação inicial ao nosso objeto de estudo, pois as cidades se constituem em mosaicos de segmentos (territórios) nos quais emergem identidades e sobressaem tentativas de fechamento, diferenciação e estigmatização.

Desta maneira, o bairro Jardim das Oliveiras, como divisão político-administrativa adotada para fins de gerenciamento pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, não consegue abarcar a complexa configuração territorial criada pelas as reconfigurações espaciais que vem sofrendo ao longo do tempo. Os bairros são espaços inventados pelos administradores cuja permanência se inscreve em escalas de tempo diferentes do espaço real. Assim, Raffestin (1993) explica que:

O espaço é, em primeiro lugar, um dado que antecede à intervenção humana. O espaço tem duas faces: uma é o plano da expressão, constituído por superfície, pelas distâncias e propriedades, e outra é o plano do conteúdo, constituído pelas superfícies, pelas distâncias e propriedades reorganizadas, que têm seu significado pelos seus atores sociais. Dessa forma, em estreita ligação com o espaço real, há um espaço abstrato ligado à ação das organizações (p. 4).

O espaço real quebra, segmenta o espaço abstrato (do bairro). O espaço abstrato segmentado torna-se território e, na cidade de Fortaleza, os territórios se exibem em sua

multiplicidade. Contornos nítidos para seus habitantes e nem tanto para os administradores; lugares de pertencimento e de alteridade:

o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que o envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço, já é uma apropriação. (IBID., p. 144).

O que temos no bairro Jardim das Oliveiras é um contínuo processo de territorialização e reterritorialização dos seus espaços. Foram as relações de identidade e poder projetadas que produziram territórios diferentes. O território se forma a partir da apropriação de um espaço por sujeitos sociais e:

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

A territorialidade nesta perspectiva traduziria a relação das pessoas com seus espaços de vida. São os seus itinerários, as relações de vizinhança e de lazer que caracterizam um determinado território. De um ponto de vista multiescalar e multidimensional Souza (2009) diz que:

Uma *região* e um *bairro* são, enquanto tais, espaços definidos, basicamente, por identidades e intersubjetividades compartilhadas; são, portanto, “lugares”, espaços vividos e percebidos. Mas uma região e um bairro também podem ser nitidamente ou intensamente *territórios*, função dos regionalismos e bairrismos, ou mesmo porque foram reconhecidos pelo aparelho do Estado como unidades espaciais formais a serviço de sua administração ou de seu planejamento, ou ainda porque movimentos sociais ali passaram a exercer, fortemente, um *contrapodeinsurgente* (p. 9).

No caso do bairro em estudo, os seus espaços (conjuntos habitacionais, áreas de risco e outros) foram apropriados simbólica ou concretamente por diferentes populações no

decorrer do tempo. Estas populações foram concretizando um sentido de pertencimento até transformarem-se em comunidades singulares cuja toponímia é a forma mais visível. A figura 13 mostra o mapa da configuração territorial atual do bairro Jardim das Oliveiras. A princípio identificam-se os seguintes territórios-identidades no bairro Jardim das Oliveiras: Conjunto Tancredo Neves; Tasso Jereissati; área de risco da Lagoa do Tijolo (Cinquentinha); área de risco da lagoa Zeza; Coloral (parte da população que habitava a antiga área de risco do Gato Morto); Vila Verde; Vila Cazumba (área pertencente ao bairro Cidade dos Funcionários mas com população com fortes laços de identidade com o conjunto habitacional Tancredo Neves) e o Jardim das Oliveiras propriamente dito (comunidade ao redor da Igreja de Santa Luzia). Haesbaert (2005) explica que:

A pluralidade de territórios indica sua multiplicidade: “a superfície terrestre como suporte está sujeita a um processo permanente de organização/diferenciação, processo central para a reprodução sistêmica. (...)” Os territórios plurais, além de conceberem a multiplicidade descrita anteriormente, concebem todo espaço terrestre ocupado por distintas representações sobre ele, que tendem a legitimar a jurisdição sobre os habitantes que nele residem, configurando a série de relações sociais entre as diferentes percepções de domínio. (p. 6768).

Uma cartografia da mobilidade dos moradores do Jardim das Oliveiras mostra um processo contínuo de reterritorialização pelos seus moradores, afinal, uma parcela considerável da população é oriunda de outros municípios ou bairros da cidade, como já foi relatado (ver mapa). A respeito da origem dos imigrantes na cidade de Fortaleza, Souza (2009) aponta um estudo realizado pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS/Governo do Estado do Ceará, 1967) onde:

foi pesquisada a procedência dos imigrantes para Fortaleza, observando que os contingentes humanos são originários principalmente do Sertão do Baixo e Médio Jaguaribe, do Sertão Central-Norte, da Ibiapaba e do Litoral do Ceará. A participação de migrantes de outros estados é diminuta (p.15).

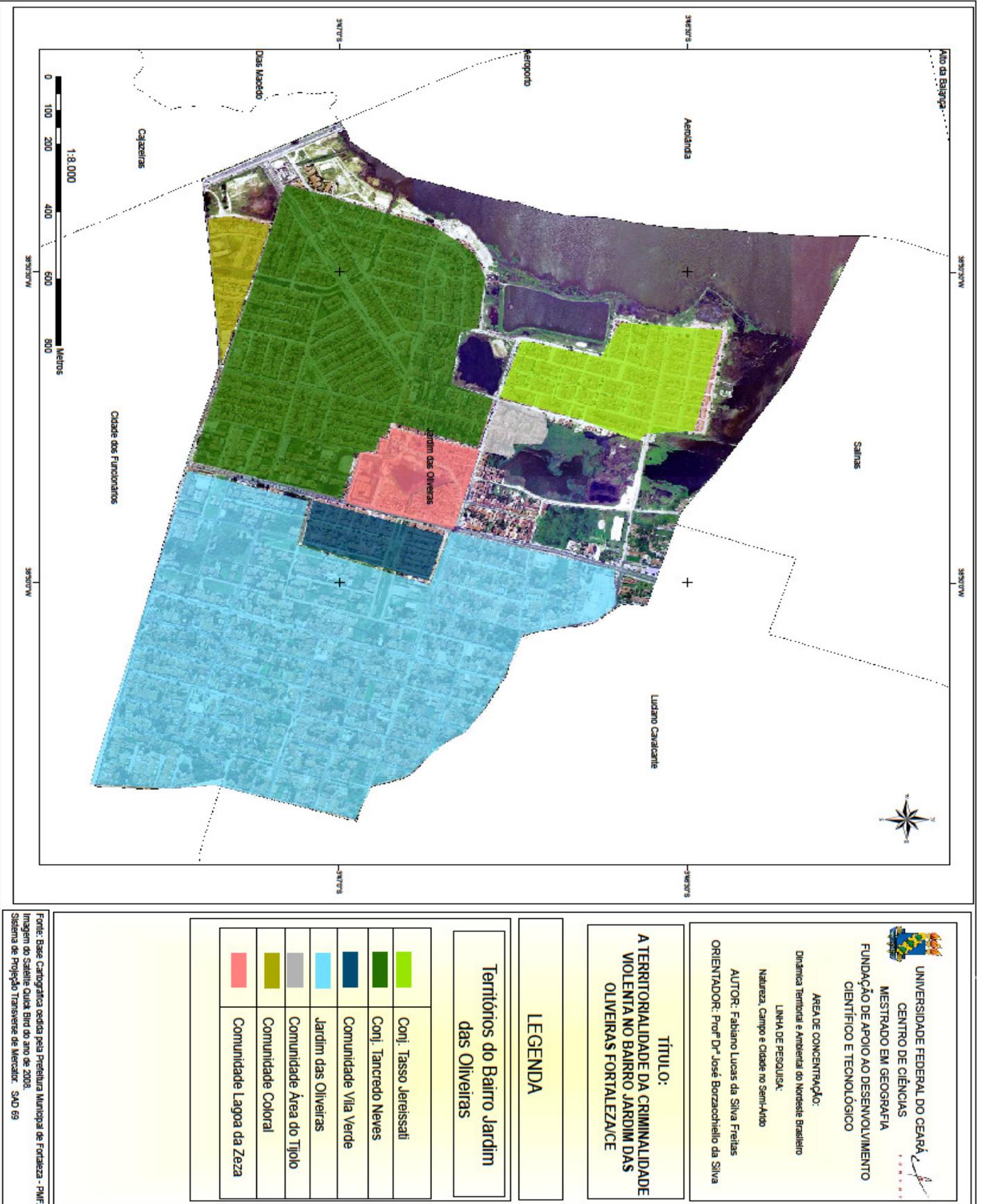


FIGURA 13 – Mapa dos territórios do Jardim das Oliveiras – Fortaleza/CE  
Org.: CRISPIM, 2010

A origem de algumas territorialidades no Jardim das Oliveiras remonta as migrações que ocorreram durante as décadas de 1970 e 1980. Nas entrevistas realizadas percebeu-se que a história de parcela considerável desta população iniciou-se pelo interior do Estado e passou por outros espaços da cidade, especialmente do Lagamar. Este último território foi o local de residência e lazer dos moradores mais antigos do Conjunto Habitacional Tancredo Neves. Seus moradores sempre se recordam do Lagamar como um lugar tranquilo, pois não existiam conflitos entre gangues como ocorre como em dias de hoje. O forró é a forma de diversão mais lembrada e o espaço no qual hoje é o bairro Jardim das Oliveiras era antes da construção de conjuntos habitacionais e o local de pesca, caça ou passagem dos moradores do Lagamar.

Desta maneira, a vida de um cidadão é um constante ir e vir, é o pertencer a um bairro, mas também recordar de outros territórios que já experimentou. É morar no Jardim das Oliveiras e trabalhar no centro da cidade. A territorialidade é vivida em sua multiplicidade. Este fato é importante porque a mobilidade territorial cria multiterritorialidades vivida pelos habitantes do bairro Jardim das Oliveiras, aqui entendida como sendo a experiência de várias identidades em um mesmo indivíduo/comunidade engendrada pelo contato com múltiplos territórios ao longo de seu deslocamento espacial.

Esclarecendo melhor, um indivíduo que manteve uma relação de afetividade com alguma região do interior do estado do Ceará, em sua migração para a cidade de Fortaleza, certamente trouxe consigo identidades, experiências e símbolos de sua terra natal (sem contar outros possíveis deslocamentos), que se não podem ser mais vividos são relembrados cotidianamente. Aqui em Fortaleza, outros deslocamentos produzirão novas territorialidades. A esse respeito Haesbaert (2006) explica que:

O grande dilema deste início de milênio, parece-nos, não é o fenômeno da desterritorialização, como sugere Virilio, mas o da multiterritorialização, a exacerbação dessa possibilidade, que sempre existiu, mas nunca nos níveis contemporâneos, de experimentar diferentes territórios ao mesmo tempo, reconstruindo constantemente o nosso. (p. 17).

Alguns autores “pós-modernos” pregavam que o processo de desterritorialização provocado pela globalização provocaria o fim dos territórios, mas o que assistimos é justamente o contrário, pois:

O mito da desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases (IBID, p.17).

A progressão geométrica dos deslocamentos, da rapidez e diversidade de formas de comunicação não inibe a territorialidade. Mesmo que algumas pessoas possam navegar pelo ciberespaço, como seres humanos, elas estão presas a um território que lhe dá um sentido de identidade e reconhecimento. (BAUMAN, 2007). Os sentimentos de pertencimento e identidade são fatores que podem e devem ser levados em consideração em uma análise territorial. Segundo Claval (1999):

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: “quem sou eu?” Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo, como lembra Françoise Héritier a respeito dos Samo (p.15).

Portanto, as constantes e inevitáveis territorializações fizeram com que o espaço em estudo não se constituísse em uma comunidade “fechada” ou homogênea no tocante a identidade, mas sim num mosaico de territórios com suas respectivas territorialidades. No bairro Jardim das Oliveiras identificamos seus diferentes territórios, tentamos apreender a gênese e posteriormente discutiremos o porquê da existência de uma territorialidade conflituosa. Por enquanto, tentaremos desvendar o conteúdo socioeconômico do bairro Jardim das Oliveiras.

### 4.3 Aspectos socioeconômicos do bairro Jardim das Oliveiras

Já fora colocado que os homicídios se concentram em determinados espaços da cidade, naqueles territórios dos estigmatizados, locais de “pobres” e “criminosos”. Mas quem são os moradores desses locais? Quais as suas características e estratégias de sobrevivência? Se o conceito de território desvenda as nuances dos conflitos territorializados desenvolvidos, as características socioeconômicas dos espaços postos em relevo permitem entender a atmosfera familiar das vítimas de homicídios em um dos espaços tidos como mais violentos da cidade.

O espaço geográfico traz implícito um conteúdo social, logo, o lugar onde se vive é produto da relação do morador com a sociedade da qual participa. Os bairros da cidade se organizam a partir de uma relação entre o lugar que o indivíduo participa na produção e o lugar que ele ocupa na distribuição/consumo da riqueza (CARLOS, 1997). Assim, a desigualdade de renda se manifesta no espaço das metrópoles brasileiras de forma expressiva. Na cidade de Fortaleza existem bairros com população com ganhos salariais bem maiores do que outros bairros ditos periféricos ou populares.

Para termos uma idéia da enorme concentração de renda na cidade de Fortaleza, os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) expõem que os 20% mais pobres da população contam com apenas 1,9% da renda per capita de Fortaleza, enquanto os 20% mais ricos detêm 71% da riqueza produzida. A renda familiar também se distribui desigualmente nos bairros. Em alguns bairros a maior parte da população ganha mais de 3 salários mínimos, enquanto em outros, a renda familiar de quase metade da população não ultrapassa 1/2 salário mínimo. Os bairros contidos na tabela a seguir não foram selecionados aleatoriamente - além da desigualdade de renda, representam uma relação entre violência e rendimento, se é que se pode fazer uma relação tão causal.

Os bairros localizados no setor leste da cidade possuem uma renda média elevada: Meireles, com 80,3% de sua população recebendo mais de 3 SM, Aldeota (77,2%), Dionísio Torres (78,0%), Fátima (64,6%). No outro extremo estão os bairros Bom Jardim (3,3%), Jangurussu (4,5%), Messejana (14,8%), e Jardim das Oliveiras (6,3%), que além de possuírem

uma renda familiar baixa, caracterizam-se por apresentarem altas taxas de criminalidade violenta, principalmente homicídios (ver tabela 12). Vale ressaltar que a violência não é resultado direto da pobreza, mas da forma como operam as desigualdades sociais. A negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura, de acordo com as especificidades de cada grupo social, podem desencadear comportamentos violentos (Abromovay, 2002).

**Tabela 12 - Distribuição de renda na cidade de Fortaleza por salário mínimo**

<b>Bairro</b>	<b>Total</b>	<b>até ½ S,M</b>	<b>mais de 1/2 a 1S,M</b>	<b>mais de 1 a 3 S,M</b>	<b>acima de 3 S,M</b>
Fátima	6.481	550 (8.5%)	459 (7.1%)	1.288 (19%)	4.184 (64.6%)
Benfica/José Bonifácio	6.420	588 (9.2%)	697 (10.9%)	2.104 (32.5%)	3.032 (47.2%)
Aldeota	10.863	508 (4.7%)	678 (6.2%)	1.288 (11.9%)	8.389 (77.2%)
Meireles	8.988	290 (3.2%)	441 (4.9%)	1.042 (11.6%)	7.214 (80.3%)
Joaquim Távora	6.871	790 (11.5%)	935 (13.6%)	1.958 (28.5%)	3.188 (46.4%)
Centro/Moura Brasil/Praia de Iracema	9.922	1.452 (14.6%)	1.263 (12.7%)	3.214 (32.4%)	3.993 (40.2%)
Jacarecanga/Farias Brito	7.098	1.515 (21.3%)	1.329 (18.7%)	2.237 (31.5%)	2.017 (28.4%)
Dionísio Torres	8.103	395 (4.9%)	312 (3.9%)	1.078 (13.3%)	6.317 (78.0%)
Mucuripe/Varjota	5.702	700 (12.39%)	768 (13.5%)	1.162 (20.4%)	3.073 (53.9%)
Eng. Luciano Cavalcante/Parque Manibura	5.777	875 (15.2%)	932 (16.1%)	1.201 (20.8%)	2.768 (47.9%)
Jardim das Oliveiras	8.078	3.630 (44.9%)	2.227 (27.65%)	1.712 (21.2%)	509 (6.3%)
Cidade dos Funcionários	7.212	1.057 (14.7%)	983 (13.6%)	2.123(29.4%)	3.049 (42.3%)
Messejana	10.558	2.767 (26.2%)	2.743 (26.0%)	3.482 (33.0%)	1.567 (14.8%)
Jangurussu	16.515	7.515 (45.4%)	4.699 (28.4%)	3.607 (21.8%)	747 (4.5%)
Bom Jardim	8.941	3.852 (43.1%)	2.824 (31.7%)	1.969 (22.0%)	296 (3.3%)

Fonte: Censo do IBGE (2000). In: Observatório das Metrôpoles

O bairro Jardim das Oliveiras até o ano 2000 abrigava uma população de 30.754 pessoas, distribuída numa área de 2,41 km<sup>2</sup>, o que gerava uma densidade de 12.773 moradores por Km<sup>2</sup>. O crescimento verificado foi de 3,38%. Tomando como base o sexo, a população masculina no bairro representa 47,8% do total, enquanto a população do sexo feminino 52,2%

(CENSO 2000/IBGE). Os dados demonstram que 45,09% de seus residentes são de jovens com menos de 20 anos de idade.

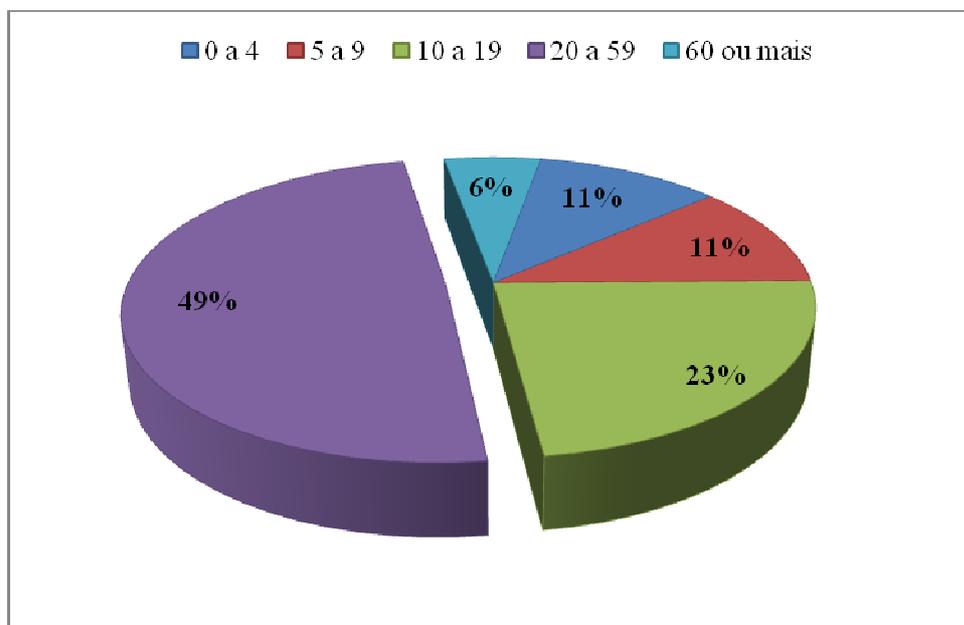


FIG. 14 – Distribuição da população do Jardim das Oliveiras por faixa etária

Fonte: IBGE/2000

A estrutura ocupacional do Bairro Jardim das Oliveiras apresenta grande parte de sua população trabalhando no setor informal da economia e sem estabilidade no emprego. De acordo com o censo do IBGE (2000), 3,0% dos moradores foram classificados como trabalhador doméstico com carteira assinada; 11,4% trabalhador doméstico sem carteira assinada; 31,3% empregado com carteira assinada; 25,8% empregado sem carteira assinada; 1,8% empregador; 25,4% trabalhador por conta própria; 0,7% aprendiz ou estagiário sem remuneração; 1,2% não remunerado, mas recebendo ajuda algum membro da família; 0,5% trabalhador na produção para o próprio consumo. Portanto, os moradores do bairro Jardim das Oliveiras estão inseridos principalmente no mercado informal, como números superiores inclusive da média da RMF (ver tabela 15).

**Tabela 13 - Ocupação da população do Jardim das Oliveiras**

Ocupação	%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3.0
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	11.4
Empregado com carteira de trabalho assinada	31.1
Empregado sem carteira de trabalho assinada	25.8
Empregador	18.1
Conta-própria	25.4
Aprendiz ou estagiário sem remuneração	0.7
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	0.5
Total	100.0

Censo IBGE (2000) in: Observatório das Metrôpoles.

A esse respeito, Silva (2000) diz que o acelerado crescimento demográfico de Fortaleza não foi acompanhado de um crescimento industrial capaz de absorver o contingente populacional que flui constantemente para a capital, mesmo com o aumento do setor industrial. O de serviços emprega o maior número de pessoas, seguido do setor de comércio, sobretudo em Fortaleza, evidenciando sua centralidade e capacidade de geração de empregos no setor de serviços (SILVA, 2000). Por conseguinte, o aumento do informal, na composição dos empregos na cidade e na região metropolitana, vincula-se ao crescimento do mercado de trabalho não-fixo.

Impossível analisar o bairro Jardim das Oliveiras deslocado da RMF. As desigualdades sociais na RMF aumentaram, enquanto o preconceito racial e contra a mulher ainda persiste na sociedade brasileira, particularmente a fortalezense. De acordo com os dados do IBGE (2000), os homens continuam a receber melhores salários do que as mulheres, sendo que a diferença pode chegar a 68,2%. A cor ainda é um entrave para a melhor distribuição de renda. Apesar dos avanços no tocante à discriminação racial no país, os salários dos brancos são 65,2% superiores aos de outros grupos raciais. Os números a seguir demonstram a

importância do papel da educação na renda familiar, pois existe uma grande discrepância de renda entre as pessoas que possuem baixa e alta escolaridade (ver tabela 16).

Tabela 14: Rendimento médio no trabalho principal em salário mínimo e Diferença percentual entre rendimento médio no trabalho principal

<b>Rendimento médio no trabalho principal em salário mínimo</b>							
	<b>Sexo</b>		<b>Cor</b>		<b>Escolaridade</b>		
	Homen s	Mulheres	Branco	Não brancos	- de 8 anos de estudo	8 e + anos de estudo	Total
RMF	2,9	2,0	3,2	2,1	1,6	4,1	2,5
Jd. Oliveiras	4,0	2,8	4,8	2,7	2,7	1,7	3,5
<b>Diferença percentual entre rendimento médio no trabalho principal</b>							
	<b>Mulheres/ Homens</b>	<b>Não brancos/Branco</b>	<b>Baixa escolaridade/Alta escolaridade</b>				
RMF	68,2	65,2	258,5				
Jd. Oliveiras	68,3	55,0	308,6				

Fonte: Censo do IBGE (2000) in: Observatório das metrópoles.

No Jardim das Oliveiras, as mulheres também possuem salários menores do que os homens, com rendimentos inferiores à média verificada na RMF. No tocante à desigualdade de renda entre brancos e não-brancos, a média é inferior a da RMF. Porém, a diferença entre aquelas pessoas dotadas de melhores níveis educacionais e outras com piores é bem acentuada. A diferença de rendimento entre as pessoas com baixa e alta escolaridade chega a 308,6%.

As desigualdades socioeconômicas internas são também acentuadas, como era de se esperar, pois existe um setor no bairro com melhores indicadores sociais do que os outros. O setor leste do bairro Jardim das Oliveiras apresenta uma melhor infraestrutura básica e o Oeste possui as piores condições de qualidade de vida, sendo justamente o setor onde se encontram as áreas de risco da Lagoa da Zeza e do Tijolo. Estes últimos espaços contam com

uma grande precariedade de infraestrutura sanitária, domicílios sem banheiros, falta de água canalizada na rede geral e elevado número de pessoas que sobrevivem com uma renda irrisória (ver mapa).

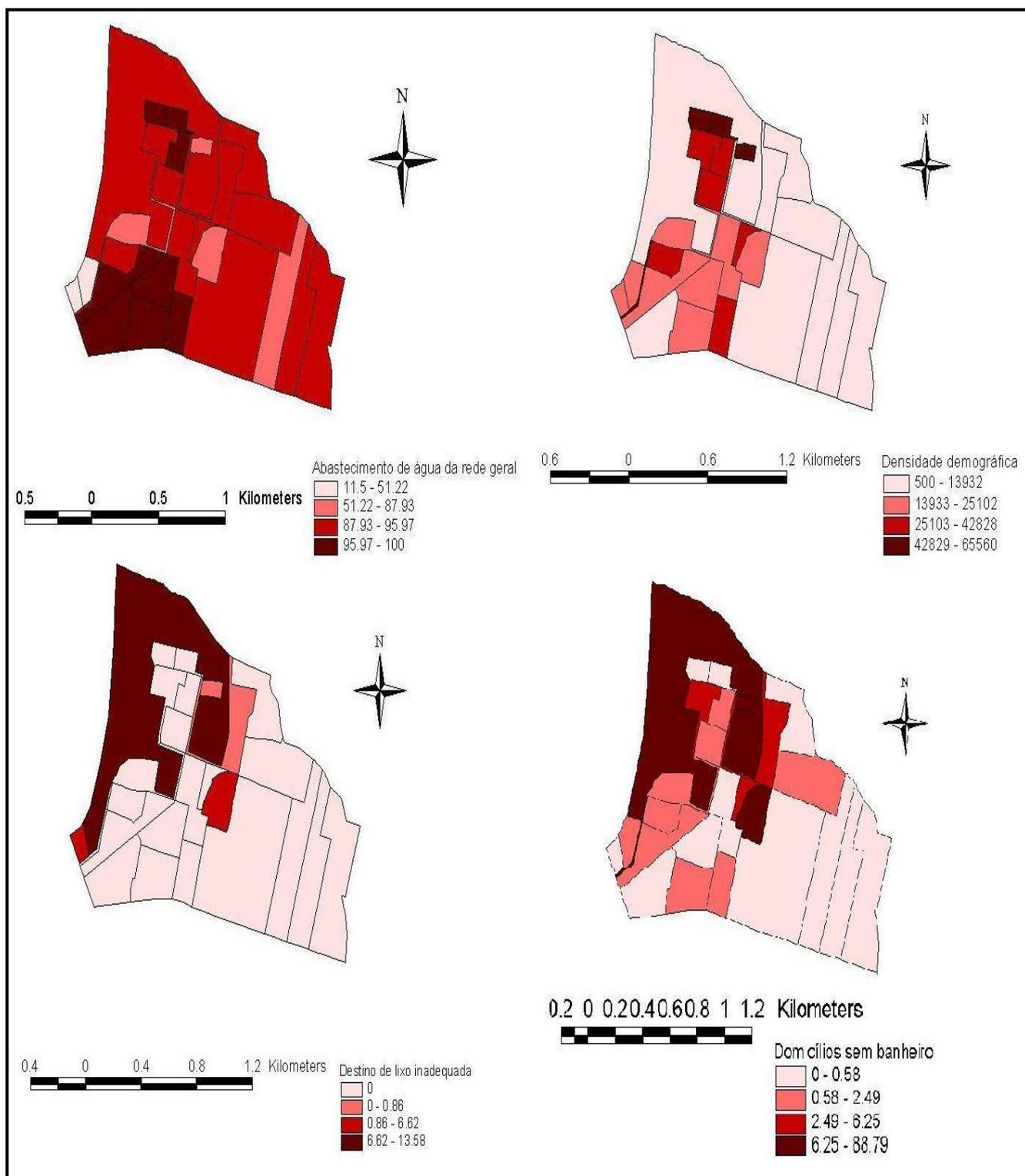


FIG. 15 - Mapa de Infraestrutura básica do bairro Jardim das Oliveiras

Fonte: IBGE (2000).

O nível de educação tem efeito direto na renda da família. Embora o bairro apresente um bom número de escolas públicas, elas aparecem não alcançar os objetivos de ensino e aprendizagem almejados. Conforme os dados do IBGE (2000), 5.807 pessoas não foram alfabetizadas no bairro Jardim das Oliveiras - o equivalente a 21,18% de sua população. Além do baixo nível educacional parecer dificultar a inserção em ocupações mais valorizadas em termos de renda e da própria reestruturação produtiva, podemos adicionar a segregação simbólica a que são submetidos os habitantes como um entrave para a obtenção de uma melhor distribuição de renda. Ribeiro (2004) afirma que o modelo de organização espacial das cidades brasileiras, no qual a diferenciação espacial das classes sociais é transformada em separações físicas e simbólicas, dificulta a sociabilidade, intensificando a fragmentação e inferiorização de alguns segmentos sociais.

Esta segregação simbólica decorre da estigmatização que são submetidos os habitantes de bairros considerados violentos, locais de “pobres e marginais” e se materializa no momento da procura de empregos ou de uma abordagem policial. A segregação simbólica nem sempre é percebida como tal, pois está vinculada nas brincadeiras cotidianas sobre a violência e na fala do crime. Por exemplo, muitas pessoas, ao perguntarem sobre o local de moradia de habitantes de bairros como Pirambu, Bom Jardim, Jangurusssu, Barroso e o conjunto Tancredo Neves, expressam-se com um sonoro e irônico “vixe”, o que embora provoque risos no momento, traz implícito preconceitos e juízos de valores.

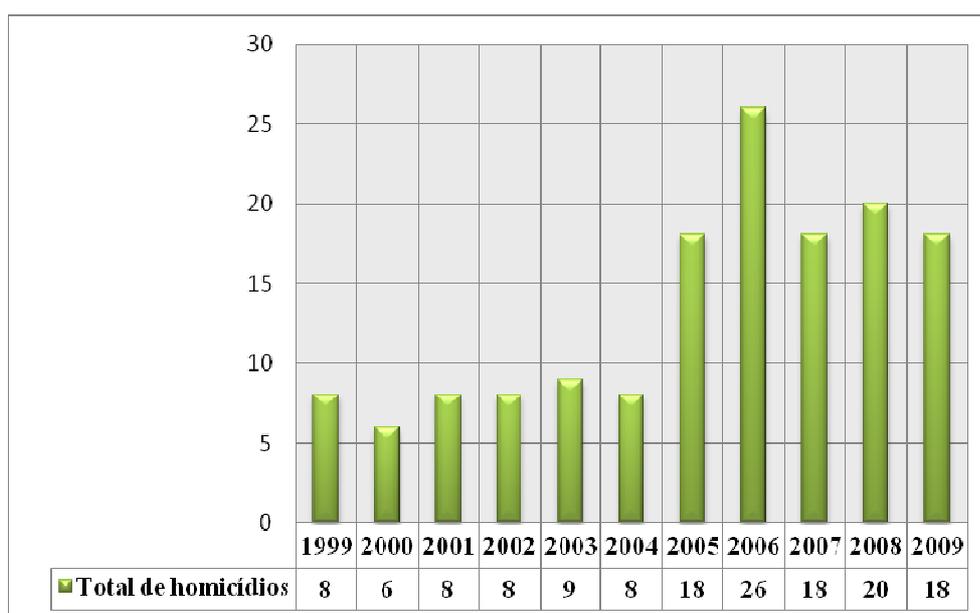
Portanto, o bairro Jardim das Oliveiras, além de possuir diversos territórios dentro de uma perspectiva da identidade, dispõe de uma nítida divisão socioeconômica no que se refere ao seu componente socioeconômico. São territórios que indicam uma desigualdade de renda, condições de infraestrutura básica e de escolaridade, permitindo também que a análise possa se enveredar pela segregação socioespacial de seus espaços internos. Essa contextualização traça o plano de fundo em que se desenvolvem os conflitos territorializados entre os jovens do bairro em estudo.

## 5 JARDIM DAS OLIVEIRAS: TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E VIOLÊNCIA

### 5.1 Escalada da violência e segmentação socioterritorial do Bairro Jardim das Oliveiras

O bairro Jardim das Oliveiras vem se destacando no contexto da violência em Fortaleza, desde os anos 1990, com os bailes *funks* e, recentemente, pela elevação da criminalidade violenta no bairro. Desde a primeira década do século XXI, o bairro vem ganhando maior visibilidade nos meios de comunicação da cidade de Fortaleza em virtude principalmente dos conflitos entre microgrupos sociais e/ou indivíduos que habitam o Conjunto Habitacional Tancredo Neves e o Conjunto Habitacional Tasso Jereissati.

Nesta perspectiva, as rivalidades entre as gangues, quadrilhas e ações individuais têm provocado um grande número de vítimas fatais nos últimos anos, sendo os jovens as maiores vítimas. No ano de 2005 houve um aumento da gravidade dos confrontos entre microgrupos sociais desses territórios. Com base nos dados disponibilizados da CEVEPI, neste ano ocorreram 18 mortes por homicídios no bairro Jardim das Oliveiras, sendo registrado um aumento de 55,56% se comparado com o ano de 2004. Em 2006 tornou-se o segundo mais violento para este tipo de variável em Fortaleza, superando inclusive bairros tradicionais como o Pirambu e Bom Jardim (ver gráfico).



**FIG. 16** - Homicídios no bairro Jardim das Oliveiras

Fonte: CEVEPI/SMS - 2010

Antes de 2005, a ocorrência de homicídios era “minguada”, com uma média de oito homicídios por ano. Do ano de 2007 em diante houve uma estabilização deste tipo de criminalidade no bairro com uma média de 18,66 homicídios por ano, embora sejam significativos, como se pode observar. Espera-se que essa média seja mantida para os próximos anos, já que em 2010 ocorreram quatro mortes no bairro Jardim das Oliveiras. De acordo com os dados da CEVEPI, de 2006 a 2009 ocorreram 82 homicídios no bairro Jardim das Oliveiras. Essas mortes não se distribuem de forma aleatória, concentrando-as em alguns territórios.

O aumento da criminalidade violenta tem gerado impactos territoriais e alterado a sociabilidade no bairro. Além das mortes de muitos jovens, o resultado mais imediato desses confrontos é a forte fragmentação socioterritorial. Esta fragmentação do Jardim das Oliveiras tem feito com que as comunidades do Conjunto Tancredo Neves e Conjunto Tasso Jereissati tenham seus espaços de sociabilidade reduzidos, restringindo-os aos seus respectivos territórios. Ressaltam-se ainda as rivalidades entre as comunidades da Vila Cazumba (Cidade dos Funcionários) e do Conjunto Tancredo Neves que, ocasionalmente também provocam confrontos e perdas de vidas.

O Conjunto Habitacional Tancredo Neves sempre esteve no centro das rivalidades com os bairros vizinhos ou mesmo com outros bairros de Fortaleza, desde os confrontos entre gangues, na década de 1990. Fazendo um apanhando histórico, os bailes *funks* animaram a vida dos jovens fortalezenses nos fins dos anos 1980 e alcançaram o seu maior vigor na década de 1990. Segundo Diógenes (2008), o baile *funk*,

ao “espetacularizar” a violência, publicisa todas as tensões sociais que se acirram na condição juvenil dos moradores de periferia no final do século XX. A violência passa a funcionar como um modo de dar visibilidade a conflitos e tensões que permaneciam virtuais, ignorados se não houvesse o baile como local de “encenação” de uma violência que pulsa no cotidiano dos bairros, mas que não encontra, na territorialidade, formas de manifestação de todo o seu potencial, de toda sua energia. A violência atua como mapa cultural. (p.32).

Nesse período, Fortaleza estava pontilha por gangues e uma cartografia delas abrangia várias galeras no Pirambu, Mucuripe, Reino Encantando, Parangaba, Bom Jardim e outros. A autora afirma que se difundiu:

(...) a idéia não apenas de que o baile funk é palco de violência, mas de que as galeras de periferia se formam, exclusivamente, para dar vazão às práticas de violência. Os bailes funks motivaram a formação de turmas autodenominadas galeras que, dentro dos “agitos” dos bailes, faziam transbordar a violência “represada” e fragmentada nos vários espaços da cidade. (IBID., p.105).

O contexto das gangues ficou no imaginário social e ainda repercute na mídia e nos meios de repressão. Pode-se dizer que nos anos 1990 as gangues no Jardim das Oliveiras, principalmente no Conjunto Tancredo Neves eram compostas pelas “galeras” da Cobal, da Pracinha e da Avenida, caracterizando-se por territorialidades juvenis atrelada ao *funk*, pichações e os tradicionais rituais de entrada e saída, além de uma organização baseada na hierarquia com a presença de um “cabeça” (líder) no grupo. Na década de 1990, a presença das gangues do Conjunto Habitacional Tancredo Neves nos bailes *funks* era constante. Veio desse período a “fama” dessa área como território violento. No próprio Conjunto Tancredo Neves existia um baile *funk* que ocorria no chamado MIC clube (hoje transformado em Igreja Universal). As gangues do Conjunto Tancredo Neves rivalizavam com as da Messejana, Lagamar (Piloto), Areal (conjunto ABC), e Vila Cazumba, dentre outras.

Antes da “fase” das gangues, a violência na maioria das vezes estava vinculada a disputas entre vizinhos, nos jogos de futebol, consumo excessivo de álcool e outras causas. Registros de homicídios eram raros, e quando ocorriam, causava surpresa nos moradores. No bairro existia ainda a mística figura do valentão que já foi trabalhada por Queiroz (2000) no bairro Bom Jardim:

No universo masculino do bairro, a propósito de uma categorização dos agentes potenciais da violência, pelo fato de portarem armas, destacavam-se os valentões/corajosos, tidos como temperamentais, “esquentados” e “brigões”, sempre dispostos à luta corporal ou disputa de faca (p.79)

Na atualidade, as coisas mudaram. As gangues ou os microgrupos sociais têm como “trilha sonora” o forró, sobretudo o forró romântico; as formas de organização se baseiam numa hierarquia social menos rígida e em práticas delituosas e de violência mais organizada. O poder da virilidade física cedeu lugar ao uso da arma de fogo.

A fragmentação e os conflitos internos dessa magnitude são até certo ponto recentes no Jardim das Oliveiras. As entrevistas demonstraram que até o ano de 2004 as pessoas circulavam normalmente entre os conjuntos habitacionais do Tancredo Neves e do Tasso Jereissati, pois muitas famílias têm parentes nos diferentes espaços pertencentes ao bairro. Esses espaços mantidos e delimitados por e a partir de relações de poder conferiram aos grupos uma íntima identidade com o seu território ao longo do tempo. Na atualidade, pessoas da mesma classe social, às vezes até amigos, estão eliminando-se mutuamente. É consenso entre os moradores que foi um crime contra um morador do Conjunto Tasso Jereissati por parte de outro do Conjunto Tancredo Neves, em 2005, que incendiou o “barril de pólvora”, produzido pela rivalidade já existente há anos. Um dos entrevistados, morador do conjunto Habitacional Tancredo Neves, explicita a causa imediata do conflito entre os dois territórios em destaque: “porque um menino do Tancredo matou um primeiro lá. Tá com uns quatro anos que começou isso”.

Depois deste crime, os homicídios se tornaram tão constantes que a violência banalizou-se. Quando ocorre a morte de um indivíduo nos territórios rivais, por muitas se segue a comemoração com uma rajada de fogos de artifícios. Dependendo da “fama” e da dificuldade de se eliminar o adversário, os fogos podem durar horas ou o dia inteiro. A reportagem do Diário do Nordeste narra bem estes fatos:

O som de fogos de artifícios ocorridos na noite de domingo no bairro Tancredo Neves não era celebração de nenhuma festa. O barulho indicava o “sucesso” de uma chacina que tirou a vida de três jovens que estavam em uma residência na rua Maçaranduba. Minutos após a morte dos irmãos Jackson Rodrigues, 21 e Júnior Rodrigues, 23, e de Francisco Claudenilson Bernardo Pita, 19, sumariamente executados com tiros de pistola nove milímetros e de 380, uma queima de fogos foi iniciada no conjunto Tasso

Jereissati, onde, supostamente, os acusados do crime moram. “Parecia que o mundo ia acabar com tanto tiro, depois eles fazem isso (soltam fogos, disse uma testemunha)” (DIÁRIO DO NORDESTE, 2010).

O problema da violência e da fragmentação social do espaço em análise é por muitas vezes tratado como um “jogo”. Quando ocorre a morte de um dos grupos rivais fala-se que o jogo está 1 X 0. Logo em seguida o jogo é empatado até que uma nova trégua seja alcançada. Esse fato extrapola os espaços de confinamento dos habitantes deste local, abrangendo também a imprensa escrita cearense. Na reportagem “Tancredo Neves em estado de alerta”, do dia 4 de novembro de 2006, no jornal O POVO, lemos: “A morte de 4 pessoas em um intervalo de 9 dias foi reflexo de um jogo que estava de Tancredo Neves 3 X 1 Tasso Jereissati”. O comandante da polícia da área adverte que é preciso tomar cuidado em apontar os criminosos, porque:

(...) as mortes são resultados de ações individuais e não grupais. O oficial disse ainda que pelo menos dois casos, o incêndio criminoso e a morte de [...] teriam sido cometidos por pessoas do mesmo bairro das vítimas. Mas foi dito que o placar estava 3 a 1 para o Tancredo Neves. Isso é pesado, pois quem está do outro lado pode tentar empatar o placar (MOURA, 2006, p.9).

Ao indagarmos sobre as “causas” da ampliação dos homicídios no bairro Jardim das Oliveiras os entrevistados apontam para o confronto entre os microgrupos sociais ou gangues, o tráfico de drogas e falta de policiamento. Um deles diz:

(...) acho que é porque conflito de droga mata um lá e um quer se vingar e mata outro aqui aí nunca pára. Mas acho que é palhaçada deles. Negócio de menino. A maioria é por causa de droga mesmo. Tem uns que é por causa de droga lá do Tasso e Tancredo (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 16/05/2010).

Logo, a cidade é um lugar fértil para o desabrochar de grupos sociais com visões de mundo e territórios diferenciados. No plano da vida cotidiana fazemos alianças, intrigas, tramas e traições. É no cotidiano que as práticas violentas têm origem. O homicídio como prática violenta extremada era para ser o último recurso a ser utilizado para resolução de uma

desavença. Todavia, no bairro Jardim das Oliveiras esse tipo de violência tem sido usado como primeira forma de resolução de conflitos desabrochados no cotidiano.

No caso do espaço em análise, a vingança muitas vezes é levada ao seu radicalismo. Em um bairro “violento” existem alguns pactos territoriais muito fortes. A quebra desse pacto territorial pode desencadear comportamentos violentos cuja prática mais comum é a eliminação do traidor (dedos-duros). No caso específico de crimes contra o patrimônio privado (incêndio e/ou derrubada de casas), decorre fundamentalmente de vingança contra o dedo-duro ou homicida que se evadiu, procurando segurança em outro local, ou até mesmo no território rival.

Existem algumas pessoas marcadas para morrer e, portanto, não surpreende aos moradores a ocorrência deste tipo de homicídios. A novidade está na delimitação de tramas sociais mais complexas para essas mortes, por vezes, encomendadas. Um habitante da área, conhecedor da rotina das “pessoas marcadas”, passa informações sobre a localização e os percursos destas “potenciais” vítimas de homicídio.

Assim, o aumento da violência no bairro Jardim das Oliveiras tem condicionantes variadas. As gangues e o tráfico de drogas sumariamente são apontados pela população com as causas imediatas do aumento da criminalidade violenta. Ademais, esses condicionantes somente têm sentido a partir da territorialização dos espaços. As linhas das ruas delimitam os contornos territoriais no bairro, que por sua vez, explicam os constantes conflitos entre microgrupos sociais.

## **5.2 A linha e a reta: demarcando fronteiras e estratégias territoriais**

Em geral, os limites dos bairros quase sempre são produtos de decisões político-administrativas adotadas por um poder municipal. Em contrapartida, devemos acrescentar os limites simbólicos criados, recriados e apropriados pela coletividade. Nessa perspectiva, o território é nada mais que produto dos atores sociais e são estes, que produzem o território partindo da realidade imediata que é o espaço (RAFFISTIN, 1993).

O bairro Jardim das Oliveiras é uma divisão político-administrativa que não abrange a complexidade da área de estudo, pois em seu interior as comunidades estão continuamente redefinindo e reforçando os limites dos territórios que o compõem. Este bairro apresenta-se como um espaço com múltiplos territórios e territorialidades, o que por sua vez justifica os conflitos territorializados que se desenvolvem nesta parte da cidade.

O espaço em questão pode ser apreendido como um mosaico de identidades singulares e conflitantes no qual a população dos conjuntos habitacionais Tancredo Neves e Tasso Jereissati, além das áreas de risco como a comunidade da Lagoa da Zeza, do Tijolo e Vila Cazumba mantém relações de proximidade, parentesco, amizade, necessidade e rivalidades.

O processo de territorialização gerou diferentes territórios e imposição de limites ou fronteiras, algumas vezes conflituosas. No bairro Jardim das Oliveiras os conflitos territorializados fazem parte da vida cotidiana de muitos microgrupos sociais. No caso em estudo, as territorializações conflitantes engendradas por relações de poder provocaram a emersão de limites nítidos a serem evitados. Raffestin diz que:

Imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir, implicam a noção de limite: a história da noção seria apaixonante... E verdadeiramente estafante, pois estaria além das possibilidades de um só homem. Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime uma relação que um grupo mantém com uma porção do espaço (1993, p. 153).

Sobre isto, o referido autor explica que o limite sendo visível ou não é um sistema sêmico utilizado pela coletividade para marcar um território. Sendo assim, no bairro Jardim das Oliveiras os diferentes grupos sociais que habitam esta área entraram em consenso com relação aos limites dos seus respectivos territórios. A ação dos microgrupos sociais rivais tem gerado de imediato a delimitação ou reforço de limites bastante claros, pelo menos para os moradores deste trecho da cidade. A ação desses grupos implica em classificar os

pertencentes aos seus territórios daqueles que fazem parte de outros. Reforçando o que estamos tentando explicitando:

Diariamente, em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limites: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com outros seres e coisas é traçar limites ou se chocar com limites. Toda relação depende da delimitação de um campo; no interior ela se origina, se realiza e se esgota. (RAFFESTIN, 1993, p. 165).

Afinal quem nunca delimitou um espaço de ação? Mesmo sem termos noção, estamos rotineiramente demarcando limites. Frequentemente usamos as expressões: *este é meu quarto, esta é minha casa, este é meu bairro*. Todas essas frases declarativas afirmativas se tornam inteligíveis pela imposição de limites bem definidos pelo menos em nossa mente. No nosso quarto os limites podem ser as paredes e a porta, o aparelho de controle de entrada e saída de pessoa desejáveis. Já em nossa cidade a delimitação de limites ocorre no plano do cotidiano, os limites de nossos territórios são as cercanias imediatas, ou seja, espaços apropriados material e simbolicamente durante os nossos trajetos diários.

Entretanto, as preocupações devem se direcionar para compreensão dos limites conflituosos que se multiplicam em Fortaleza, com ênfase para o bairro Jardim das Oliveiras. Vale ressaltar que o limite de um território nem sempre é conflitante, pois existem comunidades onde os limites nem sempre são nítidos. No Jardim das Oliveiras, a noção de um limite a ser evitado é muito presente na vida das pessoas. No espaço em análise, as ruas, áreas de risco e outras referências são apropriadas simbólica e concretamente como demarcação territorial. A Rua Francisco Pita delimita de forma mais incisiva os espaços pertencentes ao Conjunto Tasso Jereissati daqueles que compõe o Conjunto Habitacional Tancredo Neves. A avenida Rogaciano Leite, além de ser usada para separar os territórios, também serve como representação da segregação socioespacial, afinal ela divide o Tancredo Neves do que é propriamente chamado de Jardim das Oliveiras.

Segundo Raffestin, delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente, ou ainda, manifestar um poder numa área precisa. Desta maneira, os conflitos territoriais no



Esses limites nem sempre são respeitados. Ocasionalmente ocorre invasão do território por parte de grupos sociais rivais. O que está ocorrendo é que cada vez mais as práticas violentas de invasões são seguidas de planejamento e execuções sumárias de adversários. Invasões como as que ocorriam antes de grupos invadirem a “pé” ou de bicicleta são raras. Está ocorrendo um planejamento sistemático das invasões com uso de automóveis e armamento cada vez mais “pesado”, sendo a pistola a arma preferida. Em todo caso, se planejadas, facilitadas por policiais ou não, o resultado tem sido a morte prematura de muitos jovens. A técnica parece ser um instrumento que corrobora com a complexificação dos assassinatos no bairro. Segundo um morador:

Olha, depois que inventaram uma coisa chamada celular ninguém está livre em canto nenhum. O finado Cris tava ali no Carnaúbar e aquele doido que joga lá foi que ligou para outro dizendo ele tava aqui (no Carnaúbar). Se não fosse o celular tinha dado tempo o Cris escapar (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 16/05/2010).

A configuração territorial tem influência direta nas práticas conflituosas no bairro Jardim das Oliveiras. No conjunto Tancredo Neves as ruas e os lotes são mais largos, enquanto no Conjunto Tasso Jereissati é constituído de ruas e lotes pequenos, existindo apenas três entradas principais. Conforme as entrevistas não sistematizadas, as invasões praticadas por grupos advindos do Conjunto Tasso Jereissati ao Conjunto Tancredo Neves são facilitadas pelas ruas mais largas deste último (ver mapa).



**FIG. 18** – Mapa das microáreas no Jardim das Oliveira  
 Fonte: PMF/ Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Infraestrutura

O uso da linha reta e do plano em xadrez não é algo recente na cidade de Fortaleza. Silva e Filho (2004) explica que Fortaleza cresceu aos caprichos do riacho Pajeú. O poder municipal tencionava controlar a expansão e direcionar a expansão da cidade de Fortaleza, nesta perspectiva:

A planta em xadrez, com sua intenção ordenadora do espaço urbano, impõe a linha reta como efígie da razão. No planejamento sistemático de ruas e casas, alinha-se a ambição dos poderes públicos e disciplinar a sociedade como um todo (p. 104).

Conforme o autor, a Planta de Herbster definiu através de três bulevares um quadrilátero de planejamento que delimitava e reforçava as funções centrais da cidade. Os bulevares (as atuais avenidas Dom Manuel, antiga avenida da consolação, Duque de Caxias e Imperador), inspirados nas inovações implantadas pelo Barão Haussmann em Paris, traziam ares de progresso e modernidade.

O projeto de Adolfo Herbster (engenheiro da Província e arquiteto da Câmara Municipal) tencionava retificar, classificar e disciplinar a configuração espacial de Fortaleza. Sua Planta da Cidade de Fortaleza, Capital da Província do Ceará, de 1888, sugere não somente uma ação preventiva na ocupação do solo urbano, como também se insere num conjunto de procedimentos públicos destinados a legitimar a ordem social mediante estratégias de intervenção social. Neste projeto são reforçadas e atualizadas algumas medidas já presentes na Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios (1875), como o alinhamento de ruas e casas, e abertura de três bulevares limítrofes da zona urbana de então, a fim de ampliar a circulação de pessoas, veículos e mercadorias no espaço da cidade. IBID., p. 104-105).

Os bulevares também respondiam as demandas clínicas e sanitárias e mais:

(...) a construção dos bulevares em Fortaleza dificultava a organização de levantes e manifestações populares, como também favorecia a vigilância a repressão do poder público. Sua larga e retilínea extensão criava uma certa transparência ao olhar policial: facilitava o acesso rápido de tropas militares ao foco das rebeliões (IBID., p. 105).

Como já se sabe, o Conjunto Habitacional Tancredo Neves foi a maior intervenção habitacional no bairro jardim das Oliveiras. Localizado a oeste do bairro, o conjunto é constituído de três grandes ruas e avenidas (Avenida Plácido Castelo, Rua Frei Caneca e Barra Nova), as quais juntas formam um triângulo para fins de controle social e são atualmente utilizadas para as ações de grupos de rivais para execução de inimigos.

Quanto à configuração do Conjunto Tasso Jereissati, os lotes e ruas menores dificultam a entrada de grupos rivais neste território. Na verdade, o seu acesso é possível mediante três ruas: Rua Henrique de Castro, para que vem do bairro Luciano Cavalcante, sentido Rua Dois; a Rua Três e a Avenida Um para quem tenta uma invasão pelo Conjunto Tancredo Neves. Como podemos observar na figura, os assassinatos são possíveis através das principais vias de circulação e há limites críticos que são as fronteiras territoriais. As observações para o caso em questão nos levaram a confirmar de que as mortes ocasionadas por balas perdidas sejam resultados da maior dificuldade de acesso aos grupos sociais do Conjunto Tancredo Neves ao Conjunto Tasso Jereissati.

Ademais, a fragmentação social é um dos impactos mais negativos ocasionados pelo aumento da violência no bairro Jardim das Oliveiras. Os conflitos entre os microgrupos sociais corroboram para uma mudança brusca na sociabilidade. No Jardim das Oliveiras, a criminalidade violenta afeta a vida cotidiana em vários aspectos, forçando os indivíduos a se adaptarem a uma sociabilidade violenta provocada pela contigüidade espacial inescapável com os microgrupos sociais rivais e o tráfico de drogas.

### 5.3 Rotinas alteradas: território, violência e uma nova sociabilidade

Este item intenciona fazer uma descrição da criminalidade violenta sobre a sociabilidade no bairro Jardim das Oliveiras. O texto procura mostrar como os moradores das comunidades existentes no bairro tentam lidar com as práticas violentas de microgrupos sociais rivais. Os confrontos entre grupos armados dificultam e impedem o desfrute regular e continuado da liberdade elementar de ir e vir, além de corroborar para fragmentação do bairro, como já foi exposto. A violência pode afetar as redes de solidariedade do bairro e nas oportunidades de empregos.

A esse respeito, Machado da Silva (2008), ao investigar a sociabilidade nas favelas do Rio de Janeiro, descreve:

Saber localizar fronteiras (materiais ou simbólicas) entre favelas e dentro delas, distinguir sinais de facções rivais, bem como a troca de comandos, são entre outros, elementos cruciais para orientação das rotinas e para circulação de moradores. Características de como o tipo de atividade e sexo interferem na maneira de cada morador lidar com as ameaças (reais ou imaginárias) do tráfico, mas a faixa etária é o elemento mais importante para a orientação do comportamento (p. 23).

No Jardim das Oliveiras, a população tem procurado se ajustar às práticas violentas cotidianas através da mudança de trajetos diários e da recusa de seguir por lugares considerados “perigosos”. A circulação de pessoas entre os territórios passa por uma triagem, em geral, com base no sexo e idade. Jovens do sexo masculino são visto como potencialmente “perigosos” para os grupos rivais, identificados como “pirangueiros”<sup>16</sup>. Um entrevistado disse que:

eu andava no Tasso Jereissati. Mas agora não ando mais não. Não ando por duas coisas: com medo de (Deus me livre) acontecer alguma coisa comigo. Aí prefiro evitar (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 16/05/2010).

---

<sup>16</sup> Pirangueiro é um termo utilizado no bairro para caracterizar um indivíduo que não traz confiança e que a qualquer momento pode trair, deletar ou armar alguma “cruzeta” contra alguém.

Pessoas que prestam serviços, como entregadores, carteiros e outros se sentem inseguros para trabalhar no bairro. O problema da violência ainda afeta as oportunidades de empregos em virtude de muitas pessoas não poderem trabalhar nos territórios rivais ou de não quererem trabalhar em um lugar com fama de violento.

Os assaltos têm acontecidos nas vias de circulação do interior e nas adjacências do bairro. Nessa perspectiva, muitos transeuntes são abordados e assaltados ao trafegarem em automóveis na Av. Plácido Castelo, Av. Rogaciano Leite, Av. Zé Leon e BR 116. Segundo um morador do bairro, este tipo de ação é denominada popularmente por “dobradinha”, pois no momento em que o veículo diminui a velocidade, alguns indivíduos forçam esses transeuntes a parar o veículo e os assaltam. Lembramos que os locais de assalto já são conhecidos da polícia de Fortaleza, mas particularmente no espaço delimitado para essa pesquisa, a ação da polícia com fiscalização quase 24 horas não tem surtido o efeito esperado. Outras estratégias são utilizadas, como os assaltos na BR 116, com o carro ainda em movimento. Nunca é demais lembrar que a explanação e o detalhamento deste tipo de crime objetivam expor as estratégias de sobrevivência de alguns grupos sociais e não reforçar a estigmatização dos moradores. No entanto, é claro que isso pode vir a acontecer.

As consequências da violência no bairro são diversas, alterando principalmente o cotidiano dos moradores. De acordo com a reportagem do jornal O POVO, na primeira semana de novembro de 2006, “Tancredo Neves em estado de alerta”, o jornalista Ricardo Moura diz:

O clima no interior das comunidades é de guerra, os atos de vingança prosseguiram durante a semana. De acordo com os moradores ouvidos na reportagem, nos momentos de maior tensão, não se consegue passar de uma comunidade a outra. Até mesmo os ônibus ficam impedidos de atravessar as duas comunidades. Segundo relata o auxiliar de enfermagem M.P.A., os motoristas estão recomendando aos moradores do Tasso Jereissati que desçam na entrada do bairro e prossigam o restante do caminho a pé (O POVO, 04/11/2006).

As ações dos microgrupos sociais rivais gangues provocaram a mudança da rota dos ônibus da linha Tancredo Neves e a suspensão das aulas da Escola Mirian Porto Mota, localizada perto da divisa dos conjuntos supracitados, como se pode perceber na entrevista realizada pelo jornal O Povo:

M.P. revela que na última ter-feira, as aulas em uma escola municipal do Tancredo Neves foram suspensas por causa de ameaças de invasão. “Minha filha voltou mais cedo dizendo que o pessoal do Tasso Jereissati ia invadir a escola. Isso tá errado, ‘tacar’ bala no colégio que só tem criança. Nada a ver”, afirma (O POVO, 04/11/2006).

No bairro Jardim das Oliveiras, a violência faz parte do cotidiano dos moradores recai também sob os bens materiais da população do bairro. As habitações dos conjuntos habitacionais pertencentes ao bairro Jardim das Oliveiras contam com uma ótima localização, a meio caminho da Messejana e do centro tradicional de Fortaleza. A quinze minutos do terminal do Papicu e do *Shopping* Iguatemi, sua localização deveria agregar valor aos imóveis dessas comunidades, entretanto, a violência tem colaborado para a queda dos preços das casas no bairro, como se pode observar na reportagem adiante:

No último domingo, M.P.A., relata que quase não foi votar com medo de ser alvo da ação das gangues. Ele mora de aluguel no Tancredo Neves, mas afirma que está desistindo da idéia de adquirir uma casa própria no local, por medo da violência. A dona de casa R.F, 38 anos, seis filhos, informa que há muitas casas para vender no bairro por um preço bastante em conta: R\$ 5 mil reais. O problema, diz ela, é que ninguém quer comprar (O POVO, 04/11/2006).

No caso das áreas de risco, o problema da violência ainda é mais preocupante, em virtude das áreas de risco da Lagoa da Zeza e do Tijolo seem habitadas por pessoas com mais baixa escolaridade, desempregadas ou, quando empregadas, no mercado informal. Neste contexto, a violência e a criminalidade são marcas típicas, imperando o medo e a insegurança de forma quase absoluta. Detalhando um pouco esse problema, as pessoas não ficam expostas somente à violência física, mas num espaço onde as pessoas lutam pela sobrevivência, as

redes de solidariedade são bastante afetadas. As pessoas têm que vigiar seus “barracos” para não perderem o pouco dos bens materiais que possuem, o que resulta na perda de tempo que talvez pudesse ser usado para procurar empregos ou participar de cursos de capacitação e na emergência de um novo padrão de sociabilidade assentada no medo e na desconfiança mútua.

Outra questão a salientar diz respeito às festas realizadas no decorrer do ano, fundamentalmente as festas juninas, expressão da cultura cearense, mas que no Conjunto Tancredo Neves foram suspensas devido a violência durante os anos anteriores. Para termos uma ideia desta problemática, o grupo de Quadrilha Filhos dos Sertões do Conjunto Tancredo Neves, que conta com 88 integrantes e participa de diversos festivais durante os meses de festa junina em toda cidade, não podia se apresentar no bairro em virtude da violência. As festas juninas não ocorriam no conjunto desde 2005. Essa é uma das piores consequências da violência, pois afeta as formas de acesso à cultura, lazer e fundamentalmente contribui para a fragmentação da identidade do bairro. No ano de 2009, as festas juninas voltaram a ser realizadas, porém com forte segurança policial. Contrariamente, os festivais de quadrilhas juninas realizados na Praça da Igreja Santa Tereza nunca foram suspensas e atraem uma boa quantidade de pessoas.

Na perspectiva da organização social, o que se pode observar é que neste território reconhecido realmente como Jardim das Oliveiras, a comunidade é mais organizada do que as outras do bairro pesquisado, contado com blocos de carnavais, times de futebol com sedes e outros eventos na praça da Igreja Santa Tereza. Silva (1992) explica que as organizações populares manifestadas por variadas formas de mobilização que (re)floresceram na década no final da década de 1970 e durante 1980 propiciaram um “terreno fértil” para que as comunidades tentassem fugir da submissão provocada pelo sistema repressivo e da grande dependência ao Estado. As estratégias do Estado como o remanejamento das populações (no qual se insere a comunidade do Lagamar) para conjuntos habitacionais na cidade de Fortaleza, a cultura da submissão herdada das relações de poder na vida sertaneja e a precariedade socioeconômica da população de outros territórios contribuíram para que as outras comunidades não tenham a mesma organização social daquela do Jardim das Oliveiras

propriamente dito. A população do Conjunto Habitacional Tancredo Neves não conseguiu manter ou criar uma organização social semelhante ao do Lagamar, de onde a maioria de sua população é proveniente.

Mesmo assim, a preocupante escalada da violência no bairro tem suscitando respostas de moradores, entidades e agentes públicos, sobretudo no Conjunto Tancredo Neves. Uma das iniciativas foi a II Semana pela Paz realizado no dia 6 de novembro de 2006, que contou com atividades culturais, prestação de serviços e uma grande caminhada. Contudo, algumas pessoas ficaram com receio de se expor, visto que a caminhada foi até a Lagoa do Cabo Velho - área de tensão entre as comunidades do Tancredo Neves e Tasso Jereissati. (O POVO, 04/11/2006).

A segurança pública tem tentado dar respostas, quase sempre com uso da violência, sobre a população vulnerável deste bairro. Recentemente ocorreu o descolamento da 4ª Cia. do 5º Batalhão da Polícia Militar, localizado anteriormente no bairro Luciano Cavalcante, para o Jardim das Oliveiras, e a implantação do Projeto Ronda do Quarteirão<sup>17</sup>.

Quanto à eficácia de tais iniciativas, temos uma discussão acalorada por parte da população, produzindo opiniões divergentes. Alguns entrevistados disseram que a violência diminuiu depois do deslocamento do batalhão de polícia, enquanto outros acreditam que isto

---

<sup>17</sup> No fim de 2007 foi iniciado o projeto Ronda do Quarteirão. Na prática, o Ronda é uma polícia comunitária que interage diretamente com a população evitando, muitas vezes, uma ação que gera uma situação de violência. O Programa Ronda do Quarteirão pode ser definido como uma nova estratégia de fazer polícia. Nele, os esforços estão concentrados na filosofia de polícia comunitária que consiste em uma tentativa de criar uma polícia técnica mais próxima da sociedade, fazendo dos agentes de segurança pública, agentes transformadores da pacificação social. Atualmente, o Ronda do Quarteirão está em atuação com total de 122 áreas, sendo 91 em Fortaleza, 22 em Caucaia e 09 em Maracanaú, desde 12 de junho de 2008. No ano de 2008, o programa foi expandido para toda Região Metropolitana e para os municípios com população acima de 100 mil habitantes. A segunda fase do Programa Ronda contemplará o Interior do Estado: Sobral, Crateús, Canindé, Itapipoca, Juazeiro do Nordeste, Barbalha, Crato e Iguatu foram as primeiras cidades a receber o programa e na Região Metropolitana os municípios contemplados serão: Maranguape, Pacatuba, Guaiúba, Itaitinga, Horizonte, Pacajus, Euzébio, Aquiraz, Chorozinho e São Gonçalo do Amarante. Essa fase está prevista para ser concluída até 2010. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2010)

não ocorreu. Em todo caso, o número de roubos parece ter diminuído sensivelmente, embora os homicídios continuem a acontecer até mesmo em frente ao 5º Batalhão, como diz um dos entrevistados: “por um lado, eu acho que acalmou mais. Por outro, eu acho que não, já que mataram um rapaz lá na frente (do 5º batalhão da Polícia Militar)” (Morador do Tancredo Neves). Outro fato foi a chacina de três rapazes nos arredores da guarnição, no dia 2 de fevereiro deste ano. Assim, destacamos que o aumento do número de policiais e do fluxo de viaturas não evitou de todo as mortes provocadas pelo confronto entre os microgrupos sociais armados, devido ao caráter pontual e pelo próprio envolvimento dos policiais na delimitação das mortes. No caso da chacina relatada, os rapazes mortos foram revistados horas antes por policiais.

Portanto, a contigüidade espacial dos moradores do bairro Jardim das Oliveiras com os grupos armados afeta diretamente a sociabilidade. De uma sociabilidade assentada na confiança, amizade e cumplicidade, o bairro caracteriza-se também pela coexistência de uma sociabilidade violenta<sup>18</sup> que altera a rotina, a circulação, acessibilidade e o lazer das pessoas.

#### **5.4 De um território de baixa definição para um de média definição**

Ao que tudo ao que tudo indica, no bairro Jardim das Oliveiras os conflitos territoriais são decorrentes também do tráfico de drogas. Recentemente, as execuções sumarias têm uma relação com disputas entre duas facções do tráfico de drogas, como o caso da chacina que houve neste ano.

Em conversa não sistematizada com um traficante, revelou-se que no Conjunto Tancredo Neves existia muitos usuários e por isso não ocorria uma disputa territorial por pontos de venda de drogas, como acontece, por exemplo, no Rio de Janeiro ou outros bairros

---

<sup>18</sup> A descrição de qualquer padrão de sociabilidade, além dos princípios básicos de funcionamento, deve considerar sua estrutura, ou seja, como se distribuem os agentes pelas diferentes posições hierárquicas. No que diz respeito à sociabilidade violenta, esquematicamente temos o seguinte: como estrato dominante “portador” desta ordem social estão os criminosos, enquanto o restante da população afetada ocupa uma posição dominada, subalterna. No entanto, entre estas duas posições polares, há uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas. (SILVA, 2008, p.42-43).

de Fortaleza. Segundo ele, qualquer um podia vender sua droga no Conjunto Tancredo Neves sem sofrer retaliações. Mas vejamos o que diz outro morador sobre as mortes no bairro Jardim das Oliveiras:

acho que é por causa do conflito de droga que mata um lá e um que se vinga e mata outro aqui, aí nunca pára. Mas acho que é palhaçada deles. Negócio de menino. A maioria é por cauda de droga mesmo. Tem uns que é por causa de droga lá do Tasso e Tancredo (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 17/05/2010).

As entrevistas foram realizadas em intervalos de tempo diferentes. O tráfico de entorpecentes assume hoje uma posição de destaque nas mortes do bairro Jardim das Oliveiras, não exatamente pelo confronto entre organizações, pois no caso do tráfico de drogas, o bairro se caracteriza por ser um território de “baixa definição” com superposições de redes do tráfico. Souza (1995) assinala que:

A territorialidade de cada facção ou organização do tráfico de drogas é, assim, uma *rede* complexa, unindo nós irmanados pelo pertencimento a um mesmo comando, sendo que, no espaço concreto, esses nós de uma rede se intercalam com nós de outras redes, todas elas superpostas ao mesmo espaço e disputando a mesma área de influência econômica (mercado consumidor), formando uma malha significativa complexa. Cada uma das redes representará, durante todo tempo em que existem essas superposições, o que se poderia chamar de território de baixa definição (p.92).

Logo, um território de baixa definição tende para um de alta definição, pela tentativa de eliminação dos rivais ou um acordo entre as organizações, monopolizando a oferta de tóxico. Nesse sentido, o Bairro Jardim das Oliveiras está passando de um território de baixa definição para um de média definição, no tocante ao tráfico de drogas. Todavia, uma associação entre violência e drogas é demais simplista e serve para estigmatizar ainda mais uma população marcada pelos estereótipos. Nas reportagens dos jornais, nos programas de TV (Rota 22, Barra Pesada, Cidade 190) a explicação dos casos de homicídios quase sempre é o envolvimento com o tráfico. O que temos de certeza é que o tráfico de drogas e outras práticas delituosas geram renda suficiente para aquisição de armas de fogo mais sofisticadas,

materiais de proteção como coletes à prova de bala e veículos para a ação de microgrupos sociais rivais, o que inevitavelmente corrobora para o aumento no número de homicídios no bairro.

No Jardim das Oliveiras, o caso das drogas está dilacerando o tecido social do bairro. Marcelo de Souza explica que o consumo e o tráfico de drogas não são fenômenos recentes no Brasil. Entretanto, houve mudanças no cenário do comércio e consumo de drogas no Brasil, pois:

Diferentemente da *cannabis*, cujos usuários, ao que tudo indicam, foram, durante muito tempo, preferencialmente os membros das camadas privilegiadas da população, no campo ou nas cidades, o consumo de cocaína esteve tradicionalmente associado a um mercado classe média ou alta. (2000, p.49-50).

O que parece ter havido foi um barateamento de certas drogas psicoativas. A cocaína deixou de ser de uso exclusivo da classe média. As populações de bairros populares e favelas agora têm acesso a um grama de pó (cocaína) por R\$ 5,00 (cinco reais). Quais os efeitos dessa nova conjuntura? Bem, os efeitos imediatos recaem sobre a estrutura familiar. A maconha é uma droga de fácil acesso e aparentemente não causava os efeitos drásticos de outras drogas mais “pesadas”.

Deve-se destacar o consumo de outras drogas, especialmente o *crack*, droga proibida em algumas favelas do Rio de Janeiro pelos próprios traficantes devido à magnitude dos seus efeitos. A introdução e popularização deste tipo de droga em Fortaleza têm ocasionado de certa forma a desestruturação de famílias e inevitavelmente ao aumento da violência, em virtude do progressivo número de assaltos praticados pelos usuários, objetivando conseguir dinheiro para a compra da droga ou pagamento de dívidas aos traficantes.

O tráfico e o consumo de drogas estão desestabilizando famílias. Este problema não se reduz apenas aos jovens, inclusive chefes de famílias com profissões estáveis estão “adentrando” no mundo das drogas. O agravante é que a sociedade fortalezense não está

preparada para enfrentar este tipo de problema, principalmente o crescimento dos viciados em *crack*.

Os moradores de bairros mais nobres como Cidade dos Funcionários e Luciano Cavalcante também “descem” ao Jardim das Oliveiras para adquirir a droga, e quando não possuem dinheiro em espécie, deixam “empenhados” objetos pessoais (entrevista não sistematizada e observações diretas).

Em suma, a criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras associada à organização do tráfico de drogas têm corroborado decisivamente para o aumento da violência e da fragmentação do bairro Jardim das Oliveiras. Uma tipologia das possíveis causas dos homicídios registrados no bairro Jardim das Oliveiras envolve o crime organizado e o tráfico; conflitos interpessoais diversos (brigas entre familiares, amigos, desavenças em bares, confrontos e vinganças não relacionadas a drogas), com predominância, claro, dos conflitos territoriais que parece estão cada vez mais associados ao crime organizado. Porém, há uma concentração para algumas variáveis, como veremos a seguir.

### **5.5 Distribuição das vítimas de homicídios, quanto ao gênero, raça, estado civil e escolaridade no bairro Jardim das Oliveiras**

No capítulo anterior, enfatizamos a questão da violência juvenil na cidade de Fortaleza. Não por acaso, afinal esse é o grupo social mais vulnerável. Assumimos de imediato que a violência é um fenômeno bastante amplo e centramos nossa atenção para um tipo que lhe é particular, o homicídio. Para esta discussão utilizamos os dados da Célula de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Fortaleza e do SIM/DATASUS. Tal procedimento deveu-se à falta de informação disponibilizada pela CEVEPI, sendo necessária sua complementação com outras fontes de dados.

No bairro Jardim das Oliveiras das Oliveiras, a situação da criminalidade violenta não é diferente de Fortaleza. No bairro também os homicídios têm uma concentração considerável por cor/raça, gênero e faixa etária. Lembrando que esta não é a única forma de

crime que atormenta o bairro, mas são os homicídios que trazem a marca dos conflitos territorializados de forma mais aguda.

As rixas, rivalidades, valores e outros elementos estão intrinsecamente relacionados com a questão do gênero e faixa etária. Com base nos dados disponibilizados pela CEVEPI/SMS, constatou-se que 74,39% das mortes por homicídios no bairro Jardim das Oliveiras se concentram na faixa etária de 10 a 29 anos. Os jovens são sem dúvida o grupo mais vulnerável, pois são eles os principais agentes dos conflitos territorializados no bairro. Ademais, fatores culturais como honra e virilidade são muitos fortes no bairro. No mundo contemporâneo, o porte de arma está cada vez mais socializado. Fatalmente a força física é usada para resolver qualquer conflito, “rolo” ou desacordo entre os jovens do bairro. Entretanto, o que se percebe, assim como para Fortaleza, é que existe um alargamento da criminalidade para outras idades com 19,5% dos homicídios concentrado-se na faixa etária de 30 a 30 anos

**Tabela 15 - Distribuição das vítimas de homicídios, quanto ao gênero, raça, estado civil e escolaridade no bairro Jardim das Oliveiras (2006-2009)**

Quanto ao gênero, raça, estado civil e escolaridade		Jardim das Oliveiras	
		Valor absoluto	%
<b>Sexo</b>	Masculino	81	98,80
	Feminino	1	1,20
	Ignorado	0	00,0
	Total	82	100
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	70	85,37
	Casado	8	9,76
	Viúvo	1	1,22
	Separação judicial	1	1,22
	Ñ informado	2	2,44
	Total	82	100

<b>Faixa etária</b>	10 a 19	30	36.59
	20 a 29	31	37.80
	30 a 39	16	19.51
	40 a 49	4	4.88
	50 a 59	1	1.22
	Total	82	100.60
<b>Escolaridade</b>	Nenhuma	2	1.22
	1 a 3	24	29.27
	4 a 7	14	17.03
	8 a 11	7	8.54
	Não informado	15	18.29
	Total	82	

Fonte: CEVEPI/SMS, 2010.

**Tabela 16: Distribuição das vítimas de homicídios, quanto ao gênero, raça, estado civil**

<b>Quanto ao gênero, raça, estado civil</b>		<b>Bairro Jardim das Oliveiras</b>	
		<b>Valor absoluto</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	Masculino	33	91.66
	Feminino	3	8,34
	Total	36	100.00
<b>Raça/cor</b>	Branca	0	0.00
	Preta	3	14,28
	Amarela	1	4.76
	Parda	17	80.95
	Indígena	0	0.00
	Total	21	100
<b>Estado Civil</b>	Solteiro	26	83,87
	Casado	4	12.90
	Viúvo	1	3.21
	Total	31	1.21

Fonte: SIM/DATASUS, 1999, 2002, 2003, 2004

Outra informação relevante é que 98,80% das pessoas vítimas de homicídios são do sexo masculino. Estes dados preocupam, pois as mortes ocorrem entre os jovens masculinos por conflitos interpessoais diversos (brigas nos bares, campos de futebol, crime organizado e tráfico de drogas), mas os homicídios por confrontos territoriais e vinganças se tornaram maioria no bairro Jardim das Oliveiras. Por outro lado, diminuiu sensivelmente as mortes do sexo feminino, com um valor de 1,20%. Quando estes ocorrem, em geral parecem ser por impulsos amorosos capazes de gerar uma conduta agressiva. Quanto ao estado civil das vítimas, 85,37% são pessoas solteiras e 9,76% casadas.

De acordo com os dados da CEVEPI/ Fortaleza, 47,52% das vítimas de homicídios possui menos de oito anos de estudo, e certamente não chegaram a concluir o ensino fundamental. Apenas 8,54% das vítimas de homicídios têm entre oito e onze anos de estudo. O fato é que o fator escolaridade tem uma forte ligação com os homicídios que ocorrem no bairro, que somada à falta de atividade de lazer, além de falta de oportunidade de emprego, empurram estes jovens cada vez mais para o mundo da criminalidade violenta.

De todas as variáveis, a que mais nos chamou a atenção foi a extrema concentração de vítimas de homicídios com base na cor/raça. Afinal, 95,23% das vítimas de homicídios no bairro Jardim das Oliveiras são pardos e/ou negros, provavelmente jovens, solteiros e desempregados, jovens esses que procuram nos conflitos territoriais um sentido para suas vidas. Estes jovens carregam na cor da pele as marcas dos estigmas territoriais e são as maiores vítimas da violência policial.

## **5.6 Representações sociais, polícia e jovens no bairro Jardim das Oliveiras**

A juventude na periferia é o grupo social que mais sofre com a ação violenta de uma polícia que, durante suas práticas, transmite o estereótipo de marginal para as outras classes sociais, onde a cor é o principal meio de diferenciação entre o “suspeito” e o “cidadão de bem”. Como bem sabemos, a truculência dos órgãos de repressão ocorre de forma mais

intensa em locais de população estigmatizada. As ações da polícia carregam preconceitos e estereótipos para certos territórios, pois:

São locais conhecidos, tanto para forasteiros como para os mais íntimos como “regiões-problema”, “áreas proibidas”, circuito selvagem da cidade, territórios de privação e abandono a serem evitados e temidos, porque tem ou se crê amplamente que tenha excesso de crime, de violência, de vício e desintegração social (WACQUANT, 2001, p. 7).

A interpretação mais largamente difundida é que o Conjunto Tancredo Neves é um território da violência e que população ali residente é conivente com os agentes da criminalidade. Sobre isso, Silva e Leite (2008) explica que esses mitos acionam estereótipos longamente maturados e a ética dos moradores das regiões estigmatizadas como as favelas assim:

Os moradores de favelas são tomados como cúmplices dos bandos de traficantes, porque a convivência com eles no mesmo território produziria aproximações de diversas ordens – relações de vizinhança, parentesco, econômicas, relativas à política local etc. – e, assim, um tecido social homogêneo que sustentaria uma subcultura desviante e perigosa. Essa por sua vez fundamentaria a aceitação e banalização do recurso à força, o que terminaria por legitimar a “lei do tráfico” 49-50).

Maricato (1996) explana que o reconhecimento da “cidade partida”, da segregação espacial, do aumento da pobreza, do *apartheid* social, é por deveras um avanço para uma sociedade que é alienada no tocante aos excluídos. “A violência urbana é a expressão daquilo que se procura esconder, mas que extravasou seus espaços de confinamento e se transformou em um problema para toda sociedade” (p.11), mesmo que alguns se omitam e busquem espaços mais reservados e segregados. Conforme a autora,

(...) a representação elaborada pelas camadas dominantes, da cidade hegemônica ou da cidade virtual, está sofrendo um revés com o aumento da violência. A concretude escapa pelas frestas da hábil construção. Mas, além dessa constatação que não evita uma abordagem dual, há um ardil que exige

reflexão e que se encontra nas estratégias elaboradas para representar a realidade. (IBID., p. 11).

Destaca-se também a observação feita por Ribeiro (2004) sobre as semelhanças entre a questão urbana na virada do milênio e a do início do período republicano. Na atualidade, como naquela época, as elites olham assustadas para a cidade e identificam na sua suposta desordem a causa dos seus problemas sociais. Ontem a crise sanitária e hoje a violência urbana “temperada”, se possível, com estereótipos de classe, raça ou renda. Afinal, numa sociedade tão desigual, o conceito de violência freqüentemente está ligado à delinqüência proveniente dos marginais e dos pobres. No bojo dessa discussão, a questão urbana:

(...) reedita projetos de intervenção urbana com pretensiosos objetivos de integrar as “duas cidades” pela urbanização dos espaços marginais e reconquista das áreas centrais [...] No atual urbanismo de melhoramento e “melhoramento e embelezamento”, o higienismo cede lugar à estratégia de utilização da imagem da cidade reunificada como vantagem competitiva na atração dos fluxos globais do capital. (RIBEIRO, 2004, p.18).

A explosão da violência justifica intervenções em áreas estigmatizadas como o uso das forças militares nas favelas do Rio de Janeiro, policiamento comunitário como Ronda do Quarteirão em Fortaleza e estratégias de separação de classes. No caso das entrevistas, não se percebeu uma nítida diferença sobre as ações praticadas pelos Policiais do Ronda do Quarteirão e da Polícia Militar (PM). Perguntamos se a violência diminuiu depois do deslocamento do 5º batalhão de Polícia para o Conjunto Tancredo Neves e se existia diferença entre as práticas dos policiais do Ronda do Ronda do Quarteirão e da PM. Obtivemos o seguinte:

Tá a mesma coisa. Quando vai matar um aqui, não tem nenhum policial nas áreas. A polícia aqui é muito fraquinha. O RAIO e a CONTAM aqui era melhor. Mas o policial (Ronda do Quarteirão e PM) aqui é fraquinha (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 17/05/2010).

Irônico que o mesmo entrevistado que acha que com o Comando Tático Motorizado (COTAM) será melhor, apesar de ter sido vítima de violência desse mesmo destacamento. “O policial da COTAM, porque eu não encostei a cabeça na parede, ele me deu duas ‘mãozadas’ na cara”. Evidente que os discursos são contraditórios e talvez a própria consciência de que o Ronda do Quarteirão se afastou de suas atribuições iniciais instigam a população do bairro a reivindicar uma polícia mais truculenta, como o CONTAM.

Se um dos aspectos da violência é o seu aumento, como já foi largamente discutido neste trabalho, nunca é demais lembrar que as instituições de ordem parecem contribuir em vez de controlá-la (CALDEIRA, 2000). No bairro a violência é legitimada pela polícia, que se impõe aos jovens de forma a não dar tempo e nem direito para argumentar e questionar, como se pode ver no comentário a seguir:

Já. Só que era pela PM. Simplesmente ele fez a gente parar e já chegou batendo. E mesmo se não tivesse parado não estávamos fazendo nada errado. E começou a bater (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 09/05/2010).

Afinal, todos são vistos apenas como “vagabundos” e nunca cidadãos. As práticas no bairro envolvem o conhecido e corriqueiro baculejo<sup>19</sup>. As práticas policiais no bairro perpassam humilhações e excesso de autoridade contra os moradores, como se pode observar no comentário adiante:

Uma vez que eu tava na esquina aí ele (o policial) mandou todo mundo ficar com a mão na cabeça. Aí todo mundo ficou. Aí de uma hora para outra ele disse pra ficar todo mundo de joelho. Aí eu cheguei do trabalho cansado e fui me ajoelhar. Fui botar a chinela no chão para me ajoelhar e aí ele me deu um chute na minha cabeça para começar. Aí eu perguntei o porquê. Ele disse: porque você não se ajoelhou, seu vagabundo. Eu disse eu ia ajoelhar, porque o chão tava com pedra né? Pista com pedra. Fui colocar a chinela no

---

<sup>19</sup> “Baculejo” é uma gíria e significa “revista geral do indivíduo” (UNESCO, 1998).

chão. Quando eu ia explicar eles bateram mais ainda (ENTREVISTA MORADOR DO CONJUNTOS TANCREDO NEVES, 09/05/2010).

Caldeira (2000) explica que apesar da violência e do desrespeito da polícia ter longa duração no Brasil, os abusos aumentaram nas últimas décadas e se tornaram mais revoltantes por duas razões:

Primeiro, por causa de seus números elevados e da sua incorporação como algo rotineiro no cotidiano da cidade. Segundo, porque os abusos persistiram durante a consolidação democrática, à medida que o respeito a outros direitos, especialmente o político, expandiu-se. Experiências do passado e tradição não explicam o quadro atual das violações. (p. 157).

Caldeira (2000) afirma que em alguns casos estes abusos ainda contam com o apoio de uma parcela da população. Os principais alvos não são mais os adversários políticos, mas os suspeitos, supostos criminosos, que na maioria dos casos são pardos ou negros. Com base nisso, alguns homicídios cometidos por policiais são visto como atos heróicos. Indícios nos levaram a crer numa extrapolação do uso da força policial em determinadas áreas da cidade. Na cidade dos Funcionários, a que tudo indica, o uso da força é justificado pelo estereótipo de cor e pela não-aceitação de assaltos num bairro considerado nobre. Em observações não sistematizadas podemos verificar mortes de moradores do Conjunto habitacional do Tancredo Neves no bairro da Cidade dos Funcionários. Conforme a reportagem do Jornal O POVO do dia 30 de março de 2010, um policial reagiu ao assalto e matou dois homens na Cidade dos Funcionários. O que é mais intrigante são os comentários contidos no site do jornal do Jornal O Povo sobre o episódio:

<b>TÍTULO DA REPORTAGEM: Policial reage ao assalto e mata dois na Cidade dos Funcionários</b>
<i>“BANDIDO BOM E BANDIDO MORTO!!!!!!! Medalha de honra para o policial e promoção de patente imediatamente. E que ele sirva de exemplo para os outros policiais”</i>
<i>“Menos 2 inúteis para dar trabalho a população. Parabéns ao policial e que todos os policiais façam isso com os ladrões.”</i>

*“MENOS DOIS, SE TODO POLICIAL MATAR DOIS VAGABUNDO POR DIA, ACABAMOS COM O PROBLEMA DA CRIMINALIDADE.”*

*“Ótimo deveriam matar dois marginais todos os dias, assim se resolvia o problema de assaltos e superlotação em presidio!!!! Muito obrigado meu amigo por ter matado estes dois!!!”*

*“Outra boa SOLUÇÃO foi dada como sugestão aqui. Coloquem PMs à paisana (bons policiais) em pontos estratégicos e ao menor sinal da bandidagem, fogo neles, a solução é o EXTERMÍNIO, não tem outro jeito! Babacas que ficam falando ao contrário cheio de moral, todos nós sabemos a que categoria profissional pertence, basta prestar bem atenção no texto. EXTERMÍNIO já é a única SOLUÇÃO!”*

*“Parabéns a este BRAVO SOLDADO!!! É de policiais assim que precisamos, não adianta prender os bandidos, TEM É QUE MATAR ESSES VAGABUNDOS!!! Temos que voltar a ter porte de arma, só assim, vamos poder impor medo a esses pilantras, quando a sociedade começar a mata-los.”*

**FIG. 19 – COMENTÁRIOS NO O POVO ONLINE (Site do Jornal O POVO)**

**Fonte: O POVO Online**

A lista de postagens é enorme, mas todos os comentários traziam este tipo de conteúdo. O que nos chama atenção é que isso é um tema que se mostra latente - a despreocupação, pelas pessoas que fizeram os comentários, com a realidade das vítimas. Como num efeito dominó, os comentários exigindo e parabenizando o ato heróico do polícia foi se acumulando e não houve um só comentário que colocasse em evidência as ações, as conjunturas econômicas e o desrespeito com a vida.

Assim, depreendemos que os grupos pardos são a maiores vítimas dos homicídios. Este é o grupo que mais sofre as ações violentas dos meios de repressão devido ao fator estigmatização. Se no próprio bairro a população, certamente um pouco direcionada pelos meios de comunicação, reivindica uma atuação mais rígida da polícia, o que dizer dos outros segmentos sociais da cidade de Fortaleza? Todavia, a imagem do bairro Jardim das Oliveiras apenas como espaço a conter territórios “violentos” e “perigosos” pode ser contestada. O bairro pode ser caracterizado por fortes relações de vizinhança, amizades e parentesco que funciona como proteção social.

### 5.7 Nem tudo é espinho: vida cotidiana no bairro

Falar em bairros como Pirambu, Bom Jardim, Serviluz e Jardim das Oliveiras (Conjunto Tancredo Neves), pode causar “espanto”, o irônico “vixe”<sup>20</sup> em muitas pessoas, pois, são concebidos como lugares de violência e perigo. As representações sociais que temos destes espaços trazem uma carga de exagero e desconhecimento do que seja realmente a realidade destes bairros afamados violentos. Juízos de valores e preconceitos transformaram estes bairros em lugares incômodos, regiões-problema, constituídos de população potencialmente “perigosa”. Estas são apenas algumas das imagens negativas produzidas destes espaços.

Essas imagens não captam o vivido nos bairros populares. Os moradores que habitam lugares citados mantêm uma vida normal, na maior parte das vezes, com rotinas regulares de trabalho e para o lazer. Como detectou Alba Zaluar (1985) na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que de certo ponto de vista pode parecer um bairro calmo. Apesar da atuação das quadrilhas, existem regras e códigos compreendidos pela população local. No caso do bairro Jardim das Oliveiras, a criminalidade violenta é extremamente concentrada espacialmente. Assaltos entre os moradores são poucos se comparados com outros espaços da cidade, pois as redes de solidariedade dificultam a expansão deste tipo de crime. No bairro, O Conjunto Tancredo Neves é o território mais estigmatizado. Um morador contesta a imagem negativa criada coletivamente:

Eu não acho violento aqui não. Porque violência maior tem em outros cantos e ninguém fala isso. Comparando a outros bairros né? Apesar de você andar à noite e sempre ter um nóia. Eu ando aqui à noite e ninguém nunca fez nada comigo (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 09/05/2010).

---

<sup>20</sup> Em fortaleza quando se fala dos bairros considerados violentos como o Pirambu e Bom Jardim, a população reage prontamente com um irônico “vixe” para dizer e expressar como estes espaços são muito perigosos. (QUEIROZ, 2000).

Podemos constatar pelas entrevistas que apesar dos entrevistados conhecerem pessoas que foram assaltadas no bairro, nenhum entrevistado sofreu este tipo de crime violento. Há quem tenha sido assaltado, por exemplo, em outros bairros: “Aqui não fui assaltado. Fui assaltado lá no Manibura. Aqui tem um bocado que já foi roubado” (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 09/05/2010). Sobre isso Magnani (1998) usa o termo “pedaço” para se referir à área de abrangência das relações sociais de um indivíduo e:

Pertencer ao “pedaço” significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância, o que implica o cumprimento de determinadas regras de lealdade que até mesmo os bandidos da vila, de alguma forma, acatam. Pessoas de “pedaços” diferentes, ou alguém em trânsito por um pedaço que não o seu, são muito cautelosos: o conflito, a hostilidade estão sempre latentes, pois todo lugar fora do pedaço é aquela parte desconhecida do mapa e, portanto do perigo (p.17).

Assaltar um morador do bairro Jardim das Oliveiras ocasiona um risco para o próprio autor do crime. Pode ser que ele assalte um irmão, uma irmã ou uma mãe de um conhecido ou de alguém potencialmente mais “perigoso” do que ele. Como cada pessoa faz parte de um “pedaço”, sempre tem alguém que conhece outro e assim por diante. Os termos usados para expressar uma relação de proximidade e proteção podem ser: o cara aí é limpeza, é trabalhador, deixa a tia, esse é nosso, esse é meu e etc. Assim, assaltar um “cara limpeza” ou trabalhador ainda encontra resistência entre os moradores do bairro, embora a difusão do *crack* de certa forma tivesse abalado a estrutura de valores e de moral nos bairros ditos populares. O que é verdade é que as relações sociais criadas e mantidas durante anos funcionam como proteção contra a violência. Alba Zaluar (1985) usa o termo *imunidade moral e social* para este caso. A rede social de proteção justifica o fato da maioria dos entrevistados não quererem mudar de bairro. Vejamos o comentário seguinte:

Não, porque bairro é igual a emprego. Porque o cara vai mudar de bairro vai começar de tudo de novo. Ninguém me conhece. Vai ter que conquistar todo

mundo vai ter que mostrar quem você é para as pessoas aí. É mais trabalho (ENTREVISTA, MORADOR DO CONJUNTO TANCREDO NEVES, 09/05/2010)

Nesta perspectiva, território como dimensão humana pode ser estudado como referência ao lugar, que é construído pela relação de uma população com seu espaço de vivência. Levar em consideração a dimensão do lugar implica entender o cotidiano das pessoas, como se produzem as identidades e os sentimentos de pertença. É no lugar que o espaço vivido e o cotidiano se manifestam com toda plenitude. É no plano da convivência, da amizade, da luta diária pela sobrevivência, dos namoricos, das paixões, rivalidades, honra e conflitos que o território expõe suas múltiplas facetas.

A cidade é composta por um emaranhado de comunidades caracterizadas pelo compartilhamento de experiências comuns de certos espaços (BIRMAN, 2008). No interior das comunidades (bairros) a rua apresenta-se como um espaço de sociabilidade. A rua em seus múltiplos sentidos abarca a dimensão do mercado/vinculado à troca e a reivindicação do morar e do lazer (CARLOS, 1996). Aqui privilegiaremos dois aspectos: a rua como local do desenvolvimento do conflito e rua como local do vivido, encontro ou da identidade. A função da rua varia no tempo e no espaço e a esse respeito Carlos (1996) explana:

A cidade é produzida a partir da articulação de áreas diferenciadas com temporalidades diferenciais que se produzem, fundamentalmente, da constituição de uma forma de apropriação para uso que envolve especificidades que dizem respeito à cultura, aos hábitos, costumes etc., que produzem singularidades espaciais que criam lugares na cidade das quais a rua aparece como elemento importante (p. 86).

Logo, as ruas da Aldeota, Meireles, Dionísio Torres e Fátima não são as mesmas no sentido do vivido daquelas localizadas no Bom Jardim, Conjunto Palmeiras, Lagamar (Aerolândia), Barroso e Jardim das Oliveiras. As ruas dos bairros com população mais privilegiada se caracterizam por serem vazias de pessoas (exceto pelos transeuntes) e com fluxo de veículos constante. Entretanto, a rua não é somente o local de passagem, de uma

multidão amorfa a se a cotovelar. As ruas das metrópoles, particularmente de Fortaleza, não perderam totalmente o lugar de encontro, já que nos bairros populares a rua se caracteriza ainda como lugar do vivido, lugares onde população vive a cidade.

É bem verdade que nos bairros de população menos privilegiada as ruas são também locais de confronto de grupos, gangues ou quadrilhas. É na rua que os grupos sociais iniciam suas alianças, e é na rua que 40% das mortes acontecem (ver gráfico).

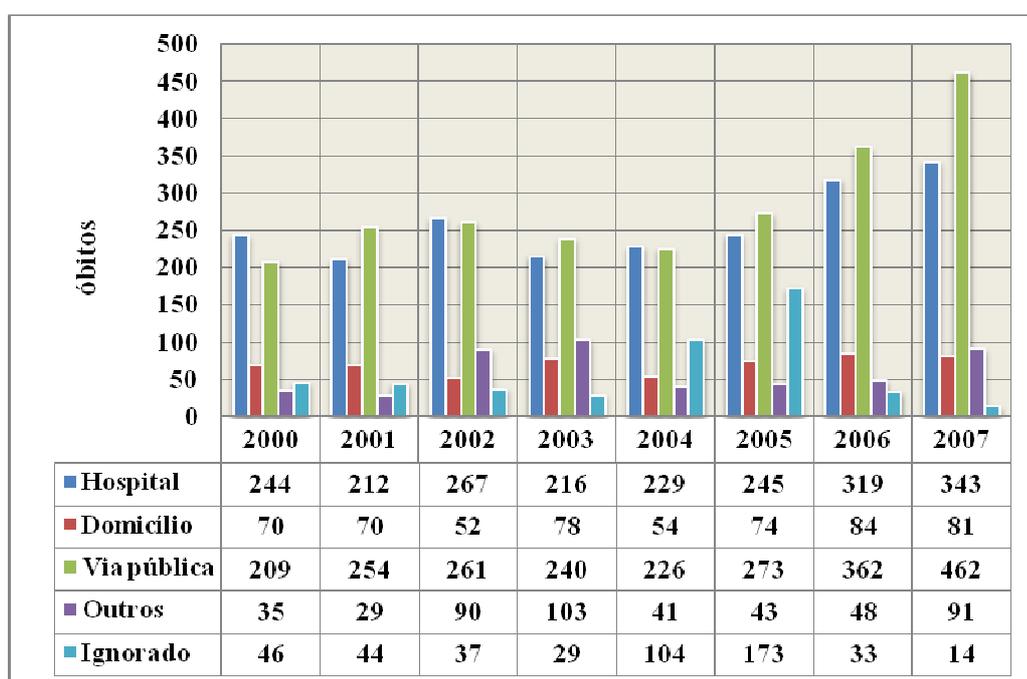


FIG. 20 – Óbitos (Homicídios) segundo local de ocorrência – Fortaleza – 2000/2006  
Fonte: DATASUS, 2010.

A rua sempre foi um local de socialização, quando os jogos infantis animavam as ruas das cidades brasileiras, enchendo-as de vida e alegria: pique-bandeira, esconde-esconde, carniça, cabra-cega, soltar pipa, rodar pião, bola de gude, garrafão, amarelinha, além de rodas de ciranda são algumas brincadeiras que ainda ficaram na memória dos mais idosos. Existiam ainda os lazeres coletivos como o carnaval, folia de reis, procissões e futebol (VERÍSSIMO, 2001).

Com o passar do tempo, as formas de lazer tradicionais foram paulatinamente substituídas por outras: vídeos games, televisão e a internet com suas páginas de

relacionamento que agora entretém os jovens. Apesar da atratividade dessas novas formas de sociabilidade, as ruas da cidade de Fortaleza ainda são locais de encontro e lazer. De acordo com a reportagem do jornal Diário do Nordeste, as antigas brincadeiras parecem resistir ao tempo.

Nas ruas das cidades do Interior, brincadeiras infantis como pega-pega, esconde-esconde, pular corda e elástico, pão-duro, amarelinha, bola de gude (bila), pião e soltar pipa (papagaio) ainda fazem a alegria de meninos e meninas. Cada um tem seu tempo, ao longo do ano. Nos bairros da periferia ocorre a maior incidência desses jogos. São alternativas à televisão e aos jogos eletrônicos que deixam crianças e adolescentes sedentários (DIÁRIO DO NORDESTE, 25/06/2006)

Segundo a reportagem, se compararmos com um passado recente, as brincadeiras de ruas diminuíram bastante, mas não acabaram. Antigas brincadeiras de roda, acompanhadas de modinhas, praticamente desapareceram. Ainda persistem aquelas tipo corre-corre, esconde-esconde, pular corda ou elástico. Os meninos continuam soltando pipa, brincando de bila, mas, o pião quase desapareceu (O POVO, 2006).

Detectamos muitas insatisfações nas falas dos entrevistados ao abordarem a pouca oportunidade de lazer no bairro. “Aqui no bairro não dá para fazer nada. Ou jogar bola ou procurar o que fazer”. Outro entrevistado fala o seguinte: “aqui não tem nada. O que eu faço é sair pelos outros cantos assim: uma pracinha, uma praia. Aqui mesmo não tem nada não”.

Maganani (1998) observou o caráter ineficaz das entrevistas para o estudo das formas de lazer na periferia de São Paulo. As falas monossilábicas sobre o lazer no Jardim das Oliveiras constituíram um obstáculo à pesquisa. Existe uma distância entre o discurso obtido e a prática real do lazer. A indignação perante as poucas oportunidades de lazer no bairro também deve ser levada em consideração.

No Bairro Jardim das Oliveiras os meninos ainda soltam suas pipas e as pessoas ainda colocam suas cadeiras na porta de casa, encontrando-se os jovens ainda nas esquinas

das ruas. Os bares e os campos de futebol são os locais de sociabilidade por excelência. O forró diverte parte da população. Locais de lazer, como uma quadra de futebol, uma pracinha, uma birosca, um centro comunitário e um culto dominical na Igreja dos Pobres se tornam pontos de encontro e reconhecimento.

Magnani (1998) fala que o que caracteriza o “pedaço” são as relações sociais incrustadas no espaço. Alguns pontos de referência delimitam o seu núcleo como uma padaria, bar, casa de comércio, campo de futebol, porém:

Não basta, contudo, morar perto ou freqüentar com certa assiduidade esses lugares: para ser do “pedaço” é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência. (p.116).

Como observa Zaluar e Ribeiro (2008) a boa convivência tem maior proporção nas áreas em que vivem os “pobres”. A vizinhança tem papel fundamental e as relações comunitárias ficam fortalecidas. Nas entrevistas não foram percebidas críticas veementes à vizinhança. Os comentários seguintes demonstram que a grande preocupação no bairro não é a relação de vizinhança: “Graças a Deus é boa. Rua calma” ou “Da minha rua não tenho o que falar não. “É mais ou menos”. Outro diz “Lado direito é legal, lado esquerdo é mais ou menos. Mas todos são legais”. Claro que se percebe um óbvio ranço entre aquelas pessoas mais “chegadas” e as outras das quais não se têm tanta intimidade. O Ronda do Quarteirão atua no sentido de resolver esses microconflitos cotidianos, em geral provocados por um som mais alto do que o permitido ou outro episódio que possa perturbar a tranqüilidade do outro. Em muitos os casos, o conflito é resolvido pacificamente entre os próprios moradores.

As relações de vizinhança constituem um caso particular do cotidiano ainda muito forte no Jardim das Oliveiras. Elas são ainda muito condicionadas pela limitação de oportunidades e de renda. Nas comunidades mais populares, a rede social conta com uma solidariedade e de amizade mais “aguda”. É uma bolsa escolar para um filho, consulta ou cirurgia conseguida por uma pessoa mais influente, um emprego para um conhecido ou um

empréstimo sem juros. A rede social se delinea por uma relação complexa de troca de favores, lealdade e reciprocidade e:

Ter vizinhos que o aceite e o ajude, uma rede de amizades e solidariedade, é muito importante para o morador de subúrbio. A organização em torno de diversos tipos de associação é clara, mesmo diante das transformações encontradas hoje (ZALUAR e RIBEIRO, 2008, p. 3).

Nesta perspectiva, o sentido de “comunidade” ou vizinhança solidária sofrem constantes ataques através das novas formas de sociabilidade (condomínios fechados, *shopping centers* e outros espaços fechados que dificultam o contato social), porém não desapareceram. Nos mais bairros populares a sociabilidade se caracteriza por relações de vizinhança, sendo a rua local do encontro, lazer e de confiança mútua.

Portanto, a imagem do bairro Jardim das Oliveiras como espaço extremamente violento não é uma regra - a violência faz parte do cotidiano das pessoas mas não impede que as pessoas saiam às ruas, à feira que se realiza todas as quintas-feiras. O comércio se expande e os bares divertem uma parcela significativa da população. Isto porque a violência no bairro está majoritariamente restrita aos conflitos deflagrados entre grupos sociais diminutos e a disputa do tráfico de drogas, o que não impede que o restante da população tenha uma rotina normal.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência envolve uma intenção deliberada de atingir outras pessoas, voluntariamente ou obrigado por defesa. A violência urbana, no entanto, está atrelada às normas, valores, leis e instrumentos do período moderno. Atualmente são os crimes violentos que mais preocupam os moradores dos centros urbanos. Objetivamos compreender a violência urbana em Fortaleza pelos meandros dos conflitos territoriais entre microgrupos sociais.

Foi na vereda das disputas entres os microgrupos sociais rivais, do tráfico de drogas, auto-segregação e da estigmatização latente que criminaliza as classes e grupos sociais que buscamos desvendar nosso objeto de estudo. A cidade por nós almejada foi a cidade vista de baixo, como propôs Certeau (1999). É nas práticas microbianas dos grupos armados que entendemos a resistência teimosa daqueles que escapam ao controle disciplinar disciplina.

Uma análise do contexto da violência em Fortaleza evidencia tanto uma subida na criminalidade violenta como a adição de novos bairros ao estigma de violentos. Claro, não estamos afirmando que os mesmos não sejam! Durante a década de 1990 os bairros considerados violentos eram Pirambu, Bom Jardim, Serviluz, Castelo Encantado e Lagamar (Aerolândia). Além desses, na primeira década do século XXI somaram-se o bairro do Barroso, Jardim das Oliveiras (principalmente o Conjunto Tancredo Neves e Tasso Jereissati), São Miguel, Jangurussu e outros. Mesmo o Pirambu que teve uma sensível diminuição nos padrões de violência, ainda se preserva no imaginário coletivo de Fortaleza a sua imagem de bairro violento e perigoso.

As taxas de homicídios na cidade de Fortaleza têm apresentado uma elevação nas últimas duas décadas, e o bairro Jardim das Oliveiras “usufrui” um papel de destaque nessa conjuntura violenta. A nova realidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras se desenvolveu contundentemente a partir do ano de 2005. Conseqüentemente, no ano de 2006 ele foi o segundo mais violento, tomando como referência este tipo de crime. De oito homicídios, dados de anos atrás, o bairro experimenta atualmente uma média superior a 18 homicídios por ano. Como expusemos, os homicídios e as práticas violentas fazem parte da rotina dos moradores do bairro Jardim das Oliveiras e são majoritariamente resultado dos conflitos armados entre microgrupos sociais rivais.

Nesse sentido, o processo de fragmentação territorial de Fortaleza é acentuado pela multiplicação dos conflitos territorializados em nossa cidade. A complexa configuração de bairros como Messejana, Bom Jardim, Jagurussu e Jardim das Oliveiras é realçada pelas disputas territoriais entre microgrupos sociais residentes em diferentes territórios. As

rivalidades na cidade de Fortaleza se dão na oposição de territórios: São Miguel contra São Bernardo; Palmeiras contra João segundo.

Os grupos territorializantes entram em conflito diariamente em nossa cidade, tendo como referência um território compartilhado e apropriado. Diógenes (2008) fala que os grupos jovens são os principais protagonistas da violência urbana. Identidades e alteridades se combinam para agregar grupos de jovens do sexo masculino para alcançar objetivos comuns. No caso em questão, a pesquisa buscou entender fundamentalmente como as rivalidades, as rixas e as desavenças tomaram magnitudes letais devido ao compactuamento territorial.

Os confrontos territoriais estão se tornando cada vez mais complexos e mortais no bairro Jardim das Oliveiras. Hoje, ele pode ser visto como um campo de forças com diversos microgrupos sociais tentando exercer uma hegemonia territorial. Neste local, a rivalidade crescente entre os grupos sociais pertencentes ao Conjunto Tancredo Neves e Conjunto Tasso Jereissati somou-se as disputas do tráfico de drogas e quadrilhas de assaltos.

Os microgrupos sociais se associaram aos macrogrupos do tráfico de drogas internacional e as relações entre grupos de jovens, facções do tráfico e quadrilhas de assaltantes formam um ambiente de insegurança constante. Esta complexa atmosfera social envolve um jogo de associações, traições e manifestações explícitas de poder. A própria existência entre os homens é um fator indispensável para a geração do poder. E este, não é tão confiável, imutável ou mensurável como a força. A força é qualidade natural de um indivíduo isolado, enquanto o poder só passa a existir quando os homens se juntam e rapidamente se dissipa quando eles se separam (ARENDR, 2009).

O caso da chacina que ocorreu no Conjunto Tancredo Neves no ano de 2010 é um exemplo da manifestação do poder de um microgrupo social altamente armado e com grande organização criminal sobre outro. Invadir uma residência com três pessoas, as quais segundo os entrevistados, já tinham cometido mais de dez homicídios, é deveras uma ousadia, precisando de uma organização e participação de vários sujeitos. A crueldade demonstra uma intenção deliberada de pôr em evidência sua força e poder.

Outros fatos merecem ser mencionados nesta ação violenta. Primeiro, a tentativa de humilhar o adversário antes de sua morte. Segundo, um dos integrantes do grupo invasor mandou o futuro eliminado se ajoelhar, porém, com uma postura de honra e a certeza de que não escaparia da morte, não obedeceu à ordem. Outra é veiculação da montagem de um vídeo com *rap* feito especialmente para um dos eliminados na chacina.

Como se pôde observar, os instrumentos de defesa e ação tornam-se mais mortais ao passar dos anos. Não basta apenas atirar, é preciso ter certeza de que o inimigo foi eliminado. Não é a toa que um razoável número de homicídios no bairro Jardim das Oliveiras seja feito com excesso de crueldade. O uso da chamada bala dundum<sup>21</sup>, por exemplo, é uma estratégia usada pelos microgrupos sociais rivais no bairro Jardim das Oliveiras, artifício que aumenta significativamente a possibilidade de não deixar o adversário vivo.

São estes e outros fatos divulgados na impressão que reforça a imagem dos territórios do Jardim das Oliveiras como lugares “perigosos” e “violentos”. É esta mesma imagem que estimula ainda mais as ações violentas dos meios de repressão contra os moradores. As visões apressadas não permitem captar a heterogeneidade social do bairro. Os moradores que não aderiram à criminalidade tornaram-se vítimas da contigüidade espacial com as gangues, quadrilhas de tráfico ou de assaltos e de outras formas de organização criminal. São trabalhadores, estudantes e moradores desempregados que apesar das situações adversas não escolheram a criminalidade como forma de sobrevivência.

A sociabilidade nos bairros considerados violentos e perigosos é composta de códigos e regras. Não é preciso ter uma arma de fogo ou pertencer a um grupo armado para se adquirir uma imunidade social e moral. A segurança dos moradores é garantida pelo cumprimento dos pactos territoriais. Não denunciar é uma delas, estar sempre disposto ao diálogo ou mesmo ceder uma cerveja ou R\$1,00 (um real) torna-se uma forma de garantir a segurança em uma ocasião futura. Esta sociabilidade violenta explicita na “lei do silêncio”

---

<sup>21</sup> A bala **dundum** se estilhaça dentro do corpo do indivíduo atingido, provocando dores lancinantes - o que normalmente não acontece com uma bala comum.

afeta a confiança mútua entres os moradores. Afetar não é sinônimo de não existir uma confiança.

As questões colocadas em relevo durante todo trabalho tornam-se importante para se pensar o problema da violência urbana. A criminalidade violenta concentra-se principalmente nos territórios estigmatizados habitados por população de baixa renda. São os jovens negros e pardos moradores dos territórios estigmatizados as vítimas de homicídios da cidade de Fortaleza.

As causas da violência urbana são frequentemente associadas à falta de policiamento e de rigor no sistema judiciário. Os discursos da mídia cotidianamente reivindicam um Estado mais forte, clamam pelo o aumento do uso da “violência legitimada” do Estado, e até pela intervenção das forças armadas nos espaços mais estigmatizados, os locais dos “pobres e marginais”. Enquanto crescem os investimentos na área da segurança pública, não se dá a devida atenção ao lazer, à qualificação profissional e a geração de emprego para a juventude.

## 6. Referência Bibliográfica

ABROMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas/** Mirim Abromovay e alii. – Brasília: UNESCO, BIRD, 2002.

ALBAGLI, Sarita, Território e territorialidade. In: BRAGA, Christiano Braga; LAGES, Vinícius; MORELI, Gustavo (Org). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva.** Rio de Janeiro, Relume Dumará Brasília/ DF, SEBRAE, 2004.

AVELAR, Juliana Nogueira; Almeida, Rosemary de Oliveira. Comunidade do Lagamar: juventude e territorialização dos espaços. In: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó de et al. (organizadores). **Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade.** Fortaleza: EDUECE, 2008.

ALVES, Marco Aurélio Andrade; FREITAS, Geovani Jacó. A inversão das vozes: narrativas sobre o Grande Bom Jardim. In: In: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó de

et al. (organizadores). **Fortaleza e suas tramas**: olhares sobre a cidade. Fortaleza: EDUECE, 2008.

BARREIRA, César, et all (Org). **Ligado na Galera**: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza. Edições UNESCO Brasil, Brasília: 1999, 225p.

\_\_\_\_\_. **Poder e Disciplina**: diálogos com Hannah Arendt e Michel Foucault. Série Percursos. Nº4. Fortaleza: EUFC, 2000, 212p.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: JorgeZahar Ed. 2007.

\_\_\_\_\_. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente**: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: SILVA, Luiz Antonio Machado. **Vida sob o cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BONNEMAISON, Joel. “Viagem em torno do território”. In: **Geografia Cultural**: um século (3). Rio de Janeiro, Eduerj, 2002.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. In: **Poder e Violência**. BARREIRA, César; LINS, Daniel (Orgs). *Poder e Violência*. Série Percursos. Nº1. Fortaleza: EUFC, 1996, 201p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidades de Muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34. Edusp, 2000.

CAMPOS, Eduardo. **O inventário do cotidiano (breve memória da cidade de Fortaleza)**. Fortaleza: FUNDAÇÃO CULTURAL DE FORTALEZA, 1996.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. In: **Revista e cultura**. São Paulo jul/set, p.25-31, 2002  
Violência e desigualdade social.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo**. 1. ed. São Paulo-SP: Labur Edições/GESP, 2007. v. 1. 74 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A segregação como fundamento da crise urbana. In: SILVA, José Borzacchiello da, ORG.; LIMA, Luiz Cruz, org.; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, org. **Panorama de Geografia Brasileira**. V. 2. : São Paulo: Annablume, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CÉLULA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. Disponível em: [http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br/sms\\_v2/vigilancias\\_EpidemiologicaTabnet.asp](http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br/sms_v2/vigilancias_EpidemiologicaTabnet.asp). acesso em 28 de junho de 2010.

CLAVAL. Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: **Revista GEOgrafia nº 2** 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: Um Conceito-Chave da Geografia. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COSTA, Gadelha Sylvio de Souza. Desvio e divergência em Merton e nos interacionistas. In: **Poder e Violência**. BARREIRA, César; LINS, Daniel (Orgs). *Poder e Violência*. Série Percursos. Nº1. Fortaleza: EUFC, 1996, 201p.

COSTA, M. Clélia Lustosa. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchiello et al. **Ceará um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **De cidade à metrópole: transformações em Fortaleza**. Edições UFC, 2009.

DATASUS. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus/datasus.php>> acesso em: novembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br/catalogo/sim.htm>. Acesso em: dezembro de 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?idb2008/c09.def>. Acesso em: 10 junho de 2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>. Acesso em: 3 junho de 2010.

DIÓGENES, Glória Maria. Lagamar: Diferenciação das lutas e redirecionamento do espaço planejado. In: BRAGA, El Maria Braga (org); BARREIRA, Irllys Alencar Firmo (org). **A**

**Política da Escassez:** lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Stylus Comunicações, 1991.

\_\_\_\_\_. **Cartografias da cultura e da violência:** gangues, galeras e o movimento hip hop. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

FEREIRA, Ignez Costa Barbosa; PENNA, Nelba Azevedo. **Território da violência:** um olhar geográfico sobre a violência urbana. GEOUSP - Espaço e tempo, São Paulo, v. 18, pp.155-168.

FREITAS, Fabiano Lucas; COSTA, M. C. L. Violência, Vulnerabilidade e Desigualdade Socioespacial na Região Metropolitana de Fortaleza. In: COSTA, M. C. L.; DANTAS, E. W. C.. (Org.). **Vulnerabilidade e Desigualdade Socioespacial na Região Metropolitana de Fortaleza.** Fortaleza: Edições UFC, 2009

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** o nascimento da prisão. 10 Ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/index.php/component/search/projeto%2Bronda%2Bdo%2Bqua?ordering=&searchphrase=all>. Acesso em: 16 de julho de 2010.

HAESBAERT, R. . Desterritorialização: Entre As Redes e Os Aglomerados de Exclusão. In: Iná de Castro; Roberto Lobato Corrêa; Paulo César Gomes. (Org.). **GEOGRAFIA: CONCEITOS E TEMAS.** RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 1995, v. , p. 165-205.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade – 2005. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** São Paulo: EGAL, p. 6774-6792.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. Censo demográfico, 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LEFEBVRE, Henri. Introdução. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 1996.

LEVI, Giovanni e SHCMITT, Jean. **Historia dos jovens I.** São Paulo: Companhia das letras, 1996.

MAFESSOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. 1 ed. Rio de Janeiro, 1987.

MAGNANI, José Guilherme Canto. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade de. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCIT, 1996.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. In: **violência e participação política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, série estudos, n.91. agosto de 1995, p.23-39. Disponível em: <https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsbsites/upload/60/criminalidade.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2010.

OLIVEIRA, Antônio Santos. A violência e a criminalidade com entraves à democratização da sociedade brasileira. In: **Caderno CRH** n.38, Salvador, centro de Recursos Humanos/UFBA, 2003.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. Bairro Bom Jardim: formação, desigualdade e segurança pública. In: ARAGÃO; Elizabeth; FREITAS, Geovani Jacó de. **Fortaleza e suas tramas**: olhares sobre a cidade. Fortaleza: EDUECE, 2008.

\_\_\_\_\_. Contingências da violência em um território estigmatizado. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE).

QUEIROZ, Ivan da Silva. **Territorialidades do medo no grande Bom Jardim: a violência como vetor de mudanças no espaço urbano de Fortaleza**. Recife-PE. Dissertação de mestrado. Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Nestor Goulart. Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas do tecido urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula P. G. Alves; ZALUAR, Alba. Paradoxos do subúrbio do Rio de Janeiro: a força da sociabilidade sociável na vizinhança. In: **VI encontro português de sociologia: saberes e práticas**. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/766.pdf> . Acesso em: 25 de março de 2010.

RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). *Metrópoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito*. In: RIBEIRO, Luiz César Queiroz (org). **Metrópoles: entre a coesão e fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: Fase, 2004.

SAHR, Wolf Dietrich. *Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação brasileira*. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Sposito (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3.ed. São Paulo: Nobel, 1992. 88p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Disponível em: [http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br/sms\\_v2/default.asp](http://www.sms.fortaleza.ce.gov.br/sms_v2/default.asp). Acesso em: novembro de 2009.

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA. **Projeto de urbanização da Favela BR 116 – Mangue / Gato Morto**. Fortaleza: Seinfra, 2001.

SILVA E FILHO, Antônio Luiz de Macedo e. **Fortaleza: imagens da cidade**. 2 ed. Fortaleza: museu do Ceará/Secretaria da cultura do Estado do Ceará, 2004.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza**. Fortaleza: Multigraf, 1992.

\_\_\_\_\_. *Discutindo a cidade e o urbano*. In: **A cidade e o urbano: temas para debates**. SILVA, José Borzacchiello; COSTA, Maria Clélia Lustosa; DANTAS, Wanderley Eustógio Wanderley Correia. (org). Fortaleza: EUFC, 1997.

\_\_\_\_\_. **A cidade contemporânea no Ceará**. In: Simone de Souza et al. *Uma Nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nas trilhas da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura, 2005.

SILVA, Luiz Antonio Machado. **Vida sob o cerco: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. In: *Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento*. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77-116.

\_\_\_\_\_. **O desafio metropolitano.** Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 360 p.

\_\_\_\_\_. Território" da divergência (e da confusão): Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos.** 1 ed. São Paulo e Presidente Prudent: Expressão Popular, 2009, v. , p. 57-72.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Stúdio Nobel/Fapesp/Lincon Institute, 2001.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade:** um estudo sobre a marginalidade avançada. Rio Janeiro: Revan; Fase, 2001.

WAISELFIZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência no Brasil IV:** os jovens no Brasil. Ed: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mapa da violência 2010:** anatomia dos homicídios no Brasil. Disponível em: <http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>. acesso em: 17 de maio de 2010.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. Rio de Janeiro. Ed: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. OITO TEMAS PARA DEBATE: Violência e segurança pública. In: **Sociologia, Problemas e práticas**, n.º 38, 2002, pp. 19-24. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n38/n38a02.pdf>. Acesso em: 22 de março de 2010.

UNESCO. Juventude, violência e cidadania: Os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

➤ **Matérias/artigos de jornais e revistas**

630 assassinatos em seis meses. **Diário do Nordeste.** .Acesso em: Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=652383>.

Antigas brincadeiras estão vivas entre as crianças. **Diário do Nordeste.** Acesso: 6 de junho de 2010. Disponível em: [paginahttp://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=347039](http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=347039)).

BILIONÁRIO MERCAD DA SEGURANÇA. **O Povo.** 16 de agosto de 2009.

CRIMINALIDADE AVANÇA NA RMF. **Diário do Nordeste**. Acesso em janeiro de 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=652383>.

Jovem é a maior vítima da violência no Tancredo Neves. **O Povo**, 5 de novembro. 2006. p. A-10.

Policial reage e mata dois homens na cidade dos Funcionários. **O Povo**. Acesso em 15 de maio de 2010. O POVO. Disponível em: <http://publica.hom.opovo.com.br/page,53,96.html?i=967501>.

Revista Viver a Vida Alphaville. Edição especial V. **Alphaville Fortaleza**. Abril de 2002.

\_\_\_\_. Edição especial XVII. **Alphaville Eusébio**. Setembro de 2005.

Territórios da morte na RMF. **Diário do Nordeste**. Acesso em: Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=677326>.

Três jovens são executados em chacina no Tancredo Neves. **Diário do Nordeste**. Acesso em: 3 de fevereiro de 2010,. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=729758>.

Tancredo Neves em estado de alerta. **O Povo**, 4 de novembro. 2006. p. A-9.

TAVARES, Geovani de Oliveira; Paiva, Luiz Fábio Silva. Crime e segurança Privada. In: **Segurança, violência e direitos**. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste.